Proc nº 094
Fls 01 Rub

Processo / Protocolo: 094/2023 **Entrada:** 08/03/2023

Origem: Secretaria Municipal de Obras

Destino: Gabinete da Prefeitura Municipal

Assunto: Contratação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio no Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Autuação
Wualdren dos Santos Machado
Matrícula nº 202721
Assessor de Gabinete

Folhas nº 02
Processo nº 092
Rubrica nº

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

A Sua Excelência, o Senhor,
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré -MA
Av. João XXIII, S/N - Centro,
Alto Alegre do Pindaré - MA

Alto Alegre do Pindaré/MA, 08 de março de 2023.

Assunto: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio no Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A manutenção das vias públicas é importante, pois afeta diretamente e de maneira significativa tanto a engrenagem econômica quanto a vida da população, sendo que realizar a implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio no Município de Alto Alegre do Pindaré – MA está diretamente ligado a qualidade de vida da população.

Por isso, devido à necessidade de trafegabilidade encontrada nas ruas da sede e povoados do município de Alto Alegre do Pindaré, o projeto básico em anexo visa fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar a implantação de obras de infraestrutura básica no município.

As obras e serviços, objeto da pretensa contratação serão executados de forma que os moradores da sede e povoados ficarão em condições de exercer o seu direito de ir e vir pois, especialmente no período invernoso em que há maior dificuldade na passagem de carros, motos, veículos pesados e até mesmo de pessoas.

Ademais, a referida contratação visa melhorar as condições de ecessibilidade, diminuindo a poeira que traz muito desconforto às residências dos moradores, bem como, evita diminuir os danos causados à saúde da população local, melhorando a qualidade de vida, aumentando a autoestima das pessoas e preservando a sua saúde.

Folhas nº 03
Processo nº 094
Rúbrica nº

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

Informamos oportunamente que o setor de engenharia deste município realizou estudo técnico preliminar e identificou que seria vantajoso economicamente a realização de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA.

Sendo assim, venho solicitar a autorização para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção e recuperação de pavimentação asfáltica no município de Alto Alegre do Pindaré - MA, através do devido processo licitatório, ou de adesão à ata de registro de preços acima mencionada, ou que for mais vantajoso economicamente ao município, respeitando-se a legislação pertinente.

FRANCIVALDO REIS DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo de
Alto Alegre do Pindaré/MA

Folhas nº 021
Processo nº 093
Rubrica nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PROJETO BÁSICO DE INFRAESTRUTURA

SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

Alto Alegre do Pindaré / MA
2023

Folhas nº 05
Processo nº 094
Rubrica nº

Alto Alegre do Pindaré
TEMPO DE RECONSTRUIR

SUMÁRIO

I. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
II. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
III. PLANILHA DO BDI E ENCARGOS SOCIAIS
IV. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
V. MEMORIAL DESCRITIVO
VI. PROJETO PLANIMÉTRICO (PLANTA BAIXA DE LOCALIZAÇÃO)
VII. COMPOSIÇÕES DE CUSTOS
VIII. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Folhas nº 06
Processo nº 094
Rubrica nº

I. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS COM DESONERAÇÃO - DATA BASE: SINAPI - FEVEREIRO / 2023 , ORSE - NOVEMBRO 2022, SBS SÃO LUIS - MARÇO /2023

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 84,61%(HORA) 47,70%(MÊS)

LOCAL: ZONA URBANA E ZONA RURAL

BDI = 29,77%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor sem Unit BDI	Valor Unit com BDI	Total com BDI
1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**R$ 3.089,18**
1.1	1	CP	Placa indicativa da obra	m²	3,00	R$ 392,28	R$ 509,06	R$ 1.527,18
1.2	99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	M	2.840,00	R$ 0,42	R$ 0,55	R$ 1.562,00
2			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**					**R$ 72.978,72**
2.1	2	CP	Administração da Obra	mês	3,00	R$ 18.745,66	R$ 24.326,24	R$ 72.978,72
3			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO**					**R$ 1.928.803,00**
3.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	13.950,00	R$ 67,22	R$ 87,23	R$ 1.216.858,50
3.2	3	CP	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	2.650,00	R$ 115,69	R$ 150,13	R$ 397.844,50
3.3	023194	SBC	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT.	m²	2.500,00	R$ 96,82	R$ 125,64	R$ 314.100,00
4			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**R$ 724.445,50**
4.1			**DRENAGEM SUPERFICIAL**					**R$ 724.445,50**
4.1.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	5.500,00	R$ 55,26	R$ 71,71	R$ 394.405,00
4.1.2	94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	5.500,00	R$ 39,27	R$ 50,96	R$ 280.280,00
4.1.3	94293	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	M	230,00	R$ 166,72	R$ 216,35	R$ 49.760,50
4.2			**DRENAGEM PROFUNDA**					**R$**
4.2.1	92219	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M		R$ 189,37	R$ 245,75	R$

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
Engenheiro Civil
CREA-MA 120757142

Folhas nº 07
Processo nº 092
Rubrica nº

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS COM DESONERAÇÃO - DATA BASE: SINAPI - FEVEREIRO / 2023 , ORSE - NOVEMBRO 2022, SBS SÃO LUIS - MARÇO /2023

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 84,61%(HORA) 47,70%(MÊS)

LOCAL: ZONA URBANA E ZONA RURAL

BDI = 29,77%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor sem BDI	Valor Unit com BDI	Total com BDI
4.2.2	92221	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M		R$ 340,45	R$ 441,80	R$ -
4.2.3	92226	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M		R$ 648,56	R$ 841,64	R$ -
5			**SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA**					**R$ 82.378,30**
5.1			**SINALIZAÇÃO VERTICAL**					**R$ 62.398,40**
5.1.1	2553	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	20,00	R$ 1.001,66	R$ 1.299,85	R$ 25.997,00
5.1.2	2551	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	20,00	R$ 1.303,33	R$ 1.691,33	R$ 33.826,60
5.1.3	4	CP	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	20,00	R$ 99,21	R$ 128,74	R$ 2.574,80
5.2			**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**					**R$ 19.979,90**
5.2.1	11688	ORSE	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	m²	270,00	R$ 30,34	R$ 39,37	R$ 10.629,90
5.2.2	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	5.500,00	R$ 1,31	R$ 1,70	R$ 9.350,00
6			**SERVIÇOS FINAIS**					**R$ 15.400,00**
6.1	2450	ORSE	Limpeza final da obra	m²	5.500,00	R$ 2,16	R$ 2,80	R$ 15.400,00

Total com BDI **R$** **2.827.094,70**

Alto Alegre do Pindaré, 01 de março de 2023

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
Engenheiro Civil
CREA/MA 1120757142

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
CREA/MA nº 112075714-2

Folhas nº 08
Processo nº 2911
Rubrica nº

Folhas nº 09
Processo nº 094
Rubrica nº

Alto Alegre do Pindaré
TEMPO DE RECONSTRUIR

II. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS COM DESONERAÇÃO - DATA BASE: SINAPI - FEVEREIRO / 2023 , ORSE - NOVEMBRO 2022, SBS SÃO LUIS - MARÇO /2023
ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 84,61%(HORA) 47,70%(MÊS) BDI = 29,77%
LOCAL: ZONA URBANA E ZONA RURAL

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

ATIVIDADE	PRODUTO	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	TOTAL
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	R$ 3.089,18	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 3.089,18**
		100%						**100,00%**
02	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R$ 12.163,12	R$ 12.163,12	R$ 12.163,12	R$ 12.163,12	R$ 12.163,12	R$ 12.163,12	**R$ 72.978,72**
		16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	**100,00%**
03	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	R$ 385.760,60	R$ 385.760,60	R$ 385.760,60	R$ 385.760,60	R$ 385.760,60	R$ 0,00	**R$ 1.928.803,00**
		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%		**100,00%**
04	SERVIÇOS DE DRENAGEM	R$ 0,00	R$ 144.889,10	R$ 144.889,10	R$ 144.889,10	R$ 144.889,10	R$ 144.889,10	**R$ 724.445,50**
			20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	**100,00%**
05	SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 20.594,58	R$ 61.783,73	**R$ 82.378,30**
						25,00%	75,00%	**100,00%**
06	SERVIÇOS FINAIS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 15.400,00	**R$ 15.400,00**
							100,00%	**100,00%**
TOTAL		**R$ 401.012,90**	**R$ 542.812,82**	**R$ 542.812,82**	**R$ 542.812,82**	**R$ 563.407,40**	**R$ 234.235,95**	**R$ 2.827.094,70**
		14,18%	**19,20%**	**19,20%**	**19,20%**	**19,93%**	**8,29%**	**100,00%**

Alto Alegre do Pindaré, 01 março de 2023

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
CREA-MA 1120757142
Engenheiro Civil
CREA-MA 1120757142

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
Engenheiro Civil
CREA-MA 1120757142

Folhas nº 10
Processo nº
Rubrica nº

Folhas nº 11
Processo nº 0924
Rubrica nº

III. PLANILHA DO BDI E ENCARGOS SOCIAIS

Folhas nº 42
Processo nº 0924
Rublica nº

Alto Alegre do Pindaré
TEMPO DE RECONSTRUIR

PROPONENTE / TOMADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

OBJETO
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO	DESONERAÇÃO
Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas	Sim

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	Intervalo de admissibilidade		
				1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,80%	-	3,80%	4,01%	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,32%	-	0,32%	0,40%	0,74%
Risco	R	0,50%	-	0,50%	0,56%	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,02%	-	1,02%	1,11%	1,21%
Lucro	L	6,64%	-	6,64%	7,30%	8,69%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária - 0% ou 4,5%, conforme Lei 12.844/2013 - Desoneração)	CPRB	4,50%	OK	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,38%	OK	19,60%	20,97%	24,23%
BDI COM desoneração	**BDI DES**	**29,77%**	OK			

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.DES = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas, é de 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Observações:

Data:
março de 2023

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
Engenheiro Civil
CREA-MA 1120757142

Responsável Tomador
Nome:
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

Folhas nº 13
Processo nº 094
Rublica nº

PREFEITURA MUNICIPAL : ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
DATA BASE: SINAPI- 01/2023
ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 84,61%(HORA) 47,70%(MÊS)

ENCARGOS SOCIAIS

Estado: MARANHÃO - MA

Encargos Sociais Sobre a Mão de Obra:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO	
		HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
Grupo A			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%
A	**Total**	**17,80%**	**17,80%**
Grupo B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,66%
B4	13° Salário	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuva	1,50%	Não incide
B8	Auxílio Acidentes de Trabalho	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	11,11%	8,45%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	**Total**	**47,22%**	**18,16%**
Grupo C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,55%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,15%	2,40%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,61%	1,99%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%
C	**Total**	**10,80%**	**8,22%**
Grupo D			
D1	Reicidência de Grupo A sobre Grupo B	8,41%	3,23%
D2	Reincidêcia de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhando e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38%	0,29%
D	**Total**	**8,79%**	**3,52%**
Total (A+B+C+D)		**84,61%**	**47,70%**

Julio Cesar Domingues Moraes Jun.
Engenheiro Civil
CREA-MA 1120757142

Folhas nº 21
Processo nº 0924
Rubrica nº

IV. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Folhas nº 15
Processo nº 094
Rubrica nº

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

APRESENTAÇÃO

Com base nos fundamentos no art. 7o da Lei n o 8.666 de 21.06.93, e suas alterações posteriores, este projeto básico visa fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar a implantação de obras de infraestrutura básica, no presente caso, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, no Estado do Maranhão, a serem executadas em conformidade com a metodologia e especificações anexas e em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras vigentes.

As obras e serviços, objeto deste projeto básico, serão executadas mediante contratação de empresas através de procedimento licitatório, visando otimizar e agilizar a utilização dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal.

JUSTIFICATIVA

A execução dessa obra encontra justificativa consistente na necessidade premente de ser restabelecida a trafegabilidade, com o melhoramento, e/ou, complemento da infraestrutura das ruas da Sede e povoados com o restabelecimento do direito de ir vir do cidadão, tornando a execução de pavimentação rígida, incluindo construção de guias, sarjetas, sarjetões, rebaixamento em guias e sinalização horizontal e vertical.

- **SERVIÇOS PRELIMINARES**

PLACA DA OBRA

Deverão ser colocados em local visível, pela contratada, placa indicativa da obra (com área mínima de 6m²), assim como da Empresa Construtora.

Será confeccionada a placa da Obra, conforme padrão do Ministério. O material a ser utilizado na confecção será:

Placa: (2,00x3,00)m = 6,00m²

Placa em folha de zinco de 2,50mm

Apoio: peça em madeira 3"x6" de lei do tipo jatobá com 3,00m de altura.

Contraventamento: sarrafo de madeira de 1"x4" com comprimento de 3,20m

Todas as peças serão fixadas com pregos 2 ½ x 1 ½ x 13.

Todos os materiais utilizados devem satisfazer as especificações aprovadas pelo departamento municipal competente (referendados pelas especificações e as Normas de praxe).

Todas as taxas e emolumentos relativos aos serviços a serem executados serão de responsabilidade da Contratada.

LOCAÇÃO DA OBRA

Toda o segmento de rua a ser pavimentada em bloquete intertravado deverá ser locada com a demarcação das calçadas, meio fios, sarjetas e área destinada ao assentamento dos bloquetes.

- **PAVIMENTAÇÃO**

ASSENTAMENTO DOS BLOQUETE INTERTRAVADO:

A pavimentação será executada em piso intertravados com blocos sextavados de 25cm x 25cm e com espessura de 8cm, resistência mínima de 35 Mpa, assentadas sobre berço de pó de areia, com aproximadamente 10 cm de espessura. O pó de areia deverá ser limpo e isento de matéria orgânica. A junta entre os blocos não deverá ser menor que 3mm e não superior a 5mm. Pequenos espaços existentes entre blocos dos bordos de acabamento devem ser preenchidos com argamassa de cimento e areia. A colocação dos blocos pré-moldados deve ser feita tentando evitar qualquer deslocamento dos já assentados, bem como irregularidades na camada de areia, verificando, frequentemente, se estão bem colocados e ajustados. Para o acabamento junto à sarjeta de drenagem pluvial para interrupção do pavimento deverá ser usado blocos serrados ou cortados, cuidando-se para que estejam levemente (aproximadamente 3 mm) mais elevados do que essas interrupções.

O nível da superfície acabada deve estar dentro do limite de 1 cm em relação ao nível especificado. A deformação máxima da superfície pronta, medida por uma régua de 3m colocada paralelamente ao eixo longitudinal da via, não deverá exceder 1 cm, a não ser em locais onde curvas verticais obriguem maiores desvios.

O Rejuntamento será feito espalhando-se uma camada de areia fina de 2 cm de espessura e forçando a penetração deste material nas juntas dos blocos por meio de vassourões. O rejuntamento, conforme descrito obedecerá ao seguinte critério:

a) 0,50m em ambos os lados, a partir da sarjeta, com cimento e areia fina, traço 1:3;

b) Restante da pista com areia fina, devendo nos casos de rampas superiores a 15%, ser usada argamassa de cimento com areia fina no traço 1:6.

Terminadas as operações de assentamento, inicia-se o adensamento com um vibrador, sendo que o número de passadas necessárias depende de uma variedade de fatores, devendo sua fixação ser feita experimentalmente no canteiro, de maneira a proporcionar uma superfície nivelada e capaz de receber o tráfego de veículos sem posterior adensamento. Duas ou três passadas sobre o

mesmo ponto costumam ser suficientes, observando sempre que a vibração deve ser feita à pelo menos 1m dos blocos não confinados.

Após a vibração inicial, uma camada de material de rejuntamento deve ser espalhada sobre a superfície e executada nova vibração garantindo assim o enchimento dos vazios nas juntas e no intertravamento entre os blocos. A superfície, então, já poderá ser usada.

Cabe observar que a área da placa do aparelho vibrador deve estar entre 0,35m² e 0,50m².

Uma vez compactada e rejuntada, a pista deverá ser molhada a fim de auxiliar a aderência do material de rejuntamento com blocos.

- **DRENAGEM**

MEIO-FIOS PRÉ-MOLDADOS

O meio fio também denominado Guia, será em concreto simples pré-moldado com resistência mínima à compressão 20 Mpa com seção trapezoidal nas dimensões:

Comprimento (C) = 1,00m

Largura da face superior (Ls) = 0,13m

Largura da face inferior (Li) = 0,15m

Altura (A) = 0,30m

O meio fio será assentado na forma convencional devendo a sua altura livre não ultrapassar a 15 cm. As guias de concreto deverão obedecer às normas emitidas pela Associação Brasileira de Cimento Portland (A.B.C.P.). Este meio fio deverá ser usinado em concreto com fck 20 Mpa.

Serão abertas valas conforme dimensões das guias. O fundo da vala, depois de aberta, deverá ser regularizado com uma camada de material solto, retirada da cava e compactada por intermédio de maço camada de 10 cm. de concreto magro, sobre os quais serão assentadas as guias de maneira a representar a forma, o alinhamento e o nível previstos no projeto. Após

assentamento, as guias deverão ser rejuntadas com argamassa de cimento e areia, com dosagem em volume de 1 de cimento para 3 de areia. O cimento deverá ser do tipo Portland e satisfazer a especificação da ABNT-ES-1. A areia deve ser constituída de partículas limpas, duras e duráveis de preferência siliciosas, isenta de torrões de terra ou de outras matérias estranhas e ter diâmetro máximo igual a 4,8mm. Será tolerado até 20 mm de desvio no alinhamento e perfis estabelecidos no projeto.

SARJETAS

Deverão ser executadas sarjetas em concreto usinado, fck 15 Mpa, moldada in loco em trecho reto, 30cm de base e 10cm de altura.

- **SINALIZAÇÃO VIÁRIA**

PINTURA DE FAIXA (SINALIZAÇÃO HORIZONTAL)

Os serviços de Pintura de Faixa (Sinalização Horizontal) constituirão as marcas viárias, tais como: faixas, legendas e símbolos, em tipos e cores previamente definidos, apostas ao pavimento, podendo ser complementadas por tachas e tachões. E, a função dessa sinalização é regulamentar, advertir e orientar os usuários da via, com a finalidade de otimizar a operação da mesma, tornando-a mais segura. Todos os materiais utilizados devem satisfazer as especificações aprovadas pelo departamento municipal competente (referendados pelas especificações e as Normas do DENATRAN e do CONTRAN).

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO SEMI-REFLETIVA (SINALIZAÇÃO VERTICAL)

Os serviços de Fornecimento e aplicação de placa de sinalização semi-refletiva (Sinalização Vertical) são para regulamentar, advertir e orientar os usuários da via, com a finalidade de otimizar a operação da mesma, tornando-a mais segura. Serão construídas Placas em chapa de aço carbono (fina frio).

Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50.

Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50.

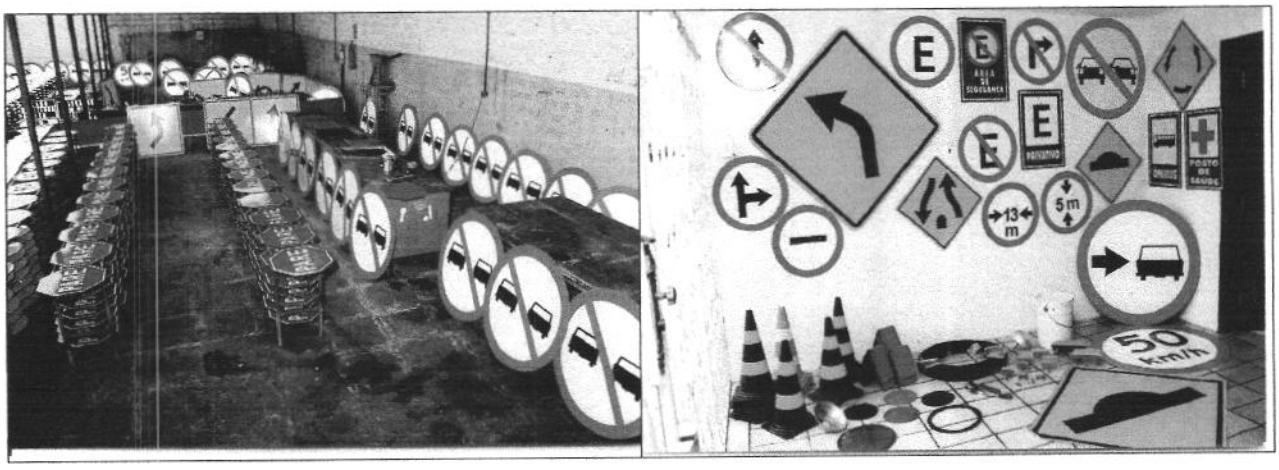
Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50.

Placa esmaltada para identificação NR de ruas, dimensões 45X25CM.

CAIAÇÃO DO MEIO FIO

Os serviços de Pintura do meio fio – hidracor – 2 demãos serão executadas na fase de conclusão da obra e têm como objetivo complementar a sinalização horizontal (pintura coadjuvante à sinalização viária e outros). Os equipamentos a serem utilizados serão: Pequenas ferramentas tais como: Pincel tipo Broxa e Carrinho de mão. Todos os materiais utilizados devem satisfazer as especificações aprovadas pelo departamento municipal competente (referendados pelas especificações e as Normas de praxe).

REGULAMENTAÇÃO PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OUTROS



Folhas nº 21
Processo nº 0944
Rublica nº

Alto Alegre do Pindaré





1. OBJETIVO

Esta especificação de serviço define os critérios que orientam a execução de sinalização horizontal, em vias sob a jurisdição do departamento municipal competente.

2. GENERALIDADES

A sinalização horizontal é constituída por marcas viárias, tais como: faixas, legendas e símbolos, em tipos e cores previamente definidos, apostas ao pavimento, podendo ser complementadas por tachas e tachões.
A função da sinalização horizontal é regulamentar, advertir e orientar os usuários da via, com a finalidade de otimizar a operação da mesma, tornando-a mais segura.

3. MATERIAIS

Todos os materiais utilizados devem satisfazer as especificações aprovadas pelo departamento municipal com competente (referendados pelas especificações e as normas do DENATRAN e do CONTRAN).

3.1. Tintas

a) As tintas a serem utilizadas nas demarcações viárias são de três tipos: tinta a base de água, tinta à base de resina acrílica e tinta a base de resinas naturais e/ou sintéticas. O projeto deve fornecer as indicações de emprego de um ou de ambos os tipos.

b) A tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos ou plásticos adequados, com as informações necessárias à identificação e características do produto legíveis no corpo da embalagem.

c) A tinta deve apresentar por ocasião de seu uso viscosidade adequada, sem ser necessária a incorporação de qualquer aditivo, de modo a permitir sua aplicação por máquinas de projeção pneumática, devendo ressaltar uma película de espessura, em estado úmido, de 0,4mm a 0,6mm. Para espessuras maiores devem ser feitas duas aplicações.

d) A tinta não deve ter suas propriedades modificadas ou se deteriorar, quando estocada, por um período mínimo de 6 meses.

e) A tinta não deve apresentar, logo após a abertura do recipiente, sedimentos ou grumos que não possam ser facilmente dispersos por agitação manual.

f) A tinta deve apresentar flexibilidade, resistência à água, ou calor e ao intemperismo, bem como estabilidade, viscosidade, volatilidade, brilho, tempo de secagem, resistência à abrasão, massa específica, constituição química e padrões de cor, compatíveis com os requisitos das especificações adotadas pelo departamento municipal com competente (referendados pelas especificações e as normas do DENATRAN e do CONTRAN).

3.2. Microesfera de vidro

Dois tipos de microesfera são utilizados, denominados "premix" e "drop-on". O primeiro é misturado à tinta antes de sua aplicação, enquanto que o segundo é lançado sobre a tinta, nas áreas pintadas. Além da diferença quanto à forma de aplicação, os dois tipos distinguem-se quanto ao tamanho máximo e à graduação.
No referente às características físicas e químicas das microesferas devem ser atendidos os requisitos das especificações aprovadas pelo departamento municipal com competente (referendados pelas especificações e as normas do DENATRAN e do CONTRAN).

3.3. Taxas de aplicação de tintas e microesferas

São apresentadas a seguir as taxas usuais de aplicação de tintas e microesferas. No entanto, pode ser necessário o uso de outras taxas, em função de situações particulares.

a) Tintas
A taxa de aplicação varia de 0,4 l/m² a 0,6 l/m², não sendo admitidas taxas inferiores ao limite mínimo especificado. Para faixa com 0,10m de largura, 1 litro de tinta deve ser suficiente para pintar entre 25,0m e 16,7m de faixa, dependendo da espessura da película.

b) Microesfera "premix"
A taxa de diluição, no reservatório da máquina de demarcação, é de 200g/l a 250g/l. Para uma espessura da película de tinta de 0,4mm, a quantidade aplicada varia portanto de 80g/m² a 100g/m², e, para uma espessura de 0,6mm, de 120g/m² a 150g/m².

c) Microesfera "drop-on"
A taxa de aplicação é de 160g/m², para película de espessura de 0,4mm, é de 200g/m², para película de espessura de 0,6mm, admitindo-se uma variação de mais ou menos 10%.

4. EQUIPAMENTOS

O equipamento básico para a execução da sinalização horizontal compreende as seguintes unidades:

4.1 A pintura do pavimento (faixas, setas, números, zebrados, etc.) deve ser feita com máquinas auto-propulsoras dotadas de potência de 30 HP, apropriada para o tipo de tinta empregada e provida de "pistola de pintura" para retoques e marcações, mas trabalhadas;

4.2 Acessórios para limpeza, marcação e medição, tais como: vassoura manual, furadeira, espátula, linha de nylon, cordel, trena, gabaritos para setas, letras e números.

5. EXECUÇÃO

5.1 Tintas

A aplicação de tintas sobre o pavimento deve seguir, basicamente, as seguintes etapas:

a) Antes do início da execução dos serviços, a superfície do revestimento deve estar perfeitamente limpa, seca e isenta de graxa e/ou óleo. O eixo da pista deve estar convenientemente locado, de 20,0m em 20,0m;

b) Marcação de linhas, a cada metro, com pontos de mais ou menos 3,0cm de diâmetro, com tinta;

c) Aplicação da tinta: no caso de faixas longitudinais de sinalização, a aplicação da tinta deve ser feita com máquina automotriz, provida de pistola e misturador automático no tanque. Cuidados especiais devem ser tomados na regulagem da pressão e altura da pistola, para que se obtenha a largura e espessura de faixa padronizada. No caso de faixas interrompidas, deve ser observado o espaçamento indicado pelo projeto. Para pinturas diversas (setas, legendas, etc), a linha deve ser aplicada com pistola manual, com auxílio de gabaritos;

d) Na execução dos serviços devem, ainda, ser considerados os seguintes aspectos:

- a cor da tinta a utilizar (amarela ou branca) deve estar de acordo com o indicado no projeto;

- a pintura não pode ser executada em dias de chuvas ou com o pavimento úmido;

- as faixas devem apresentar condições de tráfego em tempo não superior a 30 minutos.

Alto Alegre do Pindaré - Maranhão, 01 de março de 2023.

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
Engenheiro Civil
CREA/MA 112075714-2

Julio Cesar Domingues Moraes Junior

CREA/MA nº 112075714-2

Folhas nº 24
Processo nº 0944
Rublica nº

V. MEMORIAL DESCRITIVO

Folhas nº 25
Processo nº 099
Rubrica nº

Alto Alegre do Pindaré
TEMPO DE RECONSTRUIR

VI. PROJETO PLANIMÉTRICO
(PLANTA BAIXA DE LOCALIZAÇÃO)

Folhas nº 26
Processo nº 0944
Rublica nº

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ – MA

1 - APRESENTAÇÃO

Devido à necessidade de trafegabilidade encontrada nas ruas da Sede e povoados do município de Alto Alegre do Pindaré, Maranhão, este projeto básico visa fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar a implantação de obras de infra-estrutura básica, no presente caso, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA.

Com a execução destas obras, vislumbra-se melhorar as condições sociais das comunidades que atualmente estão enfrentando situações adversas às suas próprias subsistências, diante de problemas que envolvem a saúde, educação, transporte, comercialização de seus produtos, etc.

As obras e serviços, objeto deste projeto básico, serão executados de forma que os moradores da Sede e povoados ficarão em condições de exercer o seu direito de ir e vir pois, o período invernoso já fez contribuir bastante água em suas bacias e no presente momento, as ruas estão impossibilitando a passagem de carros, motos, veículos pesados e até mesmo de pessoas.

2 - JUSTIFICATIVA

As execuções destas obras encontram-se justificativas consistentes na necessidade premente de ser criada, e/ou, complementada a infraestrutura básica na Sede e Povoados deste município, tornando-o melhor estruturado e organizado, proporcionando às famílias de agricultores assentadas, os benefícios sócio-econômicos mínimos necessários à fixação do homem no campo e principalmente o direto de ir e vir dos cidadãos.

As áreas localizadas no interior do estado, carentes de infra-estrutura e assistência técnica e social tem motivado o êxodo rural para os grandes centros urbanos. Um dos problemas mais graves das áreas diz respeito à insuficiência das malhas viárias, que permitam o acesso, o transporte escolar e o escoamento da produção, em todas as épocas do ano, à população assentada. A maioria dos Projetos possui parte da malha viária implantada, porém, além de geralmente terem extensão insuficiente, apresentam trechos críticos, onde os serviços de transposição de talvegues, são necessários para permitir às comunidades ocupantes das áreas, um tráfego eficiente, de modo que as mesmas se integrem às malhas municipais, estaduais e federais existentes, com isso contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões.

A necessidade de execução deste projeto visa o benefício às comunidades locais, através da implantação das metas propostas, proporcionando, conseqüentemente, o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Folhas nº 27
Processo nº 079
Rubrica nº

3 – LOCALIZAÇÃO DAS RUAS BENEFICIADAS

Ruas e avenidas da Sede e diversos povoados conforme planta baixa de localização em anexo.

4 – SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

As ruas a serem pavimentadas em Blokrets intertravados terão um padrão de qualidade que dê segurança e rigidez aos veículos e pessoas que passam todos os dias ali.

As ruas a serem pavimentadas possibilitarão os acessos às pessoas da Sede e povoados, facilitando o transporte da população e da produção para o comércio circunvizinho.

Com a infraestrutura implantada, o trabalhador rural terá perspectivas de obter melhores condições de vida, proporcionado pelo progresso da área rural.

5 - PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

Para execução das obras objeto deste projeto básico, considerando que as mesmas serão executadas concomitantemente, estima-se a necessidade de 6 meses consecutivos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço autorizando o início dos serviços, conforme discriminado abaixo:

6 – CUSTOS DAS OBRAS

Os custos previstos para execução das obras foram assim distribuídos:

MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	RUAS (m)	OBRAS	CUSTO
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA	RUAS DA SEDE E POVOADOS	DE ACORDO COM A NECESSIDADE	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO	R$ 2.890.289,78

VALOR ESTIMADO DAS OBRAS _____ **R$ 2.890.289,78**
(Dois milhões, oitocentos e noventa mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos).

Alto Alegre do Pindaré - MA, 01 de março de 2023.

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
Engenheiro Civil
CREA/MA 112075714-2

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
CREA/MA nº 112075714-2

Folhas nº 28
Processo nº 094
Rublica nº

Alto Alegre do Pindaré
TEMPO DE RECONSTRUIR

VII. COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

Folhas nº 29
Processo nº 0924
Rublica nº

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DI DO PINDARÉ - MA

FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS COM DESONERAÇÃO - DATA BASE: SINAPI - JANEIRO/2023 , ORSE - NOVEMBRO 2022, EMBASA 2022.2, JANEIRO /2023

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 84,61%(HORA) 47,70%(MÊS)

LOCAL DA OBRAS: DIVERSOS POVOADOS DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

CP 01	Placa indicativa da obra - M2				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO
SINAPI	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00003081	R$ 21,05
SINAPI	88316	SERVENTE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,00006162	R$ 16,89
SINAPI INSUMO	00004491	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	4,00000000	R$ 11,76
SINAPI INSUMO	00004417	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00003081	R$ 8,49
SINAPI INSUMO	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA,DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	M2	1,00003081	R$ 275,00
SINAPI	94962	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	0,01000000	R$ 343,82
SINAPI	00005075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,15000462	R$ 23,14
					VALOR:

CP 02	Administração da Obra - MÊS				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO
100306	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,92	R$ 109,44
90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	75,15	R$ 27,92
90767	SINAPI	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	91,85	R$ 27,70
88326	SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	93,93	R$ 20,88
90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	74,00	R$ 96,17
					VALOR:

CP 03	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO C ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016 - M2				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO
94964	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	0,1213000	R$ 438,64
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5573000	R$ 16,89
88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3317000	R$ 21,39
88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2256000	R$ 21,05
00003777	SINAPI	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	m²	1,1280000	R$ 1,98

Folhas nº 30
Processo nº 094
Rubrica nº

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DI DO PINDARÉ - MA

FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS COM DESONERAÇÃO - DATA BASE: SINAPI - JANEIRO/2023 , ORSE - NOVEMBRO 2022, EMBASA 2022.2, JANEIRO /2023

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 84,61%(HORA) 47,70%(MÊS)

LOCAL DA OBRAS: DIVERSOS POVOADOS DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO						
00004517	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,2000000	R$	4,11
00004460	SINAPI	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 10* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA	M	0,2500000	R$	11,01
00007156	SINAPI	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-196, (3,11 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA =	m²	1,1224000	R$	31,56
						VALOR:

CP 04	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM - UM					
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,20000000	R$	21,39
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,20000000	R$	16,89
00011950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	4,00000000	R$	0,20
SINAPI	13521	Placa de aco esmaltada para identificacao de rua, *45 cm x25* cm	und	1,00000000	R$	90,75
						VALOR:

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
CREA/MA nº 112075714-2

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
Engenheiro Civil
CREA-MA 112075142

Folhas nº 31
Processo nº 0964
Rublica nº

VIII. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Alto Alegre do Pindaré
TEMPO DE RECONSTRUIR

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Folhas nº 32
Processo nº 094
Rubrica nº

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS





Folhas nº 33
Processo nº 094
Rubrica nº

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS

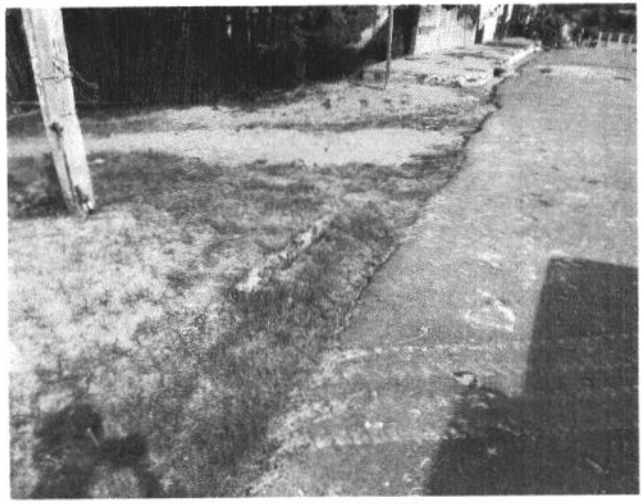




Folhas nº 34
Processo nº 0949
Rubrica nº

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS





Folhas nº 35
Processo nº 094
Rubrica nº

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS



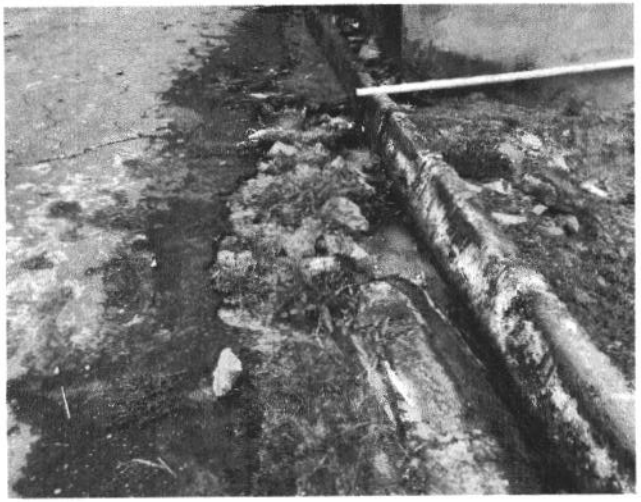


Folhas nº 86
Processo nº 097
Rubrica nº

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS





Folhas nº 37
Processo nº 094
Rubrica nº

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS





Folhas nº 38
Processo nº 091
Rubrica nº

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS





Folhas nº 37
Processo nº 0974
Rubrica nº

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS





Folhas nº 210
Processo nº 4994
Rubrica nº

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS





Folhas nº 21
Processo nº 0949
Rubrica nº

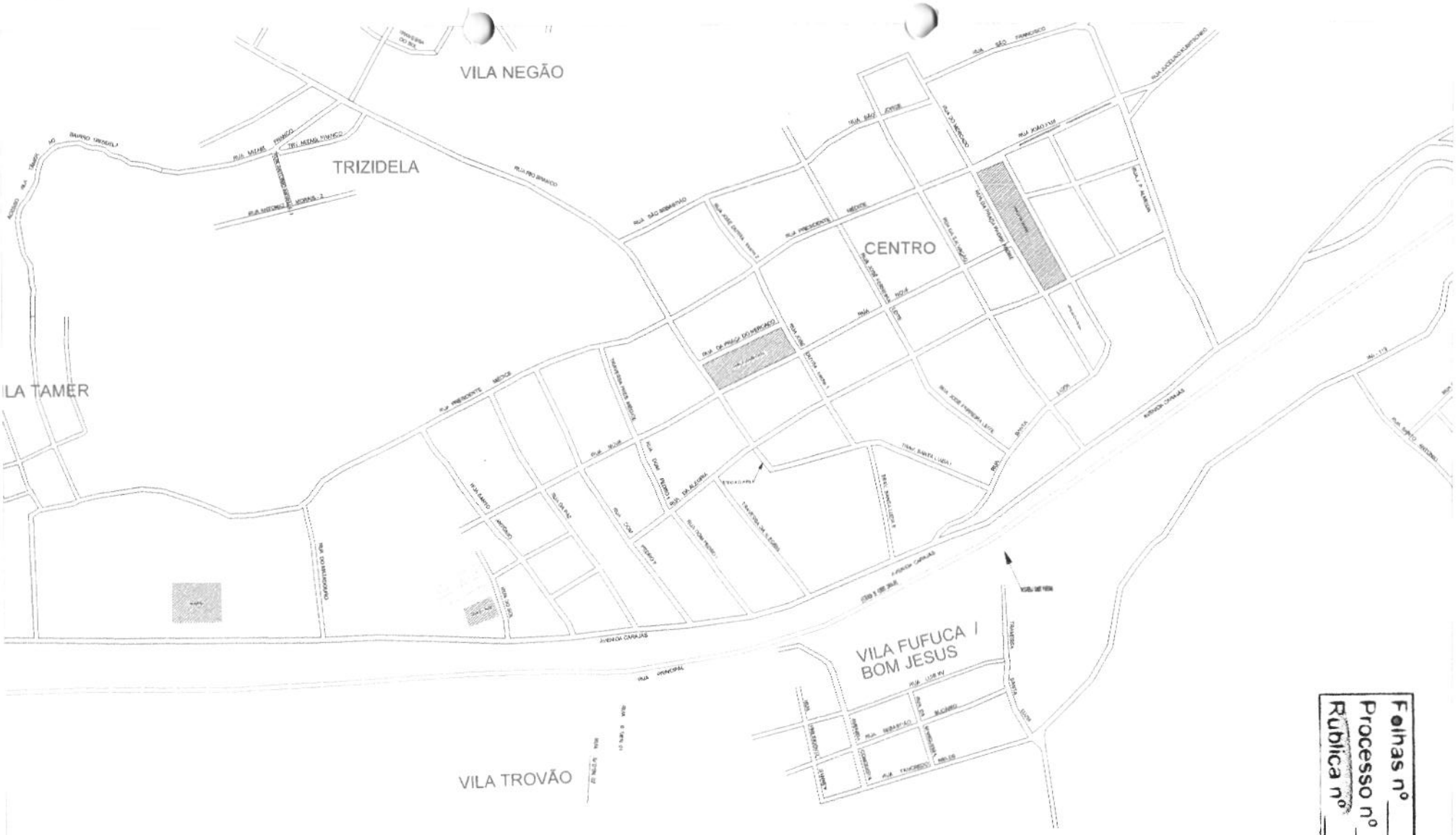
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

TRECHOS A SEREM RECUPERADOS





Folhas nº 42
Processo nº 999
Rubrica nº



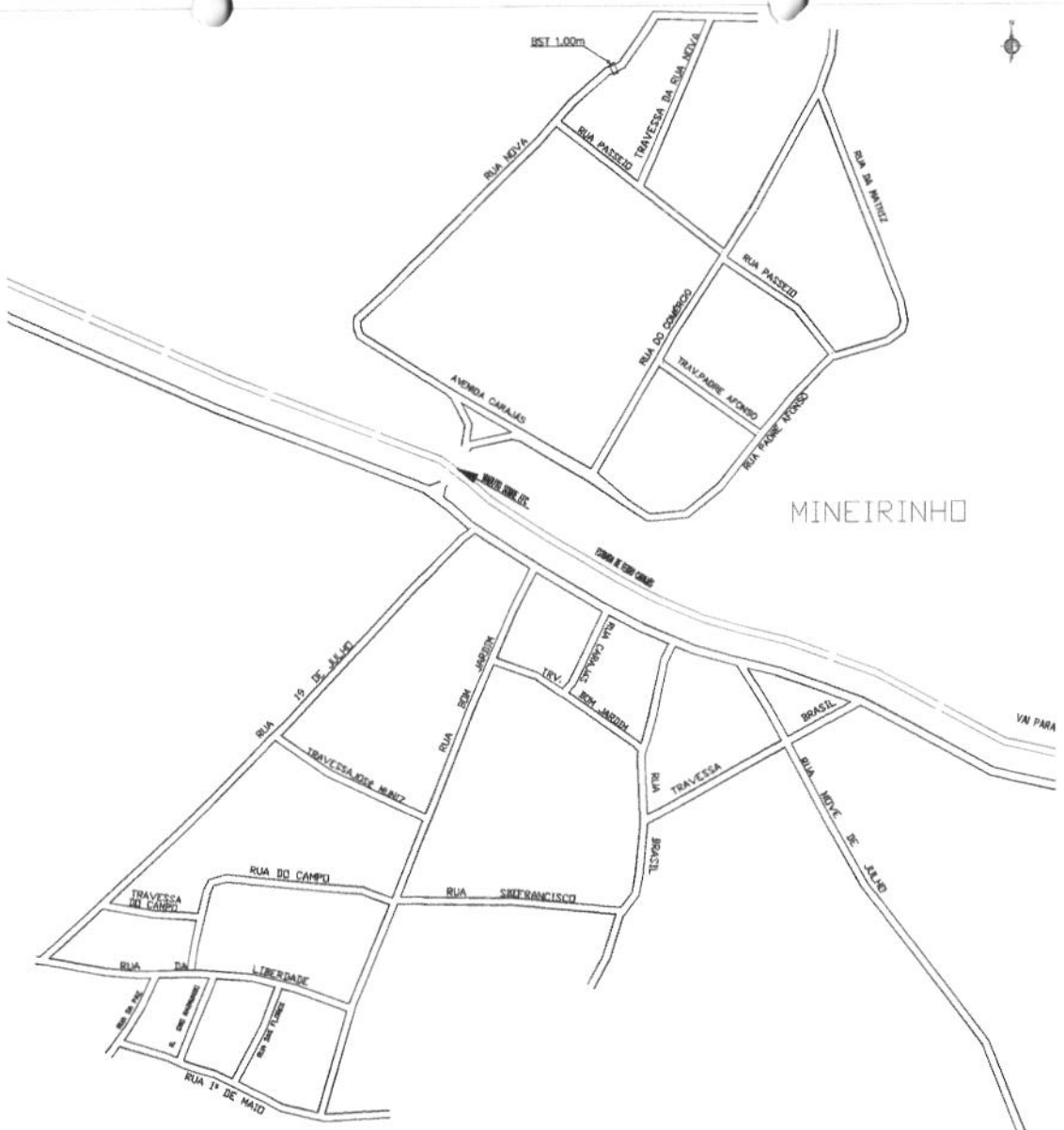
Folhas nº 23
Processo nº 092
Rubrica nº

01 PLANTA GERAL – LAYOUT DAS RUAS
SEM ESCALA

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:						OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ–MA.
							LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
		REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO	MAPA DA SEDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A1	DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL POVOADO MINEIRINHO
sem escala

Rubrica nº 244
Processo nº 099
Folhas nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ–MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
MAPA DO POVOADO MINEIRINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



Folhas nº 45
Processo nº 2021
Rubrica nº

01 PLANTA GERAL DO POV. AUZILÂNDIA
SEM ESCALA

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

NOTAS:

REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

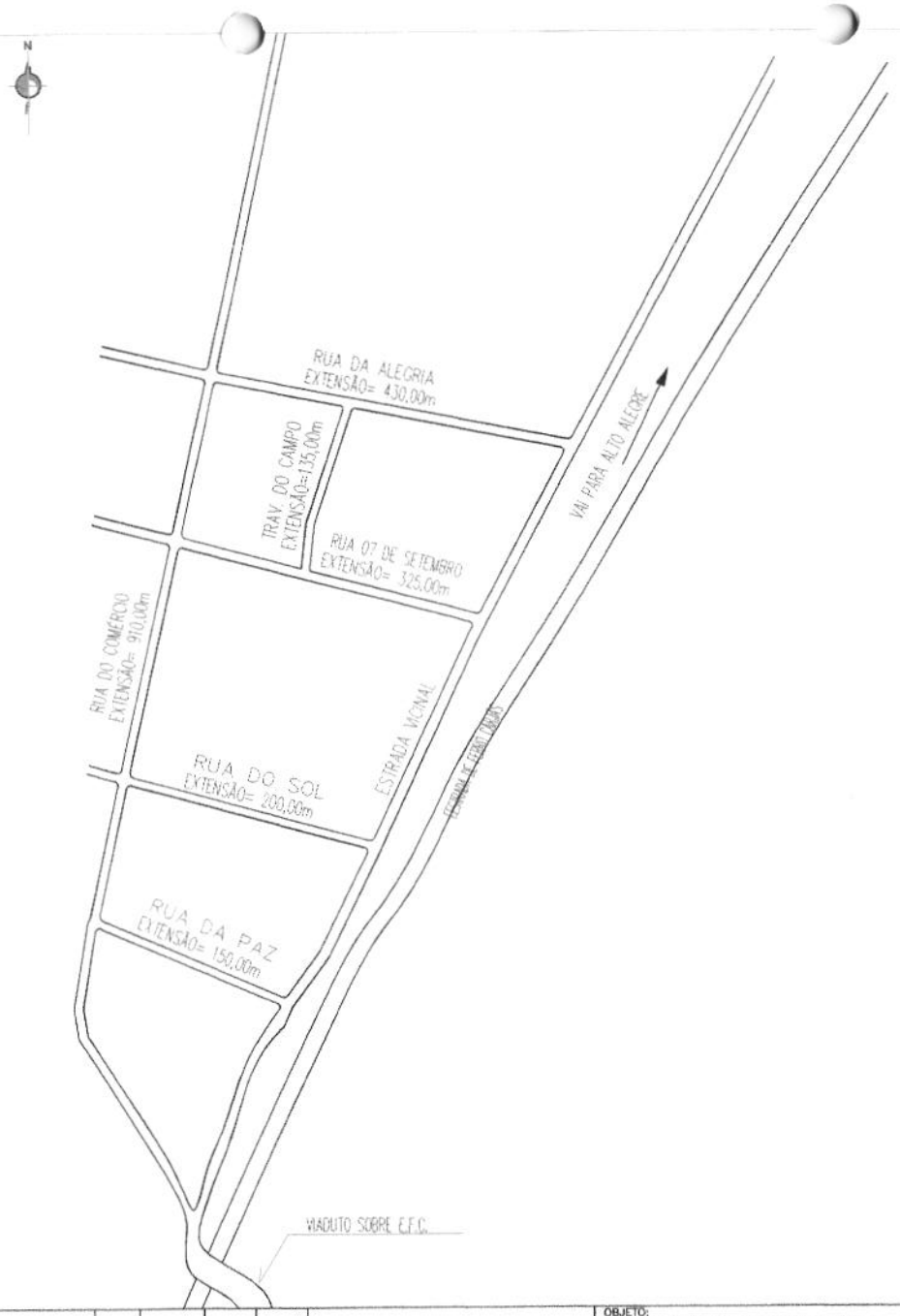
OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
MAPA DO POVOADO AUZILÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

FOLHA A3

DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL POVOADO BOA VISTA
SEM ESCALA

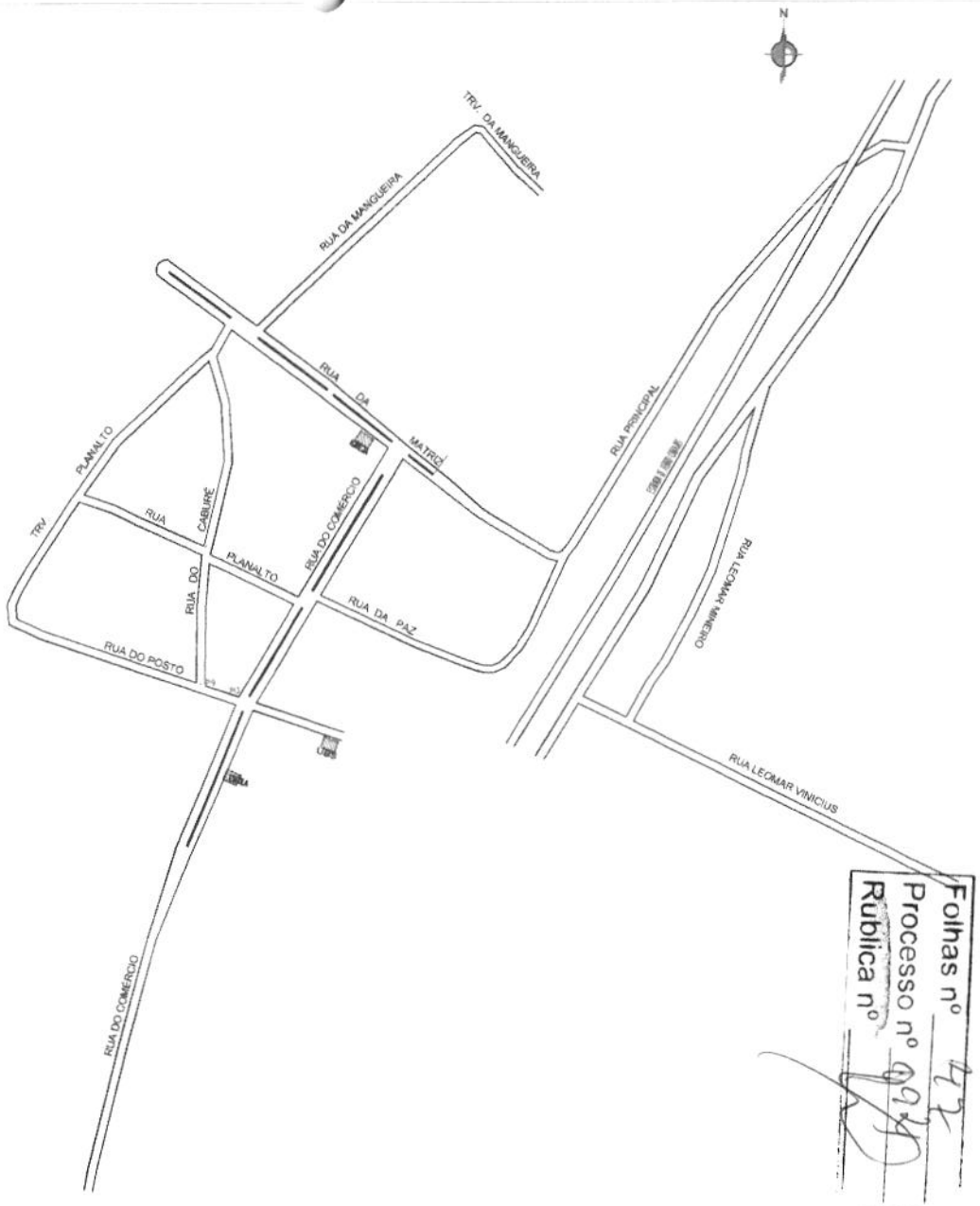
Folhas nº 46
Processo nº 093
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
MAPA DO POVOADO BOA VISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



Folhas nº 47
Processo nº 0949
Rubrica nº

01 MAPA DO POVOADO ALTAMIRA
SEM ESCALA

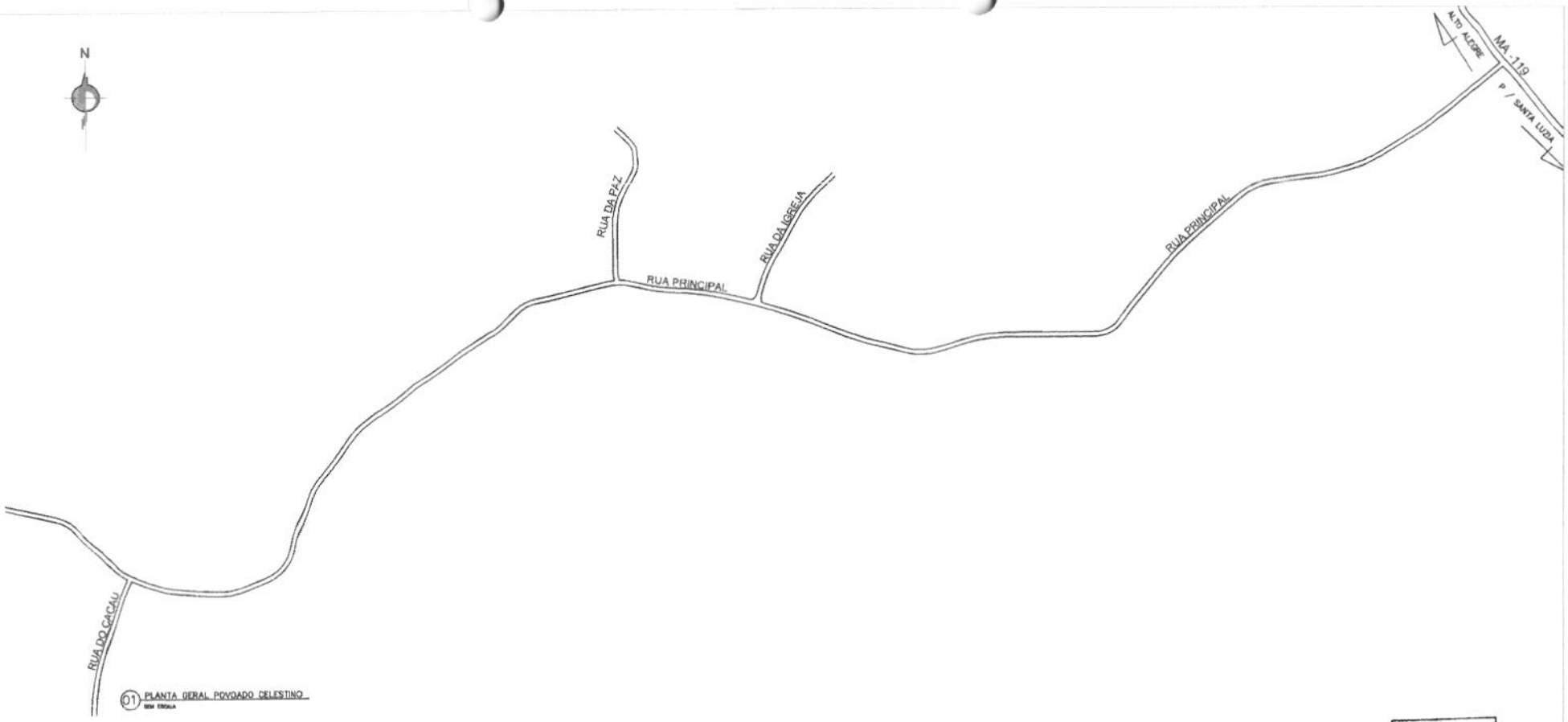
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS

MAPA DO POVOADO ALTAMIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL POVOADO CELESTINO
SEM ESCALA

Folhas nº
Processo nº 098
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS

MAPA DO POVOADO CELESTINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

FOLHA A3

DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL POV. MORADA NOVA
ESC. 1/3000

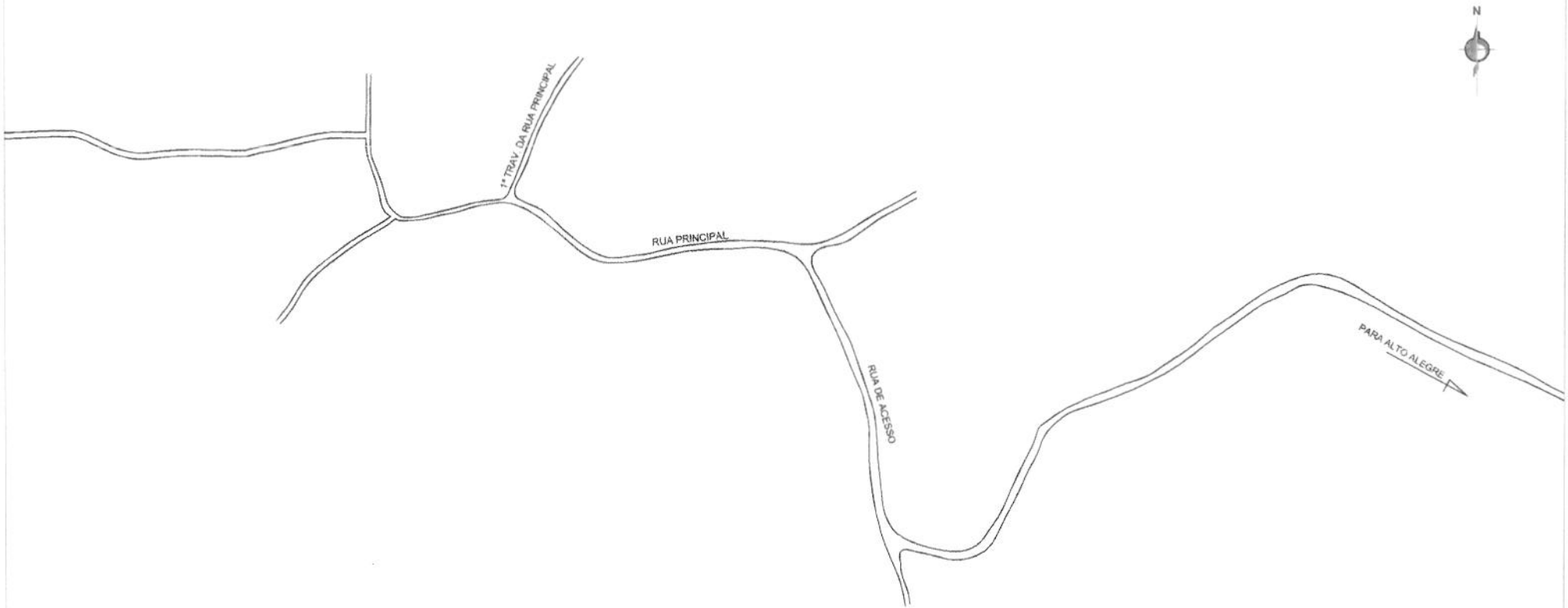
Folhas nº 219
Processo nº 092
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
MAPA DO POVOADO MORADA NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



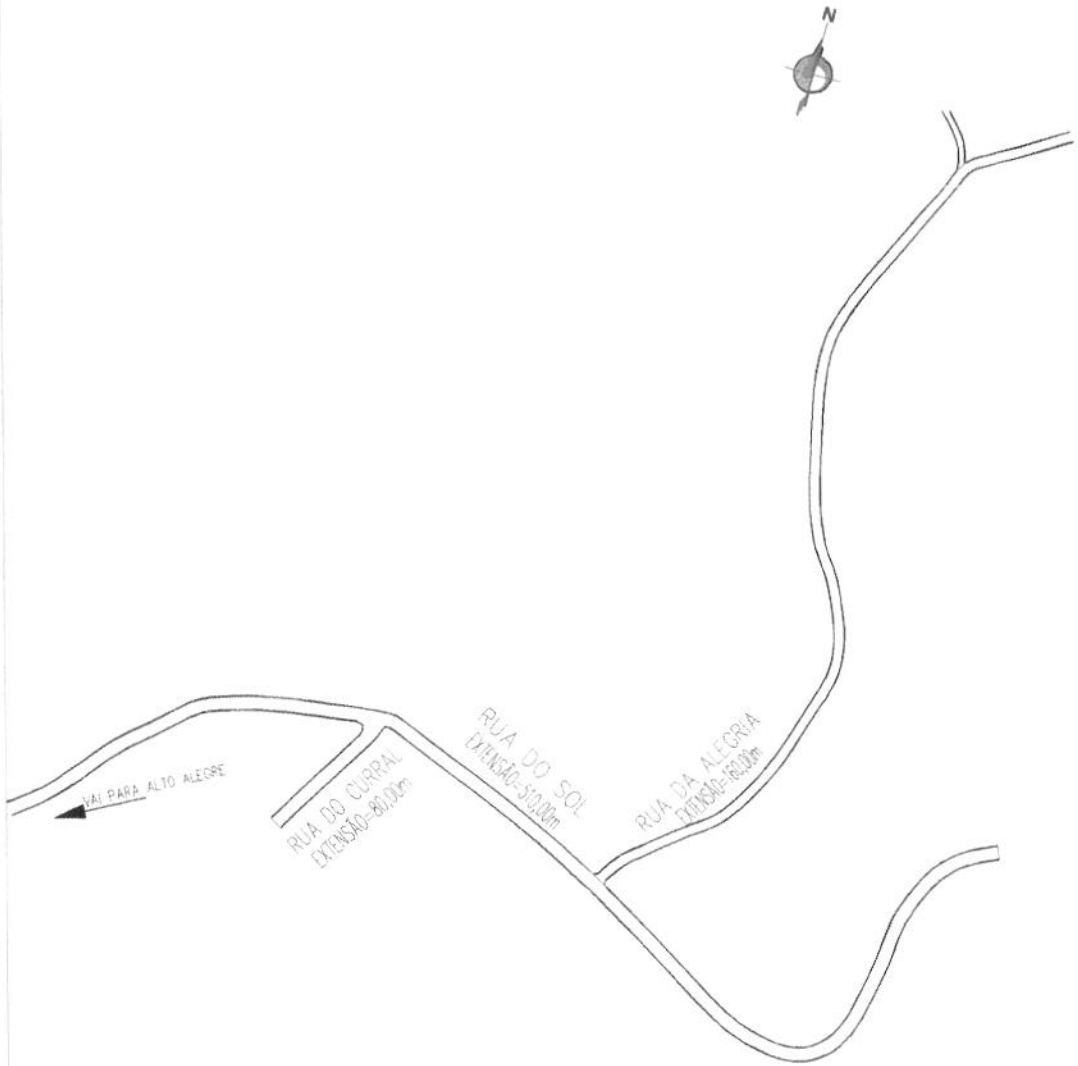
01 PLANTA GERAL POVOADO TIMBIRA DO BOGÉA
ESC. 1/3000

Folhas nº 50
Processo nº 094
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:						OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA, LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
		REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO	MAPA DO POVOADO TIMBIRA DO BOGÉA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



Folhas nº 51
Processo nº 004
Rubrica nº

01 PLANTA GERAL POVOADO NOVA OLINDA
SEM ESCALA

01

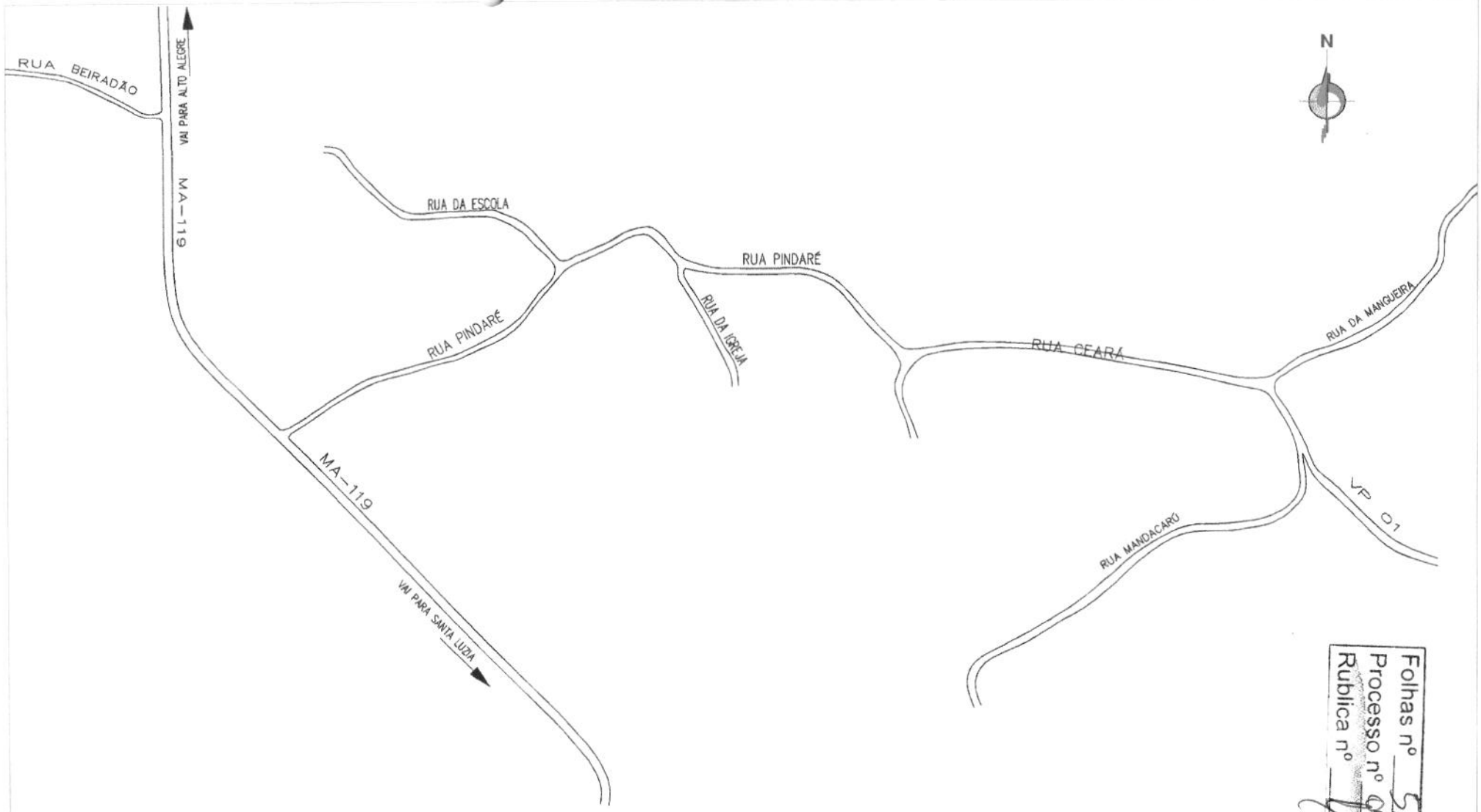
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS

MAPA DO POVOADO NOVA OLINDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



Folhas nº 57
Processo nº 0940
Rubrica nº

01 PLANTA GERAL POVOADO NOVA BRASÍLIA
sem escala

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
MAPA DO POVOADO NOVA BRASILIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



Folhas nº 53
Processo nº 094
Rubrica nº

01 PLANTA GERAL DO BAIRRO MUTIRÃO
sem escala

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
MAPA DO BAIRRO MUTIRÃO – SEDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL BAIRRO VILA FUFUCA
sem escala

Folhas nº 54
Processo nº 0920
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
MAPA DA VILA FUFUCA –SEDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A3	DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL – LAYOUT DAS RUAS
SEM ESCALA

Folhas nº 55
Processo nº 097
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ – MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS

MAPA DA VILA NEGÃO – SEDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS | FOLHA A1 | DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL – LAYOUT DAS RUAS

Folhas nº 56
Processo nº 822
Rubrica nº

SEM ESCALA

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

NOTAS:

REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ – MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS

MAPA DO BAIRRO TRIZIDELA – SEDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	FOLHA A1	DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL - LAYOUT DAS RUAS
SEM ESCALA

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

NOTAS:

REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA.

LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS

MAPA DA VILA ATEMIR - SEDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

FOLHA A1

DATA MARÇO/2023



01 PLANTA GERAL – LAYOUT DAS RUAS
SEM ESCALA

Folhas nº 98
Processo nº 098
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	NOTAS:

REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ – MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS
MAPA DO BAIRRO CR ALMEIRA – SEDE

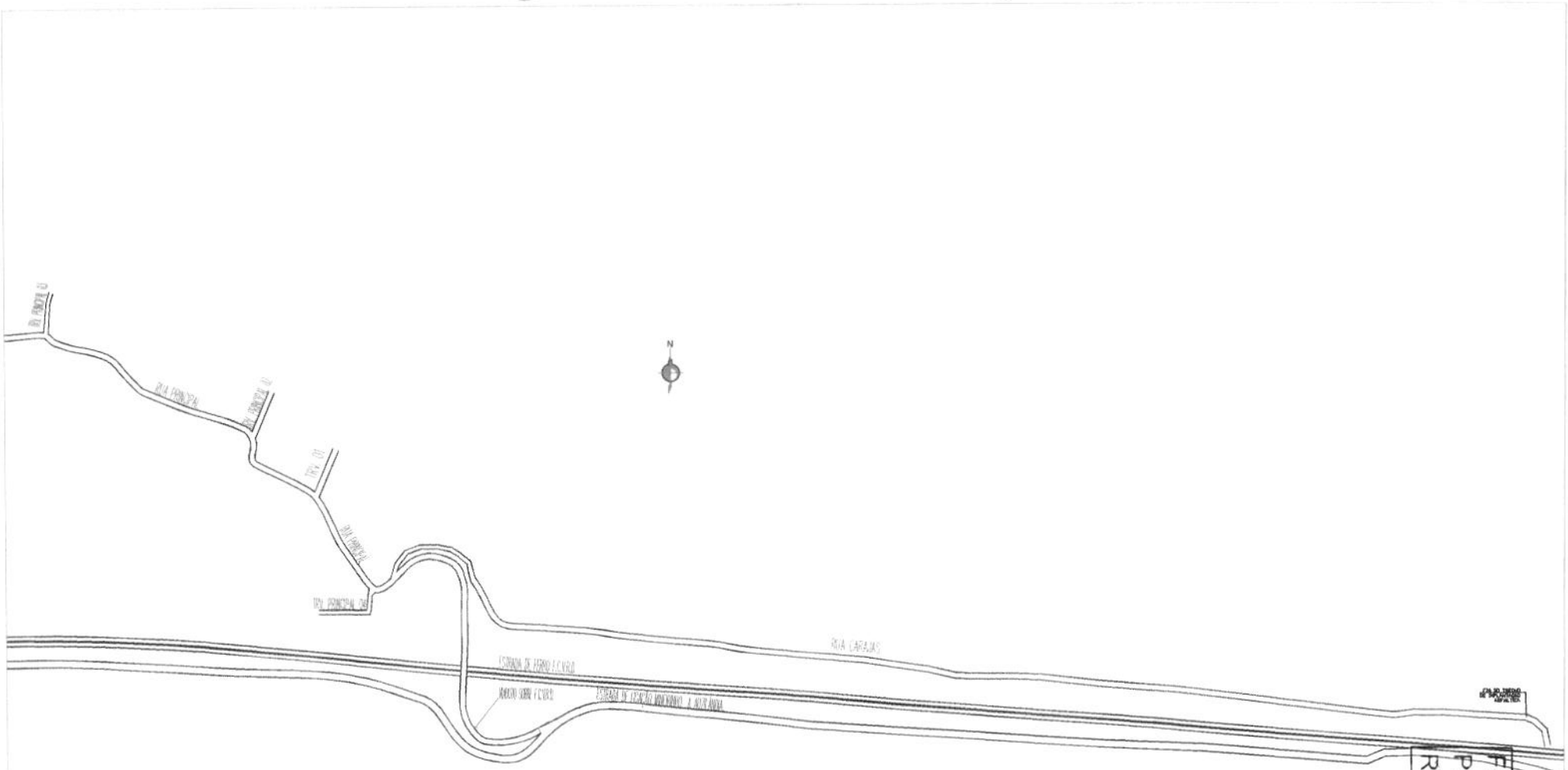
Alto Alegre do Pindaré

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

FOLHA A1

DATA MARÇO/2023



IMPLANTAÇÃO GERAL DE TODAS AS VIAS
Sem escala

Folhas nº 59
Processo nº 049
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA DE SEDE E POVOADOS

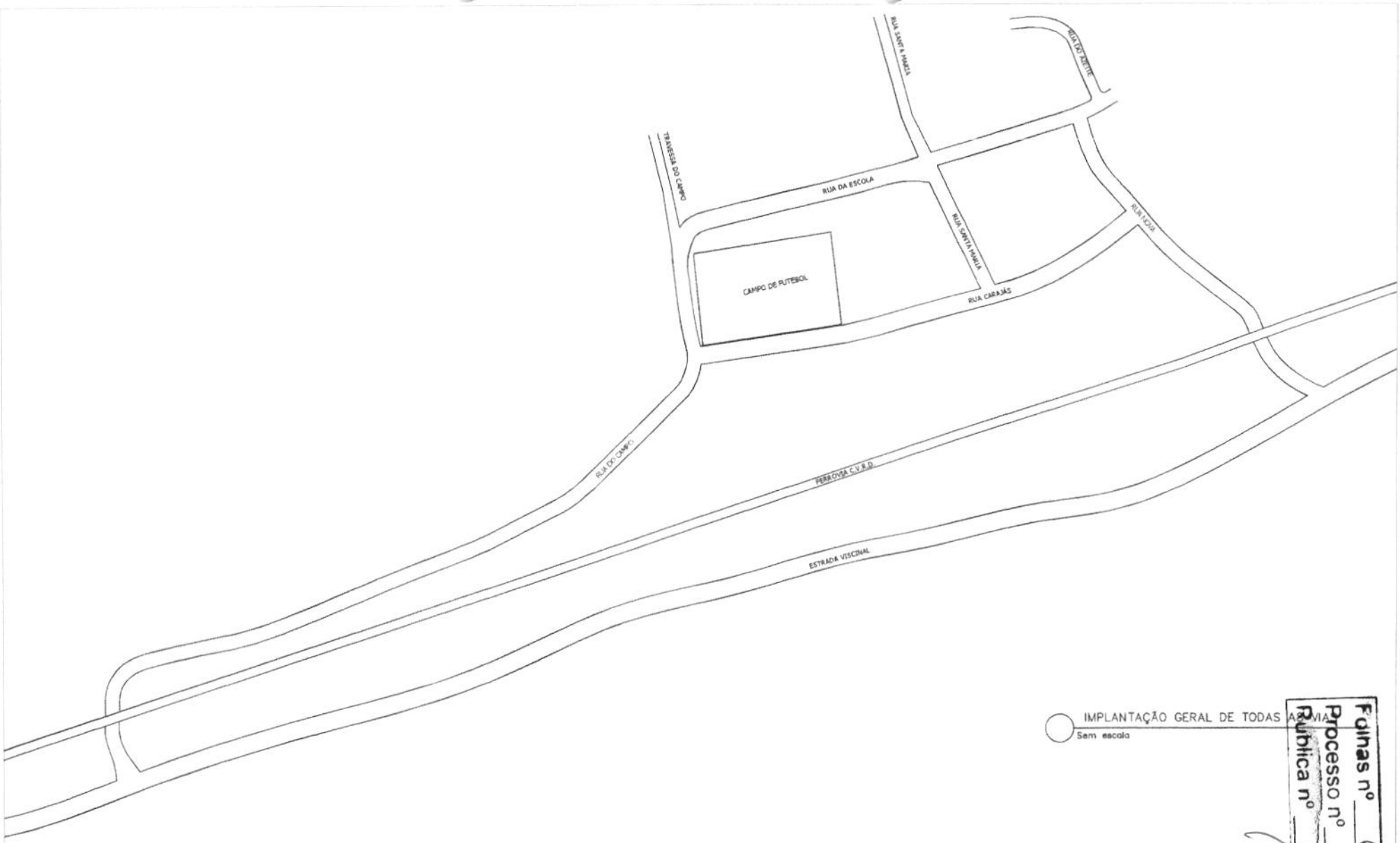
MAPA DO POVOADO 3 BOCAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

DATA: MARÇO/2023

A3



IMPLANTAÇÃO GERAL DE TODAS AS VIAS
Sem escala

Folhas nº 60
Processo nº 094
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

OBJETO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS

MAPA DO POVOADO ARAPAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

DATA: MARÇO / 2023

A3



IMPLANTAÇÃO GERAL DE TODAS AS VIAS
Sem escala

Folhas nº 61
Processo nº 89
Rublica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO

TÍTULO:
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.
LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS

MAPA DO POVOADO CENTRO DOS PAULOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

DATA: MARÇO/2023

A3



IMPLANTAÇÃO GERAL DE TODAS AS VIAS
Sem escala

Folhas nº 02
Processo nº 89
Rubrica nº

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:	NOTAS:	REV.	DATA	PROJ.	DES.	DESCRIÇÃO	TÍTULO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA. LOCAL: RUAS DA SEDE E POVOADOS MAPA DA VILA MARIO VELOZO – SEDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	DATA: MARÇO/2023

A3

Folhas nº 63
Processo nº 094
Rublica nº

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Prezado Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

Venho por meio deste parecer técnico informar da significativa vantagem encontrada no preço registrado na ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA, publicada no diário oficial do município de 22 de dezembro de 2022, cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão - Maranhão, ou seja, com objeto semelhante à nossa, disponível para consulta pública na internet, no site www.saomateus.ma.gov.br.

Ao analisar tal ATA de Registro de Preços acima, percebemos que os serviços propostos por esta ATA se enquadram perfeitamente aos serviços necessários para serem executados do município de Alto Alegre do Pindaré e que se encontram devidamente presentes na planilha orçamentária proposto pelo projeto básico elaborado por este Setor de Engenharia do município.

Além de ter os mesmos itens construtivos, percebemos também que todos os quantitativos unitários deste Projeto Básico se encontram com o percentual abaixo dos 50% do limite preestabelecido no Decreto Federal nº 7.892/2013.

A adesão à referida Ata, representa ganho de eficiência na contratação, além de significativa economia financeira.

Percebemos também, que os valores correspondentes de cada item desta ATA se encontram com preços de mercado abaixo do proposto pelo projeto desenvolvido pelo município de Alto Alegre do Pindaré, e que o valor global deste projeto que ficou em **R$ 2.890.289,78 (dois milhões, oitocentos e noventa mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), ao passo que o valor orçado por este município está em R$ 2.125.815,52 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos)**, para o mesmo quantitativo, utilizando como base a pesquisa feita em fontes oficiais de pesquisa, conforme Projeto Básico em anexo.

Desta forma, podemos afirmar que ADERIR a esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é bem mais vantajoso do que propor a licitação do projeto apresentado à Comissão Permanente de Licitação pelo Setor de Engenharia do município.

Folhas nº 64
Processo nº 0924
Rublica nº

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

Diante de todo o exposto, solicitamos a Comissão Permanente de Licitação deste município a dar prosseguimento ao processo de contratação dos mencionados serviços através de ADESÃO da referida ATA, ou de procedimento licitatório, o que for mais vantajoso.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 06 de março de 2023.

Julio Cesar Domingues Moraes Junior

CREA/MA nº 112075714-2

Julio Cesar Domingues Moraes Junior
Engenheiro Civil
CREA-MA 112075142

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS COM DESONERAÇÃO - DATA BASE: SINAPI - FEVEREIRO / 2023 , ORSE - NOVEMBRO 2022, SBS SÃO LUIS - MARÇO /2023

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 85,68%(HORA) 49,33%(MÊS)

LOCAL: ZONA URBANA E ZONA RURAL

CONCORRÊNCIA PUBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS N°004/2022

BDI = 29,77%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor sem Unit BDI	Valor Unit com BDI	Total com BDI
1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**R$ 2.325,06**
1.1	1	CP	Placa indicativa da obra	m²	3,00	268,96	349,02	R$ 1.047,06
1.2	99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	M	2.840,00	0,35	0,45	R$ 1.278,00
2			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**					**R$ 57.781,89**
2.1	2	CP	Administração da Obra	mês	3,00	14.842,13	19.260,63	R$ 57.781,89
3			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO**					**R$ 1.452.675,50**
3.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	13.950,00	52,01	67,49	R$ 941.485,50
3.2	3	CP	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	2.650,00	87,16	113,10	R$ 299.715,00
3.3	023194	SBC	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT.	m²	2.500,00	65,19	84,59	R$ 211.475,00
4			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**R$ 544.933,59**
4.1			**DRENAGEM SUPERFICIAL**					**R$ 544.933,59**
4.1.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	5.500,00	41,97	54,46	R$ 299.529,99
4.1.2	94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	5.500,00	29,32	38,04	R$ 209.22[illegible]
4.1.3	94293	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	M	230,00	121,23	157,32	R$ 36.1[illegible]
4.2			**DRENAGEM PROFUNDA**					**R$**
4.2.1	92219	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M		147,07	190,85	R$

Folhas nº 63
Processo nº 0294
Rubrica nº

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, MEIO FIO, SARJETA E PASSEIO NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS COM DESONERAÇÃO - DATA BASE: SINAPI - FEVEREIRO / 2023 , ORSE - NOVEMBRO 2022, SBS SÃO LUIS - MARÇO /2023

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 85,68%(HORA) 49,33%(MÊS)

LOCAL: ZONA URBANA E ZONA RURAL

CONCORRÊNCIA PUBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS N°004/2022

BDI = 29,77%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor sem Unit BDI	Valor Unit com BDI	Total com BDI
4.2.2	92221	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M		263,92	342,48	R$ -
4.2.3	92226	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M		500,85	649,95	R$ -
5			**SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA**					**R$ 56.769,49**
5.1			**SINALIZAÇÃO VERTICAL**					**R$ 45.409,80**
5.1.1	2553	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	20,00	731,70	949,52	R$ 18.990,40
5.1.2	2551	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	20,00	952,08	1.235,51	R$ 24.710,20
5.1.3	4	CP	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	20,00	65,86	85,46	R$ 1.709,20
5.2			**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**					**R$ 11.359,69**
5.2.1	11688	ORSE	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	m²	270,00	12,80	16,61	R$ 4.484,69
5.2.2	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	5.500,00	0,97	1,25	R$ 6.875,00
6			**SERVIÇOS FINAIS**					**R$ 11.329,99**
6.1	2450	ORSE	Limpeza final da obra	m²	5.500,00	1,59	2,06	R$ 11.329,99
					Total com BDI		**R$**	**2.125.815,52**

Folhas nº 66
Processo nº 899
Rubrica nº

Folhas nº 67
Processo nº 094
Rubrica nº

DIÁRIO OFICIAL

APRESENTAÇÃO
É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao princípio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO
Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio https://saomateus.ma.gov.br/diariooficial.php , podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIDIOCIDADE
Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS
Tel: 99981986774
E-mail: diariosmt@hotmail.com

ENDEREÇO COMPLETO
RUA DAS FLORES PRAÇA DA MATRIZ, Nº 42 CENTRO

RESPONSÁVEL
Prefeitura de São Mateus do Maranhão

Assinado eletronicamente por:
Edimilson Viana da Silva
CPF: ***.315.753-**
em 22/12/2022 18:26:33
IP com n°: 10.1.1.13
www.saomateus.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1535

ISSN2764720X

- ATA DE - DE REGISTRO DE PREÇO: 20221798/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20221798/2022. CONCORRENCIA PUBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022.05.20.0011/2022. O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, inscr ita no CNPJ/MF 06.019.491/0001-07, com sede na Praça da Matriz nº 42 Centro, São Mateus do Maranhão/MA - Estado do Maranhão, neste ato Representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, o Sr. Thiago Rezende Aragão, brasileiro (a), portador (a) do R.G nº 961045981 e inscrito(a) no CPF sob nº 955.835.723 -53, residente neste Município de São Mateus do Maranhão/MA, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do CONCORRENCIA Nº 004/2022, tudo em conformidade com o processo administrativo nº . **2022.05.20.0011/2022**, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da e mpresa **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ nº **08.106.567/0001-59**, estabelecia na **RUA BELIRA, Nº 40 MAIOBA, PAÇO DO LUMIAR -MA, CEP. 65.130-000**, Fone/Fax ***, E-mail – wasconstrucoes10@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. Ailton Jose Jesus de Sousa, brasileiro, portador do RG nº 0287889020054. SSP/MA e CPF/MF nº 026.492.053 -85, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando -se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 029/2015 de julho de 2015 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Concorrência para Registro de Preços nº 004/2022, constituindo assim, em documento vinculativo e obrigacional às partes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços dos produtos estão registrados nos termos da proposta vencedora do Concorrência nº 004/2022 – Sistema de Registro de Preços, conforme o tabela (s) abaixo:

Folhas nº 68
Processo nº 094
Rubrica nº

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**4.654,53**
1.1	22	Próprio	Placa indicativa da obra	m²	6	268,96	349,02	2.094,12
1.2	99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	M	5689,8	0,35	0,45	2.560,41
2			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**					**115.563,78**
2.1	31	Próprio	Administração da Obra	mês	6	14.842,13	19.260,63	115.563,78
3			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO**					**2.943.908,37**
3.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	28449	52,01	67,49	1.920.023,01
3.2	94996	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	5313,31	87,16	113,10	600.935,36
3.3	023194	SBC	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT.	m²	5000	65,19	84,59	422.950,00
4			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**1.142.207,89**
4.1			**DRENAGEM SUPERFICIAL**					**1.124.980,19**
4.1.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	11379,6	41,97	54,46	619.733,01
4.1.2	94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	11379,6	29,32	38,04	432.879,98
4.1.3	94293	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	M	460	121,23	157,32	72.367,20

Assinado eletronicamente por: Edimilson Viana da Silva - CPF: ***.315.753-** em 22/12/2022 18:26:33 - IP com nº: 10.1.1.13
Autenticação em: www.saomateus.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1535

4.2			**DRENAGEM PROFUNDA**					**17.227,70**
4.2.1	92219	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	16	147,07	190,85	3.053,60
4.2.2	92221	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	30	263,92	342,48	10.274,40
4.2.3	92226	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	6	500,85	649,95	3.899,70
5			**SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA**					**118.686,69**
5.1			**SINALIZAÇÃO VERTICAL**					**95.360,58**
5.1.1	2553	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42	731,70	949,52	39.879,84
5.1.2	2551	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42	952,08	1.235,51	51.891,42
5.1.3	73916/002	SINAPI	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	42	65,86	85,46	3.589,32
5.2			**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**					**23.326,11**
5.2.1	72947	SINAPI	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	m²	547,96	12,80	16,61	9.101,61
5.2.2	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	11379,6	0,97	1,25	14.224,50
6			**SERVIÇOS FINAIS**					**23.441,97**
6.1	38	Próprio	Limpeza final da obra	m²	11379,6	1,59	2,06	23.441,97

Total sem BDI	**3.351.272,38**
Total do BDI	**997.190,85**
Total Geral	**4.348.463,23**

São Mateus do Maranhão/MA, 22 de dezembro de 2022. **O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO.** Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico. Sr. Thiago Rezende Aragão. CPF sob nº 955.835.723 -53. ORGÃO GERENCIADOR. **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI.** CNPJ n° **08.106.567/0001-59**. Sr. Ailton Jose Jesus de Sousa. CPF/MF nº 026.492.053-85. Rep. Legal. Fornecedor

Folhas nº 69
Processo nº 094
Rubrica nº

- TERMO DE - RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE: 008/2022

PROCESSO Nº 2022.12.08.0032 INEXIGIBILIDADE Nº 008/2022 **TERMO DE ATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO RATIFICO,** o ato do Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação que declarou a licitação inexigível, com fundamento no art. 25, inciso III, a favor da contratação da empresa: **OS BAROES DA PISADINHA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA CNPJ nº 34.624.741/0001-652**, com sede na Quadra 1204 SUL Alameda 10, S/N, Plano Diretor Sul, CEP 77.019 -512, Palmas -TO, para **Contratação de empresa para prestação de serviços de execução de Show da Banda Barões da Pisadinha para a comemoração do 61° Aniversário da**

Assinado eletronicamente por: Edimilson Viana da Silva - CPF: ***.315.753-** em 22/12/2022 18:26:33 - IP com n°: 10.1.1.13
Autenticação em: www.saomateus.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1535

Folhas nº 70
Processo nº 094
Rubrica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 094/2023

De acordo com as informações constantes neste processo administrativo autuado, **aprovo o Projeto Básico, nos termos art. 7º, §2º, I, da Lei 8.666/1993**, **AUTORIZO** o prosseguimento do presente processo, devendo haver o encaminhamento da solicitação para **contratação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio no Município de Alto Alegre do Pindaré – MA**, pelo que determino que seja providenciada a instrução dos autos com vistas a realizar a contratação dentro das formalidades legais de acordo com o rito abaixo:

a) À Contabilidade Geral do Município para informar se há recursos e realizar a reserva da respectiva Dotação Orçamentária;

b) Ao Secretário de Obras do Município para envio de pedido de autorização de Adesão ao Município de São Mateus do Maranhão/MA, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, oriunda da Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022, que tramitou através do Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022;

c) À CPL para manifestar-se sobre a modalidade de contratação;

d) À Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;

e) Ao Ordenador de Despesas para decidir sobre a autorização de Adesão a Ata de Registro de Preços ou da deflagração de procedimento licitatório;

Alto Alegre do Pindaré – MA, 13 de março de 2023.

Francisco Dantas Ribeiro Filho
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré -MA

Folhas nº 71
Processo nº 094
Rubrica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 094/2023

Requerente: Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Objeto: Contratação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio no Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Para: CPL

DESPACHO

Declaro para fins do disposto no art. 16, II, da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e para efeito de realização de procedimentos licitatórios, que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, sendo compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e deverá ocorrer por conta das dotações orçamentárias conforme abaixo:

2 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE
02 PODER EXECUTIVO
02 11 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
021100 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
15 Urbanismo
15 451 Infra-Estrutura Urbana
15 451 0181 SERVIÇO DE ULTILIDADE PUBLICA
15 451 0181 1025 0000 CONCERVAÇAO E MELHORIA DE VIAS URBANAS

Alto Alegre do Pindaré/MA, 16 de março de 2023.

Antônio Amaro dos Santos Ayres
Contador Geral
CRC/MA 010691/0-2

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Folhas nº 12
Processo nº 099
Rubrica nº

Ofício nº 016/2023

Alto Alegre do Pindaré/MA, 22 de março de 2023.

Ao Sr.
Thiago Rezende Aragão
Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Município de São Mateus do Maranhão/MA

Ref.: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA.

Ilustríssimo Sr. Presidente,

Em consonância com o disposto no art. 22, do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, informamos a Vossa Senhoria o nosso interesse em aderir à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA.

Após estudo técnico preliminar, identificamos a vantajosidade em aderir à referida ARP, conforme planilha de composição de custos em nexo, razão pela qual solicitamos que seja apreciado o pedido ora formulado, de modo que esta prefeitura faça uso da referida Ata de Registro de Preços.

Caso haja concordância com a referida pretensão, solicito que seja encaminhada a AUTORIZAÇÃO, acompanhada de documentos digitalizados, quais sejam, Edital, aviso de licitação, Ata de Registro de Preços, homologação, e respectivas publicações, através do e-mail cpl.altoalegrep@gmail.com.

Solicitamos ainda que seja solicitada a autorização da empresa beneficiária, detentora dos preços registrados na referida ata, acompanhada da documentação comprobatória da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico financeira e comprovação da capacidade técnica da empresa, bem como declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Cumpre frisar que a solicitação se encontra dentro do limite de 50% (cinquenta por cento), previsto no §3º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13.

Atenciosamente,

FRANCIVALDO REIS DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo de
Alto Alegre do Pindaré/MA

Gmail **CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>**

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com> 23 de março de 2023 às 15:47
Para: cplsaomateus2021@gmail.com

Folhas nº 73
Processo nº 094
Rubrica nº

Prezado Senhor Servidor,

Segue em anexo o Ofício nº 016/2023, com solicitação deste Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, para aderir à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA, a qual tem como objeto o "registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão".

Acompanhado ao ofício, segue a nossa planilha de composição de custos com preços oficiais para licitação e planilha utilizando os preços registrados na referida ata, a qual se mostra vantajosa a adesão.

Aguardamos sua resposta.

--
Por gentileza acusar o recebimento.

Att
FRANCIVAL VELOSO FERNANDES
Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação

3 anexos

Ofício_016_2023_Mun. São Mateus-MA.pdf
144K

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO.pdf
391K

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA ARP.pdf
391K

Gmail **CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>**

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022

CPL São Mateus <cplsaomateus2021@gmail.com> 18 de abril de 2023 às 17:27
Para: CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>

Folhas nº 74
Processo nº 094
Rubrica nº

Boa tarde, segue em anexo ofício de AUTORIZAÇÃO deste órgão gerenciador.

att. CPL de São Mateus do Maranhão.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

OFICIO N 118.2023 - A PREFEITURA DE ALTO ALEGRE DO PINDARE.pdf
1856K

Folhas nº 75
Processo nº 0124
Rúbrica nº

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

OFÍCIO N° 118/2023

São Mateus do Maranhão/MA, 27 de março de 2023.

Ao
Ilmo. Senhor
Francisco Reis da Silva
Secretario Municipal de Obras e Urbanismo.
Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindare/MA.

Assunto: **Autorização para Adesão a Ata de Registro de Preços N° 20221798/2022, referente ao Concorrencia N° 004/2022 - SRP.**

Prezado Senhor,

Por conta da singularidade exposta no Oficio nº 016/2023 recebido deste órgão, **AUTORIZO** para que seja liberada a **Ata de Registros de Preços n° 20221798/2022**de acordo com as quantidades em anexo, provenientes da Concorrencia **N° 004/2022**, que teve como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO.

ANEXO

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**2.325,06**
1.1	22	Próprio	Placa indicativa da obra	m²	3,00	268,96	349,02	1.047,06
1.2	99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	M	2.840,00	0,35	0,45	1.278,00
2			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**					**57.781,89**
2.1	31	Próprio	Administração da Obra	mês	3,00	14.842,13	19.260,63	57.781,89
3			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO**					**1.452.675,50**
3.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	13.950,00	52,01	67,49	941.485,50
3.2	94996	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	2.650,00	87,16	113,10	299.715,00
3.3	023194	SBC	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT.	m²	2.500,00	65,19	84,59	211.475,00
4			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**544.933,59**
4.1			**DRENAGEM SUPERFICIAL**					**544.933,59**
4.1.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	5.500,00	41,97	54,46	299.529,99
4.1.2	94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	5.500,00	29,32	38,04	209.220,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

4.1.3	94293	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	M	230,00	121,23	157,32	36.183,60
4.2			**DRENAGEM PROFUNDA**					**0,00**
4.2.1	92219	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	-	147,07	190,85	0,00
4.2.2	92221	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	-	263,92	342,48	0,00
4.2.3	92226	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	-	500,85	649,95	0,00
5			**SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA**					**56.769,49**
5.1			**SINALIZAÇÃO VERTICAL**					**45.409,80**
5.1.1	2553	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	20,00	731,70	949,52	18.990,40
5.1.2	2551	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	20,00	952,08	1.235,51	24.710,20
5.1.3	73916/002	SINAPI	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	20,00	65,86	85,46	1.709,20
5.2			**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**					**11.359,69**
5.2.1	72947	SINAPI	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	m²	270,00	12,80	16,61	4.484,69
5.2.2	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	5.500,00	0,97	1,25	6.875,00
6			**SERVIÇOS FINAIS**					**11.329,99**
6.1	38	Próprio	Limpeza final da obra	m²	5.500,00	1,59	2,06	11.329,99

Total Geral C/ BDI.	**2.125.815,52**

VALOR GERAL DA ADESÃO: **R$ 2.125.815,52 (Dois milhoes, cento e cinte e cinco mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos).**

Atenciosamente,

Thiago Rezende Aragão
Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
Portaria nº 008/2021 - GB

Gmail **CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>**

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com> 19 de abril de 2023 às 09:59
Para: CPL São Mateus <cplsaomateus2021@gmail.com>

Folhas nº 77
Processo nº 094
Rubrica nº

Prezado Senhor Servidor,

Solicitamos o envio da documentação descrita no Ofício nº 016/2023, especialmente aquela que não se encontra disponível no Portal da Transparência desse Município de São Mateus do Maranhão, qual seja, publicação do aviso de licitação nos meios oficiais, Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022 e sua respectiva publicação.

Aguardamos sua resposta.

--
Por gentileza acusar o recebimento.

Att
FRANCIVAL VELOSO FERNANDES
Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Gmail **CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>**

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022

CPL São Mateus <cplsaomateus2021@gmail.com> 19 de abril de 2023 às 10:47
Para: CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Folhas nº 78
Processo nº 094
Rubrica nº

3 anexos

AVISO CONC- 004-2022 (1).pdf
87K

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (2).pdf
5180K

PUBLICAÇÃO - ATA (2).pdf
1340K

Folhas nº 79
Processo nº 093
Rublica nº

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PÚBLICA N° 004/2022

O Município de São Mateus do Maranhão/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Infra Estrutura juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar ás 08:30(horas) do dia 12 de Agosto de 2022, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, nos termos da Lei 8.666/93, licitação na modalidade "Concorrência Publica n° 004/2022 - SRP" tipo "menor preço global", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite, https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas).

São Mateus do Maranhão/MA, 06 de julho de 2022.

Victor Rabelo Corrêa
Presidente da CPL
Portaria n° 030/2022

Folhas nº 80
Processo nº 094
Rublica nº

fls 4.886

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20221798/2022
CONCORRENCIA PUBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022.05.20.0011/2022

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ MF 06.019.491/0001-07, com sede na Praça da Matriz nº 42 Centro, São Mateus do Maranhão/MA - Estado do Maranhão, neste ato Representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, o Sr. Thiago Rezende Aragão, brasileiro (a), portador (a) do R.G nº 961045981 e inscrito(a) no CPF sob nº 955.835.723-53, residente neste Município de São Mateus do Maranhão MA, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do CONCORRENCIA Nº 004/2022, tudo em conformidade com o processo administrativo nº . **2022.05.20.0011/2022**, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI,** CNPJ nº **08.106.567/0001-59**, estabelecia na **RUA BELIRA, N° 40 MAIOBA, PAÇO DO LUMIAR-MA, CEP. 65.130-000**, Fone/Fax ***, E-mail – wasconstrucoes10@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. Ailton Jose Jesus de Sousa, brasileiro, portador do RG nº 0287889020054, SSP MA e CPF/MF nº 026.492.053-85, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 029/2015 de julho de 2015 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Concorrência para Registro de Preços nº 004 2022, constituindo assim, em documento vinculativo e obrigacional às partes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Faz parte integrante desta Ata todos os documentos e instruções que compõem Concorrência para Registro de Preços nº 004/2022, completando-a para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços dos produtos estão registrados nos termos da proposta vencedora do Concorrência nº 004/2022 – Sistema de Registro de Preços, conforme o tabela (s) abaixo:

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					4.654,53
1.1	22	Próprio	Placa indicativa da obra	m²	6	268,96	349,02	2.094,12
1.2	99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, AF_10/2018	M	5689,8	0,35	0,45	2.560,41
2			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**					115.563,78

WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159 Assinado de forma digital por WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159 Dados: 2022.12.22 11:07:36 -03'00'

Folhas nº 81
Processo nº 094
Rubrica nº
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 4.887
Rubrica

2.1	31	Próprio	Administração da Obra	mês	6	14.842,13	19.260,63	115.563,78
3			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO**					**2.943.908,37**
3.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	28449	52,01	67,49	1.920.023,01
3.2	94996	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	5313,31	87,16	113,10	600.935,36
3.3	023194	SBC	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT.	m²	5000	65,19	84,59	422.950,00
4			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**1.142.207,89**
4.1			**DRENAGEM SUPERFICIAL**					**1.124.980,19**
4.1.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	11379,6	41,97	54,46	619.733,01
4.1.2	94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	11379,6	29,32	38,04	432.879,98
4.1.3	94293	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	M	460	121,23	157,32	72.367,20
4.2			**DRENAGEM PROFUNDA**					**17.227,70**
4.2.1	92219	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	16	147,07	190,85	3.053,60
4.2.2	92221	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	30	263,92	342,48	10.274,40
4.2.3	92226	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	6	500,85	649,95	3.899,70
5			**SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA**					**118.686,69**
5.1			**SINALIZAÇÃO VERTICAL**					**95.360,58**
5.1.1	2553	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42	731,70	949,52	39.879,84
5.1.2	2551	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42	952,08	1.235,51	51.891,42
5.1.3	73916/002	SINAPI	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	42	65,86	85,46	3.589,32
5.2			**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**					**23.326,11**
5.2.1	72947	SINAPI	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	m²	547,96	12,80	16,61	9.101,61

WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159
Assinado de forma digital por WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159
Dados: 2022.12.22 11:08:17 -03'00'

Folhas nº 82
Processo nº 094
Rubrica nº
SÃO DE LICITAÇÃO 4.888 Rubrica

5.2.2	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	11379,6	0,97	1,25	14.224,50
6			**SERVIÇOS FINAIS**					**23.441,97**
6.1	38	Próprio	Limpeza final da obra	m²	11379,6	1,59	2,06	23.441,97

Total sem BDI	**3.351.272,38**
Total do BDI	**997.190,85**
Total Geral	**4.348.463,23**

3.2. O preço contratado será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na cláusula sétima deste instrumento.

3.3. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição ou prestação de serviços pretendida nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.4. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei de Licitações.

3.5 O quantitativo apresentado na presente Ata de Registro, refere-se a estimativa realizada pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Economico do Município de São Mateus do Maranhão/MA, não ensejando a obrigatoriedade da sua contratação integral ou parcial.

3.6 O detentor da Ata de Registro de Preços declara esta ciente que a sua assinatura gera apenas mera expectativa de contratação (Acordão nº 128515/Plenário).

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contínuos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados, na especificação, quantidade e periodicidade especificadas no Edital, Projeto Básico – Anexo I e nesta ARP, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. Os serviços deverão ser executados e está em perfeita condições e de acordo com o Projeto Básico e a proposta apresentada, sob pena de serem refeitos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos referentes aos serviços executados objeto da presente Ata será efetuado nos termos do edital da licitação e anexos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata § 1º no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159

Assinado de forma digital por WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159 Dados: 2022.12.22 11:08:54 -03'00'

Folhas nº 83
Processo nº 094
Rubrica nº

fls 4.889
Rubrica

7.2. Durante a vigência da Ata, os valores registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou redução dos preços praticados no mercado.

7.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, o Órgão Municipal responsável, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

7.4. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a Prefeitura (Órgão Gerenciador) promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.5.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.5.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.6.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.6.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.7. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da respectiva Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.8. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA para determinado item.

7.9. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do Fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.10. As alterações de preços oriundas da revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas no Diário Oficial.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA quando:

8.1.1. Não formalizar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159

Folhas nº 84
Processo nº 094
Rubrica nº

Fls 4890
Rubrica

8.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.4. Estiver suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o município, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93;

8.1.5. For declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93;

8.1.6. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º, da Lei 10.520/2002.

8.1.7. Não receber a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada pela Administração unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

8.3. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

8.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.4.1. Por razões de interesse público; ou

8.4.2. A pedido do fornecedor.

8.5. O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço quando:

8.5.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior;

8.6. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, instruída com a comprovação do fato ou fatos que justifiquem o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração Pública Municipal.

8.7. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa quando motivada pela ocorrência de infração cometida pela empresa, observados os critérios estabelecidos na cláusula nona deste instrumento.

8.8. Da decisão da autoridade competente do órgão gerenciador se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento, e/ou publicado na imprensa oficial.

8.9. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159

Assinado de forma digital por WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159
Dados: 2022.12.22 11:10:12 -03'00

Folhas nº 85
Processo nº 094
Rubrica nº

8.10. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será extinta, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA

9.1. A empresa beneficiária do registro de preços fica obrigada a:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a respectiva nota de empenho e/ou contrato ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação;

9.1.2. Executar o objeto nas condições acordadas, nas quantidades solicitadas, na forma definida no edital e seus anexos;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente aos órgãos gerenciadores e participante(s) e ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

9.1.4. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, documentação atualizada de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com o contratante;

9.1.7. Substituir produtos, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da notificação, por produtos com características e garantia estabelecida no edital e seus anexos;

9.1.8. Manter preposto, aceito pela administração, durante todo período de vigência da ata de registro de preços, para representa-la sempre que for necessário.

9.1.9. Comunicar a fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

9.1.10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

9.1.11. Demais obrigações definidas no Edital e anexos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1. A Prefeitura compromete-se a:

10.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA, devidamente identificados, quando necessário, às dependências da Prefeitura;

10.1.2. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

10.1.3. Notificar o fornecedor beneficiário do registro de preços quanto à requisição do objeto mediante o

WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159 Assinado de forma digital por WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159 Dados: 2022.12.22

Folhas nº 86
Processo nº 092
Rubrica nº

envio da nota de empenho, a ser repassada via fax ou outro meio ou retirada pessoalmente pelo fornecedor;

10.1.4. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na entrega/prestação do objeto e interromper imediatamente a aquisição/prestação, se for o caso;

10.1.5. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas na Ata e edital;

10.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

10.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor, além daqueles que não apresentarem condições de serem utilizados;

10.1.8. Demais obrigações definidas no Edital e anexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

11.2. Os Órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este, através da CPL, indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não dos serviços, decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, §4º do Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

11.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (art. 22, §3º do Decreto nº 7892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

11.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 6º, do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013;

11.6.1. A Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão MA poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

11.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das

WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159 Assinado de forma digital por WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159 Dados: 2022.12.22 11:11:14 -03'00'

obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

12.1. Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente Ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o fornecedor registrado sujeito às sanções previstas no Edital, em conformidade com artigo 7º da Lei N.º 10.520 02, e subsidiariamente a lei 8.666/93, além do cancelamento do registro, nos termos da Cláusula Nona deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que seu ato ensejar.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As omissões desta Ata e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuser o Edital de Licitação que deu origem a esta Ata de Registro de Preços e a proposta apresentada pela licitante, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as da proposta.

13.2. O presente registro decorre da adjudicação ao promitente fornecedor do objeto disposto na Cláusula Primeira, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital da Licitação que deu origem a esta Ata de Registro de Preços, conforme decisão da Pregoeira da Comissão Permanente de Licitação, lavrada em Ata e homologação pelo Ordenador de Despesa.

13.3. Para os casos omissos será aplicada a legislação que couber, obedecidas as disposições previstas na Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações e Decreto Federal nº 7.892/2013.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir as questões oriundas deste Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de São Mateus do Maranhão/MA

E por estarem de pleno e comum acordo com as disposições estabelecidas na presente Ata, assinam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

São Mateus do Maranhão/MA, 22 de dezembro de 2022.

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Sr. Thiago Rezende Aragão
CPF sob nº 955.835.723-53
ORGÃO GERENCIADOR

WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159
Assinado de forma digital por WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159
Dados: 2022.12.22 11:11:56 -03'00'

WAS CONSTRUÇÕES EIRELI
CNPJ nº **08.106.567/0001-59**,
Sr. Aílton Jose Jesus de Sousa
CPF/MF nº 026.492.053-85
Rep. Legal
Fornecedor

Folhas nº 38
Processo nº 0924
Rubrica nº

- ATA DE - DE REGISTRO DE PREÇO: 20221798/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20221798/2022. CONCORRENCIA PUBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022.05.20.0011/2022. O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, inscrita no CNPJ/MF nº 06.019.491/0001-07, com sede na Praça da Matriz nº 42 Centro, São Mateus do Maranhão/MA - Estado do Maranhão, neste ato Representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, o Sr. Thiago Rezende Aragão, brasileiro (a), portador (a) do R.G nº 961045981 e inscrito(a) no CPF sob nº 955.835.723 -53, residente neste Município de São Mateus do Maranhão/MA, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do CONCORRENCIA Nº 004/2022, tudo em conformidade com o processo administrativo nº . **2022.05.20.0011/2022**, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da e mpresa **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ nº **08.106.567/0001-59**, estabelecida na **RUA BELIRA, Nº 40 MAIOBA, PAÇO DO LUMIAR-MA, CEP. 65.130-000**, Tone Fax ***, E-mail – wasconstrucoes10@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. Ailton Jose Jesus de Sousa, brasileiro, portador do RG nº 0287889020054 SSP MA e CPF MF nº 026.492.053 -85, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 029/2015 de julho de 2015 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Concorrência para Registro de Preços nº 004/2022, constituindo assim, em documento vinculativo e obrigacional às partes.

3. CLAUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços dos produtos estão registrados nos termos da proposta vencedora do Concorrência nº 004/2022 – Sistema de Registro de Preços, conforme o tabela (s) abaixo:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls.
Rubrica

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**4.654,53**
1.1	22	Próprio	Placa indicativa da obra	m²	6	268,96	349,02	2.094,12
1.2	99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO AF_10/2018	M	5689,8	0,35	0,45	2.560,41
2			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**					**115.563,78**
2.1	31	Próprio	Administração da Obra	mês	6	14.842,13	19.260,63	115.563,78
3			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO**					**2.943.908,37**
3.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	28449	52,01	67,49	1.920.023,01
3.2	94996	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	5313,31	87,16	113,10	600.935,36
3.3	023194	SBC	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT	m²	5000	65,19	84,59	422.950,00
4			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**1.142.207,89**
4.1			**DRENAGEM SUPERFICIAL**					**1.124.980,19**
4.1.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	11379,6	41,97	54,46	619.733,01
4.1.2	94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	11379,6	29,32	38,04	432.879,98
4.1.3	94293	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	M	460	121,23	157,32	72.367,20

Assinado eletronicamente por: Edmilson Viana da Silva - CPF: ***.315.753-** em 22/12/2022 18:26:33 - IP com nº: 10.1.1.13
Autenticação em: www.saomateus.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1535

4.2			**DRENAGEM PROFUNDA**					**17.227,70**
4.2.1	92219	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	16	147,07	190,85	3.053,60
4.2.2	92221	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	30	263,92	342,48	10.274,40
4.2.3	92226	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	6	500,85	649,95	3.899,70
5			**SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA**					**118.686,69**
5.1			**SINALIZAÇÃO VERTICAL**					**95.360,58**
5.1.1	2553	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42	731,76	949,52	39.879,84
5.1.2	2551	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42	952,08	1.235,51	51.891,42
5.1.3	73916/002	SINAPI	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	42	65,86	85,46	3.589,32
5.2			**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**					**23.326,11**
5.2.1	72947	SINAPI	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	m²	547,96	12,80	16,61	9.101,61
5.2.2	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	11379,6	0,97	1,25	14.224,50
6			**SERVIÇOS FINAIS**					**23.441,97**
6.1	38	Próprio	Limpeza final da obra	m²	11379,6	1,59	2,06	23.441,97

Total sem BDI	**3.351.272,38**
Total do BDI	**997.190,85**
Total Geral	**4.348.463,23**

São Mateus do Maranhão/MA, 22 de dezembro de 2022. **O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO.** Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico. Sr. Thiago Rezende Aragão. CPF sob nº 955.835.723-53. ORGÃO GERENCIADOR. **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI**. CNPJ nº **08.106.567/0001-59**. Sr. Ailton Jose Jesus de Sousa. CPF/MF nº 026.492.053-85. Rep. Legal. Fornecedor

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
fls. 10
Rubrica

Folhas nº 89
Processo nº 094
Rubrica nº

- TERMO DE - RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE: 008/2022

PROCESSO Nº 2022.12.08.0032 INEXIGIBILIDADE Nº 008/2022. **TERMO DE ATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO RATIFICO**, o ato do Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação que declarou a licitação inexigível, com fundamento no art. 25, inciso III, a favor da contratação da empresa: **OS BARÕES DA PISADINHA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA CNPJ** nº 34.624.741/0001-652, com sede na Quadra 1204 SUL Alameda 10, S/N, Plano Diretor Sul, CEP 77.019-512, Palmas -TO, para **Contratação de empresa para prestação de serviços de execução de Show da Banda Barões da Pisadinha para a comemoração do 61º Aniversário da**

Assinado eletronicamente por Edimilson Viana da Silva - CPF ***.315.753-** em 22/12/2022 18:26:33 - IP com nº: 10.1.1.13
Autenticação em: www.saomateus.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1535

Folhas nº 90
Processo nº 094
Rubrica nº

SÃO MATEUS

Prefeitura de São Mateus do Maranhão

Rua Verão, 40 - Praça da Igreja Matriz, Centro - CEP: 65470-000 - São Mateus do Maranhão\MA

CNPJ: 06.019.491/0001-07 - Tel: 099 992089920 - Site: www.saomateus.ma.gov.br

INFORMAÇÕES DA LICITAÇÃO				
CONCORRÊNCIA: 004/2022				
DATA DA ABERTURA	**DATA DA PUBLIC./AVISO**	**DATA FA PUBLIC./EDITAL**	**TIPO**	**SITUAÇÃO**
12/08/2022	08/07/2022	08/07/2022	MENOR PREÇO	ABERTA
LOCAL DE ABERTURA				
SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO				
OBJETO DA LICITAÇÃO				
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO.				

RESPONSÁVEIS	
Pregoeiro/Presidente da Comissão	VICTOR RABELO CORREA
Responsável pela Informação	VICTOR RABELO CORREA

FORMA DE PUBLICAÇÃO		
PUBLICAÇÃO	**TIPO**	**DESCRIÇÃO**
08/07/2022	DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO	DOM

ÓRGÃOS	
ÓRGÃO	**ORDENADOR**
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	

ARQUIVOS DISPONÍVEIS	
DESCRIÇÃO	**EXTENSÃO**
AVISO DE LICITAÇÃO	pdf
EDITAL	pdf
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	pdf
ADJUDICAÇÃO	pdf
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO	pdf
RESULTADO DA CONCORRENCIA	pdf
PARECER CONCLUSIVO	pdf

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO Fls. nº 989 Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Folhas nº 91
Processo nº 094
Rubrica nº

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PÚBLICA N° 004/2022

O Municipio de São Mateus do Maranhão/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Infra Estrutura juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar ás 08:30(horas) do dia 12 de Agosto de 2022, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, nos termos da Lei 8.666/93, licitação na modalidade "Concorrência Publica n° 004/2022 - SRP" tipo "menor preço global", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite, https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas).

São Mateus do Maranhão/MA, 06 de julho de 2022.

Victor Rabelo Corrêa
Presidente da CPL
Portaria n° 030/2022

Folhas nº 92
Processo nº 0961
Rubrica nº

Comissão especial da Câmara aprova PEC que concede benefícios sociais

Texto segue para análise do plenário da Casa

A comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou nessa quinta-feira (7), com 36 votos favoráveis, o parecer da proposta de emenda à Constituição (PEC 1), que prevê o pagamento de benefícios sociais até o fim do ano. A matéria segue para análise do plenário da Casa.

O texto gera R$ 41,25 bilhões de despesas excepcionais, divididos entre benefícios sociais e econômicos. A matéria consolida as redações de duas PECs (15/22 e 1/22), sem alterar o mérito já aprovado no Senado para a PEC 1/22. Está previsto o estado de emergência no país até 31 de dezembro, justificado pela elevação "extraordinária e imprevisível" dos preços do petróleo, combustíveis e seus impactos sociais.

Na prática, a medida permite ao governo ampliar benefícios sociais que não seriam autorizados em ano eleitoral. Segundo a legislação, não pode haver concessão de novos benefícios ou distribuição de valores em ano eleitoral, a não ser em casos excepcionais, como estado de emergência.

"É notório o estado de pobreza pelo qual passa grande parte do país. O aumento dos combustíveis e a inflação desenfreada são pequenos indícios sobre o estado precário pelo qual passa a população mais carente. A PEC 01/2022 vem exatamente instituir o estado de emergência para ampliar o pagamento de benefícios, pois, em face das eleições, isso não seria possível sem que se infringisse o ordenamento jurídico e os mandamentos constitucionais", justificou o relator da matéria, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

Há previsão de Auxílio Brasil de R$ 600, auxílio de R$ 1 mil para caminhoneiros, vale-gás de cozinha e reforço ao programa Alimento Brasil, além de recursos extras para taxistas, financiamento da gratuidade no transporte coletivo de idosos e compensações para os estados que reduzirem a carga tributária dos biocombustíveis.



NELLY BOSS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou, com 36 votos favoráveis, o parecer da proposta de emenda à Constituição

BIOCOMBUSTÍVEIS

A proposta também determina ao poder público a criação de um regime fiscal favorecido para beneficiar o consumidor final, a ser instituído por lei complementar.

O regime deve assegurar aos combustíveis renováveis (como o etanol) tributação inferior ao dos combustíveis fósseis (como gasolina e diesel).

A medida visa diminuir o impacto de medidas recentes aprovadas pelo Congresso Nacional que reduziram a tributação da gasolina e diesel, tornando o etanol menos vantajoso para o consumidor.

"Essas medidas têm duração prevista até o final do ano, quando a legislação eleitoral não será mais óbice para que os benefícios possam ser aprovados, aí sim, de maneira permanente", explicou o relator.

Por se tratar de uma proposta de PEC, o texto precisa ser aprovado por três quintos dos deputados, o correspondente a 308 votos favoráveis, em dois turnos de votação.

ELEIÇÕES

Apesar de votarem favoravelmente, parlamentares de oposição criticaram trechos do texto.

A medida, na avaliação de congressistas tem "caráter eleitoreiro" ao se restringir ao período que coincide com as eleições deste ano.

Para o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), a proposta não oferece alternativas para o início do ano que vem, quando acabará o efeito da medida. Na avaliação do parlamentar, a prioridade seria analisar as reformas tributária e administrativa "para diminuir o tamanho do Estado nas costas do brasileiro e poder, assim, reduzir a carga tributária e não esse assistencialismo".

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) disse que a PEC surge muito depois do aumento da fome no Brasil. "Além de atropelar a lei eleitoral e propor, para resolver essa questão, a instelação de um estado de emergência, que termina no dia 31 de dezembro, como se a vida do povo então fosse resolvida, essa PEC surge muito depois da ampliação da situação de fome no nosso País, que já chega a mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras", disse. (Agência Brasil)

Justiça determina que Sérgio Cabral e esposa restituam cofres públicos

A Justiça do Rio fixou em R$ 10 milhões a quantia que o ex-governador Sérgio Cabral e a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo terão de pagar a título de reparação dos prejuízos causados aos cofres públicos no período que vai de 19 de agosto de 2008 a 3 de abril de 2014. O valor ainda sofrerá atualização monetária e juros de mora de um por cento ao mês contados desde abril de 2014. A decisão é da 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio.

Os dois foram condenados no ano passado pelo crime de peculato pelo uso particular de helicópteros do governo do Estado para transporte de familiares, funcionários, políticos e amigos. Em primeira instância, a condenação previa a devolução superior a R$ 19 milhões.

As defesas de Cabral e Adriana recorreram da decisão e a 8ª Câmara Criminal acolheu parcialmente os pedidos. De acordo com a relatora do processo, desembargadora Suely Lopes Magalhães, a autoria e a materialidade do delito de peculato imputado aos réus foram demonstradas tanto pela farta documentação do processo quanto pelos depoimentos colhidos no inquérito e em juízo.

A desembargadora Suely Magalhães escreveu na decisão que "observados os princípios de proporcionalidade e razoabilidade, fixa-se a importância de R$ 10 milhões, a título de valor mínimo para reparação dos danos causados pelos reus aos cofres públicos, com atualização monetária e juros de mora de 1% ao mês contados desde o evento danoso, na forma do art. 398 do Código Civil e da Súmula STJ 54, dado que a obrigação ora estabelecida decorre de ato ilícito, sendo certo, ainda, que como a sentença está a tratar de continuidade delitiva, onde há vários delitos ligados uns aos outros devido a condições semelhantes de tempo, lugar, modo de execução e outras, de forma que os subsequentes devam ser tidos como continuação do primeiro, a data inicial de incidência dos juros será a de 3 abril de 2014".



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro

O QUE DIZ A DEFESA

A advogada Patrícia Proetti, que defende o ex-governador Sérgio Cabral, disse, em nota, que "o acórdão que manteve a condenação criminal contra o ex-governador é descabido e totalmente ilegal. Vale lembrar que o ex-governador respondeu, na 8ª Vara de Fazenda Pública, a uma ação de improbidade administrativa pelo mesmo fato e que foi julgada improcedente em um processo que já transitou em julgado. Naquela oportunidade, a magistrada entendeu que não havia ato de improbidade tampouco dano ao erário. Isso porque concluiu-se que os voos eram regulares, os informes gerados pelo setor de inteligência determinavam que o transporte aéreo em equipamentos do estado era mais seguro e bem mais econômico para os cofres públicos uma vez que os voos foram executados no pleno exercício das prerrogativas da chefia do executivo estadual".

A Agência Brasil entrou em contato com a defesa da ex-primeira-dama e aguarda posicionamento. (AB)

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2022 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Açailândia por meio do pregoeiro oficial, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará às 09:00 horas do dia 20 de julho de 2022 às 09:00 (nove horas) horário de Brasília, licitação para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico nº 048/2022, do tipo Menor Preço, por item, do objeto "Aquisição de [illegible] cujo objeto é o Registro de Preços visando a contratação de [illegible] para atender as necessidades de [illegible] da Administração Pública, nos termos da Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 134/2015, Decreto Municipal nº 139/2017, Decreto Municipal nº 154/2015, Decreto Municipal nº 139/2017, alterados pelo Decreto Municipal nº 141/2021, e alterações [illegible], Decreto Municipal nº 196/2021 e alterações [illegible], Decreto Municipal nº 027/2022 e alterações [illegible], subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas pertinentes à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital. O Edital desta referida licitação encontra-se disponível no site https://www.licitanet.com.br e juntamente pelo PREGOEIRO, na sala da COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO, no site da Prefeitura Municipal de Açailândia, com sede à Av. Santa Luzia, s/nº, Parque das Nações, Açailândia/MA. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos que julgarem necessários deverão ser solicitados até 24 horas antes da data marcada para a abertura da licitação, através do site https://www.licitanet.com.br e encaminhado pelo PREGOEIRO, na sala da COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO, no site da Prefeitura Municipal de Açailândia, com sede à Av. Santa Luzia, s/nº, Parque das Nações, Açailândia/MA. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos que julgarem necessários deverão ser solicitados até 24 horas antes da data marcada para a abertura da licitação, através do site https://www.licitanet.com.br e encaminhado pelo PREGOEIRO, ou ainda pelo e-mail: cplsaomateus2021@gmail.com. Açailândia/MA, 08 de julho de 2022. Vaga Santos Neves - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2022

O MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, situada Av. Santa Luzia, s/nº, Parque das Nações, Cep 65.930-000, Açailândia/MA, CEP 65.930-000, Açailândia/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.309.286/0001-02, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Administração, VERA ALVES CARVALHO, portadora do CPF 257.326.173-53, no uso das suas atribuições legais, amparado pelo Decreto Municipal nº 116/2021 – alterações posteriores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 75, inciso VIII, considerando o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4571/2022 que originou DISPENSA 001/2022 – cujo teve por objeto a contratação de instituição para realização de concurso público visando a ocupação de vagas públicas vagas no município, ao nome especificado no Edital de Dispensa pertinente – termo de referência, devidamente aprovado por parecer jurídico juntado aos autos do processo – de acordo com o que dispõe o artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, resolve: AUTORIZAR o aditamento acima formulado à FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ – CNPJ: 04.795.186/0001-61 – RUA ESPÍRITO SANTO, Nº 511 – NA CIDADE – TERESINA/PI, VALOR GLOBAL PREVISTO R$ 250.000,00 – acima e discriminado – com fiel, soberania e diligência exata. Deve adotar a publicidade na imprensa oficial – art. 72, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021 e ainda deste poder executivo [illegible] [illegible] no site [illegible] e quadro de avisos [illegible] – data de 08 de julho de 2022. Vera Alves Carvalho, Secretária Municipal de Administração. Port. 002/2021 – GAB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARNAÍBA
CNPJ – 06.057.571/0001-29
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2022 – PMAP-MA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2022-PMAP-MA. A Prefeitura municipal de Alto Parnaíba-MA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 11/2022 – PMAP-MA,** do tipo **Menor Preço, por lote,** objetivando o **Registro de Preço** para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de pneus para veículos das Secretarias de **Educação**, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba-MA, em sessão pública eletrônica a partir **das 09:00 horas** (horário de Brasília-DF) do dia **21/07/2022** que será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da Prefeitura de Alto Parnaíba, disponível em www.licitacaoaltoparnaiba.com.br, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 005, de 04 de janeiro de 2017 alterado pelo Decreto Municipal nº 107, de 08 de dezembro de 2018, aplicando-se os procedimentos determinado pela Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Alto Parnaíba, em www.licitacaoaltoparnaiba.com.br e site da Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba https://www.altoparnaiba.ma.gov.br. Alto Parnaíba-MA, 01 de julho de 2022. **Euclides da Silva Moraes**. Pregoeiro – Alto Parnaíba.

TJMA

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Pregão nº 34/2022
Processo nº 17673/2022

Objeto: Contratação eventual de empresa especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução e acompanhamento dos eventos do Tribunal de Justiça. **Justificativa:** Ajustes no edital. **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **E-mail:** cplcaitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 3261-8151/8194. São Luís/MA, 07 de julho de 2022. Ricardo Luís da Silva – Pregoeiro – TJMA.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA / MA
Rua Presidente Vargas, s/n – Centro

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 – CPL/CMP

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA/MA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará sob a égide do Decreto n.º 10.024/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de Material de Consumo de interesse da Câmara municipal de Penalva-MA, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência (Anexo I), do presente edital. Início de disputa dia 20/07/2022 às 09:00h. Endereço Eletrônico: www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se disponível para consulta ou retirado no endereço eletrônico **www.licitanet.com.br**; também poderá ser retirado pelo site www.cmpenalva.ma.gov.br. Sistema do SACOP/TCE-MA e ou através do e-mail cmpenalva@hotmail.com, Penalva, 05 de julho de 2022. Joerbeth de Jesus Padilha. Presidente da CPL da Câmara Municipal de Penalva (MA).

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 004/2022 O Município de São Mateus do Maranhão/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Infra Estrutura juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar às 08:30(horas) do dia 12 de Agosto de 2022, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, nos termos da Lei 8.666/93, licitação na modalidade "Concorrência Publica nº 004/2022 - SRP" tipo "menor preço global", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO. O Edital está disponibilizado, na integra, no endereço eletrônico: https://www.tce.ma.gov.br/acp/mp/relatos. https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com; e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). São Mateus do Maranhão/MA 06 de julho de 2022. Victor Rabelo Corrêa Presidente da CPL Portaria nº 003/2020

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO

AVISO DE CHAMADA PUBLICA Nº 003/2022 O Município de São Mateus do Maranhão/MA torna público aos interessados a Chamada Pública nº 003/2022, para o Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de cartão servidor a ser disponibilizado aos servidores públicos concursados, contratados e comissionados, objetivando adiantamento salarial no limite de 30%, na forma de crédito pré-determinado, para compras à vista e ou a prazo em estabelecimentos credenciados com fornecedores no Município de São Mateus do Maranhão, para posterior pagamento, sob a forma de desconto em folha de pagamento. O recebimento da documentação de habilitação ocorrerá até o dia 03 de agosto de 2022, às 10h00min, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça da Matriz, Nº40, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão - MA. Edital poderá ser obtido gratuitamente no site: https://www.saomateus.ma.gov.br, ou através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com ou retirado no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, localizado na Praça da Matriz, Nº40, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão – MA. SÃO MATEUS DO MARANHÃO (MA), 06 DE JULHO DE 2022. Victor Rabelo Corrêa Presidente da CPL Portaria nº 003/2021

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

AVISOS DE LICITAÇÃO PUBLICA PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2022 - O Município de São Mateus do Maranhão - MA, torna público aos interessados que com base na Lei nº 10.520/02, Decreto federal nº 10.024/2019 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar às 08h00min (horário de Brasília) do dia 26 de julho de 2022, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 026/2022, **do tipo menor preço unitário**, tendo por objeto o Registro de preços para eventual contratação de aquisição de materiais de copa e cozinha para atender as necessidades do Município de São Mateus do Maranhão-MA. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: http://www.licitasaomateus.com.br. O Edital esta disponibilizado, na integra, no endereço eletrônico: www.licitasaomateus.com.br, https://www.tce.ma.gov.br/acp/mp/relatos, https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com; e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) mediante entrega de 01 (uma) resma de papel A4 no endereço supra. São Mateus do Maranhão/MA, 05 de junho de 2022. TACIANA RIBEIRO SOUSA DINIZ. Pregoeira Municipal.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/07/2022 | Edição: 129 | Seção: 3 | Página: 94

Órgão: Prefeituras/Estado do Maranhão/Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls. nº 991
Rubrica

AVISO DE LICITAÇÃO

Folhas nº 93
Processo nº 994
Rubrica nº

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 4/2022

Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022.

O Município de São Mateus do Maranhão/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Infra Estrutura juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar às 08:30(horas) do dia 12 de Agosto de 2022, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro - São Mateus do Maranhão/MA, nos termos da Lei 8.666/93, licitação na modalidade "Concorrência Publica nº 4/2022 - SRP" tipo "menor preço global", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MARANHÃO. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite, https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro - São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas).

São Mateus do Maranhão/MA, 6 de julho de 2022.

VICTOR RABELO CORRÊA
Presidente da CPL

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Folhas nº 921
Processo nº 0944
Rubrica nº

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029.21.02/2022- CPL/PMR. A Prefeitura Municipal de Riachão, estado do Maranhão, com sede na Praça Nossa Senhora de Nazaré, n.º 742, Centro, CEP 65.990-000, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e do Decreto nº 10.024/19, através do Pregoeiro Municipal, torna público, que fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos hospitalares, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Riachão/MA**. Com sessão de abertura para ser realizada **no dia 02 de agosto de 2022, às 09h00min (nove horas)** no sítio eletrônico do Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC) - **www.bnc.org.br**. Os interessados poderão consultar e obter o Edital e seus Anexos gratuitamente através dos endereços eletrônicos do Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br e site oficial da Prefeitura de Riachão/MA http://www.riachao.ma.gov.br. Outras informações pelo e-mail cplriachao.ma@gmail.com ou pelo telefone (99) 9 8448-5262 das 09:00 às 12:00 h. Base Legal Lei nº 8.666/93 e seus Articulados.Riachão/MA, 06 de julho de 2022. Walisson Cunha Duarte. Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2022. A Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/2002 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006; do Decreto Municipal nº 092/2021 – Regulamenta a Modalidade Pregão na Forma Presencial e Eletrônica no âmbito do Município de Ribamar Fiquene e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEM MOTORISTA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DE TRANSPORTE NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE RIBAMAR FIQUENE – MA. A sessão será realizada na Sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Av. Principal, S/N, Centro, sendo conduzida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, auxiliado pela Equipe de Apoio com data de abertura agendada para 21 de Julho de 2022 às 14:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 às 12:00 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.ribamarfiquene.ma.gov.br. Ribamar Fiquene - MA, 7 de Julho de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022.A Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene/MA, com sede na Av. Principal, s/n, Centro, Ribamar Fiquene – MA, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela portaria nº 142/2022 de 06 de janeiro de 2022, torna público que, com base na Lei. nº. 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 14:00hs (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2022, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo Menor Preço Global, objetivando a **Contratação de Empresa especializada para reforma e ampliação da Escola Municipal Pedro Cardoso na Zona Rural do Município de Ribamar Fiquene – MA**. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 12:00hs (doze horas) ás 18:00hs (dezoito horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante recolhimento da importância de R$ 30,00 (trinta reais), que deverá ser feito através de Documentação de Arrecadação Municipal – DAM e no site: http://ribamarfiquene.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou pelo telefone: (99) 3586-1117 – Email: cpl@ribamarfiquene.ma.gov.br. Ribamar Fiquene (MA), 07 de julho de 2022. JESSICA FERREIRA DOS SANTOS. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 004/2022 O Município de São Mateus do Maranhão/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Infra Estrutura juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar ás 08:30(horas) do dia 12 de Agosto de 2022, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, nos termos da Lei 8.666/93, licitação na modalidade "Concorrência Publica nº 004/2022 - SRP" tipo "menor preço global", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite, https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). São Mateus do Maranhão/MA, 06 de julho de 2022. Victor Rabelo Corrêa Presidente da CPL Portaria nº 030/2022.

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2022 O Município de São Mateus do Maranhão/MA torna público aos interessados a Chamada Pública nº 003/2022, para o Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de cartão servidor a ser disponibilizado aos servidores públicos concursados, contratados e comissionados, objetivando adiantamento salarial no limite de 30%, na forma de crédito pré-determinado, para compras à vista e ou a prazo em estabelecimentos credenciados com fornecedores no Município de São Mateus do Maranhão, para posterior pagamento, sob a forma de desconto em folha de pagamento. O recebimento da documentação de habilitação ocorrerá até o dia 03 de agosto de 2022, às 10h00min, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça da Matriz, Nº40, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão - MA. Edital poderá ser obtido gratuitamente no site: https://www.saomateus.ma.gov.br, ou através do email cplsaomateus2021@gmail.com ou retirado no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, localizado na Praça da Matriz, Nº40, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão – MA. SÃO MATEUS DO MARANHÃO (MA), 06 DE JULHO DE 2022. Victor Rabelo Corrêa Presidente da CPL Portaria nº 223/2021.

AVISOS DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2022 - O Município de São Mateus do Maranhão - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/02, Decreto federal nº 10.024/2019 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar às 08h30min (horário de Brasília) do dia 26 de julho de 2022, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 026/2022, **do tipo menor preço unitário**, tendo por objeto o Registro de preços para eventual contratação de aquisição de materiais de copa e cozinha para atender às necessidades do Município de São Mateus do Maranhão/MA. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: http://www.licitasaomateus.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitasaomateus.com.br, https://www.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite, https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) mediante entrega de 01 (uma) resma de papel A4 no endereço supra. São Mateus do Maranhão/MA, 06 de julho de 2022. TACIANE RIBEIRO SOUSA DINIZ. Pregoeira Municipal.

- AVISO DE - LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA: 003/2022

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N° 003/2022 O Município de São Mateus do Maranhão/MA torna público aos interessados a Chamada Pública nº 003/2022, para o Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de cartão servidor a ser disponibilizado aos servidores públicos concursados, contratados e comissionados, objetivando adiantamento salarial no limite de 30%, na forma de crédito pré-determinado, para compras à vista e ou a prazo em estabelecimentos credenciados com fornecedores no Município de São Mateus do Maranhão, para posterior pagamento, sob a forma de desconto em folha de pagamento. O recebimento da documentação de habilitação ocorrerá até o dia 03 de agosto de 2022, às 10h00min, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça da Matriz, N°40, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão - MA. Edital poderá ser obtido gratuitamente no site: https://www.saomateus.ma.gov.br, ou através do email cplsaomateus2021@gmail.com ou retirado no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, localizado na Praça da Matriz, N°40, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão – MA. SÃO MATEUS DO MARANHÃO (MA), 06 DE JULHO DE 2022. Victor Rabelo Corrêa Presidente da CPL Portaria n° 223/2021

- AVISO DE - LICITAÇÃO CONCORRENCIA PÚBLICA N°: 004/2022

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PÚBLICA N° 004/2022 O Município de São Mateus do Maranhão/MA, por internédio da Secretaria Municipal de Infra Estrutura juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar às 08:30(horas) do dia 12 de Agosto de 2022, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, nos termos da Lei 8.666/93, licitação na modalidade "Concorrência Publica n° 004/2022 - SRP" tipo "menor preço global", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite , https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). São Mateus do Maranhão/MA, 06 de julho de 2022. Victor Rabelo Corrêa Presidente da CPL Portaria nº 030/2022

- AVISO DE - LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº : 026/2022

AVISOS DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2022 - O Município de São Mateus do Maranhão - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/02, Decreto federal nº 10.024/2019 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar às 08h30min (horário de Brasília) do dia 26 de julho de 2022, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 026/2022, **do tipo menor preço unitário**, tendo por objeto o Registro de preços para eventual contratação de aquisição de materiais de copa e cozinha para atender às necessidades do Município de São Mateus do Maranhão/MA . Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: http://www.licitasaomateus.com.br . O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitasaomateus.com.br , https://www.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite , https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com , e também poderão ser lidos e ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) mediante entrega de 01 (uma) resma de papel A4 no endereço supra. São Mateus do Maranhão/MA, 06 de julho de 2022. TACIANE RIBEIRO SOUSA DINIZ. Pregoeira Municipal.

- AVISO DE - ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO: 022/2022

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO: 022/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2022.05.02.0014/2022. O Município de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal De Finanças E Desenvolvimento Econômico, torna público a **ANULAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 022/2022, Processo Administrativo nº 2022.05.02.0014, pelo fato do risco do prosseguimento na forma inicialmente prevista trazer prejuízos e nulidades no processo, visando a prevalecer o interesse público, com fundamento no artigo 49 da lei 8.666/93, cujo objeto refere-se ao **Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Gerenciamento e Administração de despesas de abastecimento de combustível e manutenção automotiva preventiva e corretiva da frota de veículos, através de Sistema de Cartão Magnético, incluindo fornecimento de peças, componentes, acessórios dentre outros materiais, inclusive serviços de transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, produtos, serviços mecânicos de toda ordem, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, por meio de rede de oficinas e centros automotivos credenciados e disponibilizados, para a frota do Município de São Mateus do Maranhão/MA** , com abertura prevista para o dia 08/07/2022 às 08h30m. Outras informações, assim como a íntegra da decisão podem ser acessadas através do site www.licitasaomateus.com.br; e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, bem como consulta pública nos autos do processo administrativo na sala da Comissão Permanente de Licitação. São Mateus do Maranhão/MA, 07 de julho de 2022. TACIANE RIBEIRO SOUSA DINIZ. Pregoeira Municipal .

Folhas nº 95
Processo nº 094
Rubrica nº

Assinado eletronicamente por: Edimilson Viana da Silva - CPF: ***.31.5.7-53 em 08/07/2022 17:55:03 - IP com nº: 10.1.1.13
Autenticação em: www.saomateus.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1438

Folhas nº 96
Processo nº 092
Rublica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PUBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS N°004/2022 - REGIDO PELA LEI N°. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014 E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.

ÓRGÃO INTERESSADO:	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	**2022.05.20.0011**
TIPO DE LICITAÇÃO:	REGIME DE EXECUÇÃO:
MENOR PREÇO GLOBAL	**EMPREITADA POR PREÇO UNITARIO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO.

LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:
LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, localizada na Praça da Matriz, nº 42, Centro – São Mateus do Maranhão/MA.
DATA: 12/08/2022(Abertura da Sessão)
HORA: 08h:30min (Oito Horas e trinta minutos) horário local.
SE NO DIA SUPRACITADO NÃO HOUVER EXPEDIENTE, O RECEBIMENTO E O INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES REFERENTES A ESTA _____ SERÃO REALIZADOS NO PRIMEIRO DIA ÚTIL DE FUNCIONAMENTO DAPREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA, QUE SE SEGUIR.

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL.
DIA: Segunda a Sexta-feira
HORÁRIO: das 08:00hs às 12:00hs (horário local).
LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, localizada na Praça da Matriz, nº 42, Centro de São Mateus do Maranhão/MA. E-mail:cplsaomateus2021@gmail.com.

Thiago Rezende Aragão
Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
Portaria n° 008/2021 - GP

SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

DEFINIÇÃO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS É UM PROCEDIMENTO DE COMPRAS, PREVISTO NO ART. 15 DA LEI Nº 8.666/93 E REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 3.020/15, QUE PODERÁ SER REALIZADO POR MEIO DAS MODALIDADES CONCORRÊNCIA PÚBLICA OU PREGÃO, DO TIPO MENOR PREÇO, SEGUNDO O QUAL OS INTERESSADOS EM FORNECER OS OBJETOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONCORDAM EM MANTER REGISTRADOS OS SEUS PREÇOS E A FORNECÊ-LOS, QUANDO SOLICITADOS, CONFORME CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

VALIDADE: O REGISTRO DE PREÇOS TERÁ VALIDADE DE 12 MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DA ATA, SENDO INADMITIDA A SUA PRORROGAÇÃO.

A EXISTÊNCIA DE PREÇOS REGISTRADOS NÃO OBRIGA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES QUE DELES PODERÃO ADVIR, FICANDO-LHE FACULTADA A UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS, RESPEITADA A LEGISLAÇÃO RELATIVA ÀS LICITAÇÕES, SENDO ASSEGURADO AO BENEFICIÁRIO DO REGISTRO PREFERÊNCIA EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES

O REGISTRO DE PREÇOS SERÁ PRECEDIDO DE AMPLA PESQUISA DE MERCADO, EM RESPEITO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

A CONCORRÊNCIA OU O PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ SER ANULADO OU REVOGADO, NO TODO OU EM PARTE, SEMPRE MEDIANTE DESPACHO MOTIVADO, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 49 DA LEI Nº 8.666/93.

AS QUANTIDADES INDICADAS NO EDITAL PARA REGISTRO DE PREÇOS SÃO ESTIMADAS E SERVEM APENAS COMO REFERÊNCIA.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

TERMO DE RECEBIMENTO DA CÓPIA INTEGRAL DO EDITAL DE LICITAÇÃO

Licitação: CONCORRENCIA N° 004/2022.
Data da realização do certame: 12 de AGOSTO de 2022.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA (Preencher preferencialmente com letra de forma).

Razão Social: _____

CNPJ nº: _____ Insc. Estadual nº: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

(DDD) Telefone: (_____)_____ (DDD) Fax: (_____)_____

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Nome completo: _____

Cédula de Identidade nº: _____ Órgão emissor: _____

CPF nº _____ (DDD) Telefone: (_____) _____

E-mail: _____

Cargo/função que exerce na empresa: ( ) Sócio/Empresário; ( ) Outros: _____

Data do recebimento do edital: ____/____/_____.

Assinatura/rubrica do responsável: _____

COMO SUA EMPRESA OBTEVE CONHECIMENTO DA LICITAÇÃO? (Marcar X)

( ) Fui convidado;
( ) Publicação no quadro de avisos da prefeitura municipal;
( ) Publicação na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Estado do Maranhão-DOE);
( ) Publicação na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Município - DOM);
( ) Publicação na Imprensa Oficial (Diário Oficial da União-DOU);
( ) Publicação em jornal (O Estado do Maranhão);
( ) Publicação no site oficial desta Prefeitura Municipal;
( ) Publicação no site oficial do Tribunal de Contas/MA (www.tce.ma.gov.br);
( ) Outros meios: _____

OBS.: A empresa licitante interessada que retirar o edital desta licitação pela internet, deverá enviar este formulário devidamente preenchido e assinado para o e-mail cplsaomateus2021@gmail.com ou encaminhar/entregar na Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/CPL no endereço Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA. Tal medida far-se-á necessária para o presidente informar à empresa licitante interessada quaisquer assuntos pertinentes à referida licitação.

Folhas nº 99
Processo nº 094
Rublica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PUBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

A Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada(o) pela Portaria n°. 030/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **12 de Agosto de 2022, às 08h30min**, na sala de sessão da Comissão Permanente de Licitação – CPL, localizada na Praça da Matriz, nº 42, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, a licitação na modalidade **CONCORRENCIA N° 004/2022**, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada unitário, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, instaurada por meio do **processo administrativo nº 2022.05.20.0011**, devidamente autorizado, regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, pela Lei Complementar n° 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, pelo Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, pelo Decreto Municipal n° 029/2015 e demais legislações pertinentes, bem como pelas disposições deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto é o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão.

1.2. O valor total máximo desta licitação é de R$ 5.178.188,78(Cinco milhões, cento e setenta e oito mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos), conforme o levantado na pesquisa de preços realizada na fase de planejamento do certame.

2. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes, devendo a Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

2.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar desta Licitação, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, sendo-lhe defeso oferecer impugnação fora do prazo estabelecido no § 2º do art. 41 da Lei n. º 8.666/93.

2.4. A impugnação interposta deverá ser entregue no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, mediante registro no protocolo, no horário das 8:00hs às 12:00hs (horário local).

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Por força do § 1º do art. 22 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão participar desta Licitação empresas que atendam às condições editalícias, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação expressa como objeto social da empresa em seu estatuto ou contrato social, Certificado Registro Cadastral na Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, e entidades não credenciadas (as não credenciadas neste órgão, poderão apresentar cadastro, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou nos sistemas equivalentes adotados pelos estados e municípios) no referido sistema, mas que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

3.2. As licitantes que não atendam aos requisitos para a emissão do Certificado de Registro Cadastral perante a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão, deverão encaminhar para a Comissão de Licitação a documentação de Habilitação Cadastral até o terceiro dia anterior à data prevista para a abertura das propostas, que ficará sob custódia da Comissão e comporá a documentação de habilitação junto com os demais documentos exigidos neste edital, nos termos do art. 22, §1º da Lei 8.666, de 1993.

3.3. Além das vedações previstas no Art. 9° da Lei n° 8.666/93, não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

3.3.1. Os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade incompatível com o objeto desta licitação e com sócios comuns concorrendo entre si, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA.

3.3.2. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.3.3. O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, e o objeto deste certame pôde ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, consignou-se a vedação descrita no subitem acima.

3.3.4. Cooperativas de mão-de-obra tendo em vista que a execução do objeto desta licitação demanda a prestação de serviços de forma habitual e pessoal, mediante subordinação hierárquica do trabalhador à empresa contratada.

3.4. A simples apresentação da proposta implica, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação, eximindo assim a Comissão de Licitação do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/93.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas licitantes que quiserem se fazer representar nesta Licitação, além dos envelopes, deverá apresentar junto à Comissão de Licitação, no início dos trabalhos, credencial do seu representante legal, com a respectiva qualificação civil, que tanto poderá ser procuração passada por Instrumento Público, quanto por Carta Credencial, assinada pelo representante da empresa ou assinada por certificado digital, nos termos do modelo do **Anexo II** deste Edital.

4.1.1. O instrumento de credenciamento deverá estar acompanhado de cópia do Ato Constitutivo ou Contrato Social da empresa com todas as suas alterações contratuais desde que consolidada, que identifiquem seus sócios e estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.2. O credenciamento é facultativo, porém sua ausência impedirá que o representante da licitante se manifeste ou responda pela empresa durante o processo licitatório.

4.1.3. A licitante que comparecer representada por seu sócio ou dirigente, se credenciará comprovando esta qualidade através do Contrato Social, Estatuto ou documento equivalente, acompanhado de documento de identidade.

4.1.4. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que desejar usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, no presente certame deve apresentar juntamente com o documento de credenciamento, a

declaração de que atende aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar, conforme **Anexo III**.

a) A declaração mencionada no subitem 4.1.4 terá presunção relativa de veracidade, podendo ser contestada por qualquer interessado, que terá o ônus de comprovar suas alegações.

4.1.5. Nenhuma pessoa natural poderá representar mais de uma licitante.

4.1.6. Não serão consideradas propostas apresentadas por telex, telegrama, internet ou fac-símile.

4.2. **Os documentos necessários ao credenciamento** poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por membro da CPL ou por publicação em órgão de Imprensa Oficial.

4.3. Não será admitida a participação de 02 (dois) representantes para a mesma empresa e nem de um mesmo representante para mais de uma empresa.

4.4. Na hipótese de suspensão dos trabalhos, a licitante será representada na sessão de reabertura pelo mesmo ou em caso de novo representante, este deverá atender às exigências previstas no item 4.

4.5. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de **licitante** retardatária, exceto como ouvinte.

5. DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

5.1. A empresa interessada em participar desta licitação deve apresentar no dia, hora e local definido neste Edital, à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão, os DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, em Envelopes individuais, fechados, indevassáveis e rubricados no fecho, na forma descrita a seguir, não se considerando quaisquer outros documentos e/ou Envelopes que não os solicitados.

ENVELOPE Nº 01 - com as seguintes indicações obrigatórias na parte externa:
Nome e endereço do licitante
CONCORRENCIA N° 004/2022 – Data: 12/08/2022.
"DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

ENVELOPE Nº 02 - com as seguintes indicações obrigatórias na parte externa:
Nome e endereço do licitante
CONCORRENCIA N° 004/2022 – Data: 12/08/2022.
"PROPOSTA DE PREÇOS"

5.2. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

A documentação de habilitação será apresentada com as folhas dos documentos numeradas sequencialmente, da primeira à última, sem folhas em branco, apresentada em original ou em qualquer processo de cópia autenticada por Cartório, membros da CPL ou publicação em órgão de imprensa oficial, **excetuando-se os emitidos pela Internet, cuja validação esteja condicionada a sua verificação no respectivo site**, que poderão ser apresentados em cópia simples, os seguintes documentos:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, com todas suas alterações posteriores, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais

administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício e do contrato social registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do domicílio da sede da licitante (expedida no máximo 60 dias de antecedência a data da sessão).

f) Certidão Específica expedida pela Junta Comercial do domicílio da sede da licitante(expedida no máximo 60 dias de antecedência a data da sessão).

g) Certificado Registro Cadastral, ou comprovação de que atente a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação (§ 1º do art. 22 da Lei nº 8.666/93).

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede do licitante;

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Pública Federal e Seguridade Social**, mediante apresentação da:

c.1) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, conforme portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de Outubro de 2014;

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Pública Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da:

d.1) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

d.2) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa.

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, através de:

e.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

e.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

e.3) Alvará de Localização e Funcionamento da sede ou domicílio da licitante.

f) Certificado de Regularidade do **FGTS – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.**

5.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **CERTIDÃO DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO EMITIDA PELO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA)** da região a qual estiver vinculada a licitante, válida e que demonstre a compatibilidade entre o objeto social da empresa e os serviços objeto da licitação.

b) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:** Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnico fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto ora licitado.

c) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:** comprovação da PROPONENTE possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional de nível superior na área de Engenharia Civil, detentor de atestado(s) de capacidade técnica na execução de serviços de características semelhantes as do objeto do presente certame, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito publico ou privado, corretamente expresso em sua respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT'S), devidamente registrada no CREA e/ou CAU, comprovando a execução de serviços com a complexidade, área e serviços compatíveis ao objeto licitado.

Folhas nº 103
Processo nº 094
Rubrica nº

d) A comprovação de vínculo profissional far-se-á pela apresentação de um dos seguintes registros: cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante; cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; cópia do contrato de prestação de serviços devidamente registrada no CREA e/ou CAU ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do mesmo; cópia da Certidão de Registro em vigor da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) conforme Resolução 266/79, da região a que está vinculado o licitante em que conste o profissional na lista de responsáveis técnicos.

e) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo e a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, conforme § 10, art. 30, lei 8666/1993.

f) É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter prestado o serviço a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de prestação de serviço eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

g) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas presas ou egressos, acompanhada de declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo, nos termos do Decreto Federal nº 9.450, de 24 de julho de 2018.

5.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Balanço patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, bem como deverá ser apresentado o Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário e notas explicativas **(RESOLUÇÃO CFC Nº 1.418, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012);**

b) Certidão De Regularidade Profissional junto ao Conselho Regional De Contabilidade.

c) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1.1) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, juntamente com os termos de abertura, encerramento e DRE.

c.1.3) sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

c.2) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Folhas nº 102
Processo nº 094
Rúbrica nº

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG = ATIVO TOTAL
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC = ATIVO CIRCULANTE
PASSIVO CIRCULANTE

c.2.1)As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;
c.3)se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

d) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida até 60(sessenta) dias consecutivos antes do recebimento dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade.

5.3.4. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

a) Declaração da Empresa Licitante, conforme modelo **Anexo XI**, assinada pelo titular da empresa ou pessoa legalmente habilitada, comprovando a delegação de poderes para fazê-lo em nome da empresa, claramente afirmando:
a.1)Estar ciente das condições desta licitação e que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
a.2) Que executará os serviços de acordo com os projetos e as especificações técnicas fornecidas pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão, disponibilizando pessoal técnico especializado e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado;
a.3) Que participarão efetivamente da execução dos serviços profissional(is) indicado(s) para fins de comprovação de qualificação técnica, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA;
a.4) Que manterá nos serviços Livro Diário de Serviços, onde deverão ser anotadas todas as ocorrências decorrentes do andamento dos serviços e outras julgadas necessárias ao perfeito acompanhamento da execução do Contrato.
b) Declaração da inexistência de fato impeditivo da sua habilitação, conforme modelo do Anexo XII deste Edital.
c) Declaração do licitante, na forma do ANEXO VII, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art.7°, da Constituição Federal de 1988.

5.3.5. A autenticação de cópias de documentos pela Comissão Permanente de Licitação - CPL poderá ser efetuada no momento da sessão, mediante a apresentação dos originais para confronto.

5.3.6. Para a habilitação, as ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida que será devidamente conferida pela Comissão. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou/e Trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente ME ou EPP for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação a critério da administração.

6. PROPOSTA DE PREÇO

6.3. A proposta de preços contida no Envelope nº 02 deverá ser apresentada conforme o ANEXO III, em uma única via, elaborada em papel timbrado da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e, as suas folhas devidamente rubricadas, sendo a última datada e assinada por pessoa legalmente habilitada, devendo constar as seguintes indicações:
a) Fazer menção ao número deste certame, conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax, e-mail e o respectivo endereço com CEP;
b) Especificação de forma clara e detalhada do objeto. A descrição das especificações dos serviços que deverá

atender ao disposto no ANEXO I deste edital;
c) Indicação do valor (mensal) e valor global (anual) da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado; sendo o valor global da proposta indicado por extenso. Prevalecerá em casos de divergência entre o preço em algarismo e o valor por extenso, o valor por extenso;
d) Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem: despesas diretas e indiretas, impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros custos que incidam sobre a contratação do objeto;
e) O Prazo para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato;
f) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de homologação da presente licitação. Se por falha do Licitante a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação;
g) A licitante deverá informar na proposta, os seguintes dados: Nome do representante que irá assinar o contrato, Nº do CPF, Nº do RG, Estado civil, profissão e endereço residencial, bem como o Nome e nº do banco, nº da conta corrente em nome da empresa, onde deverão ser creditados os pagamentos caso a licitante seja a vencedora;
h) Apresentada a proposta, o Licitante estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital;
i) As licitantes que não atenderem às exigências legais previstas neste capítulo serão consideradas desclassificadas.
j) Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos às demais licitantes.
k) Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
6.4. Só serão aceitas as propostas entregues dentro do prazo firmado neste Edital, ou seja, na data e hora da abertura, devendo estar acondicionada no Envelope nº 02.
6.4.3. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a preços unitários.
6.4.3.3. Para os fins deste item, entende-se como:
a) Rasura: palavra(s) ou qualquer(quaisquer) sinal(is) gráfico(s) riscado(a)(s) ou raspado(a)(s) de modo que sua leitura se torne impossível ou incompreensível;
b) Emenda: alteração ou modificação do que já foi escrito;
c) Entrelinha: palavra(s) ou frase(s) escritas no espaçamento entre uma e outra linha do texto da proposta.
6.4.4. A proposta, uma vez aberta, vincula a licitante, obrigando-a a contratação caso lhe seja adjudicado o objeto.
6.4.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.
6.4.6. Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração do objeto contratado incluindo todos os tributos e demais despesas, seja qual for o seu título ou natureza, tais como fretes, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, despesas de viagem, locomoção, estadia, alimentação e quaisquer outras, segundo a legislação em vigor.
6.4.7. Considera-se sempre que a licitante dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, a qual deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato que celebrar. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.
6.4.8. As composições de custos unitários elaboradas pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA são instrumentos para a elaboração do orçamento estimativo. Cada licitante deve elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra que entenderem necessário para a conclusão do serviço de acordo com a especificação técnica. Não poderá haver nenhum pleito de alteração de valores do CONTRATADO em função das composições apresentadas pela contratante.
6.4.9. Em circunstâncias excepcionais, a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA poderá solicitar as licitantes à prorrogação do prazo de validade das propostas, sendo facultado à licitante aceitar ou recusar. Tanto a solicitação da prorrogação quanto a resposta da licitante deverão ser expressas.
6.4.10. As licitantes deverão apresentar as propostas de preços com o mesmo CNPJ constante nos documentos de

Habilitação.

6.4.11. Caso os prazos não estejam expressamente indicados na proposta ou estejam superiores ao indicado neste edital, prevalecerá o estabelecido neste.

7. DO JULGAMENTO

7.3. Julgamento da Habilitação:

7.3.3. O julgamento iniciar-se-á com a abertura do Envelope nº 1, contendo os documentos de habilitação, os quais poderão ser analisados pelas licitantes pelo prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação, podendo aquelas, inclusive, apresentar alegações sobre a documentação das demais licitantes.

7.3.4. Após a apreciação dos documentos, a Comissão declarará habilitadas as licitantes que apresentaram os documentos na forma indicada neste edital e inabilitadas as que não atenderam a essas exigências.

7.3.5. Constatada falsidade em declaração ou documentação, após diligência pela Comissão Permanente de Licitação, a licitante será inabilitada ou desclassificada, conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades.

7.3.6. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão adotados os procedimentos previstos no Art. 43, §1° da Lei Complementar n°. 123/2006.

7.3.7. Proferida a decisão, as licitantes poderão, unanimemente, renunciar ao direito de interpor recurso, o que constará em ata, procedendo-se à abertura do envelope n.º 02 das concorrentes habilitadas.

7.3.8. Não havendo desistência do direito de recorrer, na forma do subitem 8.1.5, a Comissão suspenderá a sessão, lavrando ata circunstanciada dos trabalhos até então executados e comunicará, por escrito, com antecedência mínima de 48 horas, às licitantes habilitadas, a data, hora e local de sua reabertura. Nessa hipótese, os Envelopes n.º 02, devidamente fechados e rubricados pelos presentes, permanecerão até que se reabra a sessão, sob a guarda e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação.

7.3.9. Ao final da fase de habilitação, serão devolvidos, fechados, os envelopes contendo as propostas de preços às empresas inabilitadas.

7.3.10. Proclamado o resultado da habilitação e decorrido o prazo para interposição de recurso, ou no caso de renúncia do direito recursal a COMISSÃO procederá à abertura dos Envelopes "2"- PROPOSTAS DE PREÇOS das LICITANTES habilitadas.

7.3.11. Após a entrega dos invólucros contendo os documentos de habilitação, proposta comerciais, nenhum documento adicional será aceito ou considerado no julgamento e nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações.

7.3.12. De cada sessão realizada será lavrada a respectiva ata circunstancial, a qual será assinada pela COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

7.3.13. Envelopes não reclamados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da adjudicação, serão destruídos, independentemente de notificação à interessada.

7.3.14. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá, a seu critério, fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de novas propostas escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação/desclassificação, conforme disposto no §3, do art. 48, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.3. Será classificada em primeiro lugar a licitante que apresentar a menor proposta de preços global, e os valores das demais seguirão por ordem decrescente de classificação.

8.4. Não serão aceitos documentos ou propostas ilegíveis, no todo ou em parte, ou que contenham emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, omissões ou correções, ou cujo conteúdo seja insuficiente ou contraditório.

8.5. Serão desclassificadas as propostas que:

8.5.3. Não atenderem às especificações técnicas e as exigências contidas neste edital e no Anexo I, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou inexequíveis consoante com o que rege a Lei nº 8.666/93.

8.5.4. Apresentarem preço unitário (mensal) ou preço global (anual) superiores àqueles constantes da Planilha

Orçamentária constante no Anexo I, elaborada pela PREFEITURA MUNICIPAL;

8.5.5. Apresentarem preço unitário ou global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com o preço de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

8.5.6. Sejam omissas, vagas ou apresentarem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento, a critério exclusivo da Comissão de licitação.

8.5.7. Contenham ofertas e vantagens não previstas neste Edital, ou estejam em desacordo com as especificações aqui exigidas;

8.6. Caso haja indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993.

8.7. Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitantes microempresas - ME - ou empresas de pequeno porte - EPP, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006:

8.7.3. A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas pelas licitantes ME/EPP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

8.7.4. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e a licitante ME/EPP melhor classificada será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

8.7.4.3. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da Ata ou da intimação da licitante.

8.7.5. Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

8.7.6. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

8.7.7. Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, permanecerá a classificação inicial.

8.8. Ocorrendo empate entre propostas, o desempate que indicará a licitante vencedora será levado a efeito, através de sorteio, em ato público, para o qual serão convocadas todas as licitantes habilitadas, podendo ser realizado no mesmo dia da abertura dos envelopes, de acordo com o disposto no § 2º do Art. 3º e § 2º do Art. 45 da Lei nº 8.666/93.

8.8.3. O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes das licitantes empatadas, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todas as licitantes então empatadas.

8.8.4. Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

8.9. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso a licitante detentora do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser- lhe- á assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.9.3. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pela licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para a contratação devidamente justificados.

8.9.4. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

8.9.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n° 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar as

Folhas nº 108
Processo nº 094
Rubrica nº

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9. ADJUDICAÇÃOE HOMOLOGAÇÃO

9.3. O resultado desta licitação será divulgado de acordo com o que estabelece o § 1º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.4. Não havendo interposição de recurso quanto ao resultado da licitação, ou após o seu julgamento, será lavrada Ata circunstanciada, cabendo à Comissão Permanente de Licitação adjudicar o objeto da licitação ao vencedor do menor valor Global, submetendo tal decisão à Autoridade Superior do Município de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão para se for o caso, proceder à homologação.

9.5. A autoridade superior da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, quando o motivo assim justificar.

10. DO REGISTRO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública.

10.2. Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgão participante e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

10.3. Órgão Gerenciador: Órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

10.4. Órgão participante: é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a Ata de Registro de Preços.

10.5. Órgão não participante: é o órgão ou entidade que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, faz adesão à Ata de Registro de Preços, obedecendo às normas vigentes.

10.6. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

10.7. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

10.8. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

10.9. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

10.10. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente

à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

10.11. O registro a que se refere o subitem 10.10 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Federal 7.892/2013;

10.12. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 10.9, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

10.13. A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizado caso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013;

10.14. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 10.11 será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto Federal 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Federal 7.892/2013;

10.15. O anexo que trata o item 10.10 consiste na ata de realização da sessão pública da concorrencia, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

10.16. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar com o vencedor do certame do SRP, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, assegurando ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições;

10.17. As contratações obedecerão à conveniência e às necessidades do Município de São Mateus do Maranhão/MA;

10.18. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por meio de contrato (conforme minuta do anexo X) ou pelos seguintes instrumentos hábeis: nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme o artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

10.19. Quando o contrato for substituído pelos instrumentos hábeis acima, o adjudicatário deverá obedecer a todas as condições e determinações deste edital e anexos, inclusive as especificadas na minuta do contrato.

10.20. Os licitantes que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital;

10.21. Os preços registrados poderão ser cancelados nos termos estabelecidos na Ata de Registro de Preços e neste Edital.

10.22. O quantitativo apresentado na presente Ata de Registro, refere-se a estimativa realizada pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Mateus do Maranhão/MA, não ensejando a obrigatoriedade da sua contratação integral ou parcial.

10.23. O detentor da Ata de Registro de Preços declara esta ciente que a sua assinatura gera apenas mera expectativa de contratação (Acordão n° 128515/Plenário).

Folhas nº 110
Processo nº 092
Rubrica nº

11. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Após a homologação da licitação, a(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar a ata de registro de preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

11.2. A convocação da(s) vencedora(s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais.

11.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, quando a(s) convocada(s) não comparecer no prazo estipulado no subitem 11.1, não apresentar situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA.

12. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. Caberá a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico como órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

12.1.1. Registrar sua intenção de registro de preços no órgão responsável pelas compras do município;

12.1.2. Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

12.1.3. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

12.1.4. Realizar, por meio da Central de Preços, pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

12.1.5. Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

12.1.5. Realizar o procedimento licitatório;

12.1.6. Gerenciar a ata de registro de preços;

12.1.7. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

12.1.8. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

Folhas nº 111
Processo nº 9927
Rublica nº

12.1.9. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.2. O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos 12.1.3, 12.1.4 e 12.1.6.

13. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

13.1. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

13.2. Garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

13.3. Manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

13.4. Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

13.5. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

13.6. A Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Economico, órgão responsável pelo gerenciamento do Registro de Preços, desde que autorizada a adesão, poderá emitir Termo de Liberação dos itens solicitados por órgãos não participantes.

14. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

14.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.2. Os Órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este, através da CPL, indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não dos serviços, decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, §4º do Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

14.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (art. 22, §3º do Decreto nº 7892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

14.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 6º, do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013;

14.7. A Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

14.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Dos atos da Administração referentes a esta licitação cabem:

15.1.1. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da Ata, nos casos de:

a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
b) Julgamento das propostas;
c) Anulação ou revogação da licitação.

15.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico;

15.1.3. Pedido de reconsideração de decisão da autoridade superior da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, na hipótese do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

15.2. O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido.

16. CONTRATAÇÃO E ORDEM DE SERVIÇOS

16.1. Autorizada à contratação, a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA convocará a licitante vencedora para assinar o termo de contrato por publicação no Diário Oficial do Município - DOM, visando a execução do objeto da presente licitação, nos termos da minuta do contrato constante do **Anexo IX** deste Edital.

16.2. A licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, para assinar o Contrato, o qual poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido no item 16.2, caracteriza o desatendimento total da obrigação por ele assumida, acarretando a nulidade da adjudicação,

Folhas nº 113
Processo nº 094
Rubrica nº

sujeitando-o às penalidades cabíveis, caso em que a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA convocará, segundo a ordem de classificação, outras licitantes, mantidas as cotações da licitante vencedora, se não decidir proceder à nova licitação.

16.4. A Contratada terá até o 5° dia útil após a assinatura do contrato para apresentar o comprovante de prestação da garantia, caso lhe esteja previsto no presente Edital.

16.5. Após a assinatura do contrato, e quando cabível, comprovada à prestação da garantia contratual, a contratada será convocada para recebimento da ordem de serviço.

16.6. A contratada deverá iniciar a execução do serviço no primeiro dia útil subsequente a data de recebimento da ordem de serviço.

17. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. Conforme Projeto Básico (Anexo I)

18. PAGAMENTO

18.1. Conforme Projeto Básico (Anexo I)

19. INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

19.1. Conforme Projeto Básico (Anexo I)

20. DESCRIÇÕES E EXECUÇÕES DOS SERVIÇOS E PRAZOS

20.1. Conforme Projeto Básico (Anexo I)

21. SUBCONTRATAÇÕES

21.1. Conforme Projeto Básico (Anexo I)

22. FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Conforme Projeto Básico (Anexo I)

23. DA VISTORIA

23.1. Conforme Projeto Básico (Anexo I)

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Ocorrendo feriado ou ponto facultativo na data da licitação, a sessão pública será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

24.2. Os participantes desta licitação sujeitam-se a todos os seus termos, condições, normas, especificações e detalhes do presente Edital, comprometendo-se a cumpri-los plenamente, decaindo do direito de impugná-los o licitante que, tendo-os aceito sem objeção, vier, após julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que os viciem.

24.3. Enquanto perdurarem os motivos determinantes de punições ou até que seja promovida a reabilitação, não poderão participar da presente licitação as empresas que tenham sofrido penalidade resultante de contratos firmados anteriormente com a Administração, na condição de prestadoras de serviços, fornecedoras ou empreiteiras.

24.4. A Administração poderá, a seu critério, inspecionar as instalações das licitantes, assim como verificar a exatidão

das informações, antes e após a adjudicação.

24.5. Os periodos de tempo e os prazos referidos neste Edital serão contados em dias consecutivos, salvo disposição expressa em contrário.

24.6. Os licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame junto à Comissão, na forma indicada no preâmbulo.

24.7. Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão, com a aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993.

24.8. A Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA poderá homologar, anular ou revogar a presente licitação, observadas as formalidades legais.

24.9. Este Edital e seus Anexos, que dele fazem parte integrante para todos os fins e efeitos, se encontram disponiveis para consulta no endereço indicado no preâmbulo, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min ou no site www.saomateus.ma.gov.br.

24.10. Os interessados que obtiverem este Edital na forma do parágrafo anterior poderão dirimir eventuais dúvidas sobre o Projeto Básico desta licitação junto a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, localizada na Praça da Matriz, n.42, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, em dias de expediente, no horário das 08h00min às 12h00min.

24.11. Integram o presente Edital, dele fazendo parte, independentemente de transcrição:

Anexo I – Projeto Básico;
Anexo II – Modelo de Carta de Credenciamento;
Anexo III – Declaração para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
Anexo IV – Declaração de manutenção do responsável técnico;
Anexo V – Declaração deque tomou conhecimento das condições dos trabalhos;
Anexo VI – Declaração de sujeição ao Edital;
Anexo VII – Declaração de cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da CF/88;
Anexo VIII – Modelo de proposta;
Anexo IX – Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo X – Minuta do Contrato;
Anexo X – Modelo de Declaração, conforme alínea a, do subitem 5.3.5 do Edital;
Anexo XI – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação.

São Mateus do Maranhão/MA, 06 de Julho de 2022.

Thiago Rezende Aragão
Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
Portaria n° 008/2021 – GP

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

PROJETO BASICO

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Os serviços licitados visam atender à necessidade do município, no melhoramento das ruas indicadas em São Mateus do Maranhão - MA.

2.2. A relevância da obra se justifica devido as condições precárias que se encontram as ruas, adequando e configurando como um fator que decisivamente inclui melhor qualidade de vida.

2.3. A pavimentação,manutenção e drenagem, tem como foco garantir melhor trafegabilidade dos veículos, é de suma importância para a população, gerando qualidade de vida e oportunizando melhor trafegabilidade de veiculos e pedretes.

2.4. A população vem sofrendo com o acúmulo de agua nas vias, dificultando o ir e vir dos cidadãos, danificando veículos e motocicleta que diariamente trasitam por essas vias.

2.5. Desta forma, faz-se necessária a execução de Serviços de Implantação e Manutenção de Pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio nas ruas da sede no Município de São Mateus do Maranhão-MA.

3. DESCRIÇÃO DE ITENS E QUANTITATIVOS

3.1. A prestação de serviços a serem adquiridos deverão satisfazer as especificações e serem fornecidos conforme relacionadas neste projeto básico e seus anexos.

3.2. O valor médio para a presente contratação é R$ 5.178.188,78 **(cinco milhões e cento e setenta e oito mil e cento e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos)**, obtido da pesquisa de preços, conforme documentação que integra o processo.

4. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

4.1. Após a homologação da licitação, a(s) licitante(s) vencedora(s) será (ão) convocada(s) para assinar a ata de registro de preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. A convocação da(s) vencedora(s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais.

4.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, quando a(s) convocada(s) não comparecer no prazo estipulado, não apresentar situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA.

Folhas nº 116
Processo nº 094
Rubrica nº

4.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação.

4.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes.

4.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Prestação de serviços será realizada no perímetro urbano e rural do município, nos seguintes horários: 08h às 11h30minhs e 13h às 17h30minhs, de segunda a sexta-feira. Nos sábados, domingos e feriados os serviços serão efetuados em regime de plantão de 24 horas.

5.2. O objeto compreenderá:

5.2.1. Prestação de Serviços de Implantação e Manutenção de Pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão-MA.

5.2.2. Fornecimento de materiais de consumo para pavimentação, drenagem e sinalização executado sob o regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição mensal (por meio de Relatório de Execução de Serviços), e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido e executado, conforme preços ofertados no momento da apresentação da proposta. Não restando para a Administração a obrigação de executar ou pagar pela quantidade estimada em planilha de referência da contratação.

5.2.3. Todos os serviços executados e materiais utilizados desde sua fabricação. Fornecimento e montagem, deverão obedecer às especificações dos projetos, memorial e Normas Técnicas.

5.2.4. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:

5.2.4.1. Requisitos de Normas e/ou Especificações, Métodos de Ensaio e Terminologia estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou formulados por laboratórios ou institutos de Pesquisas Tecnológicas Brasileiras.

5.2.4.2. Requisitos de Normas e/ou Especificações e/ou Métodos de Ensaio e/ou Padrões estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTN, DIN e outras), quando da inexistência de Normas e/ou Especificações brasileiras correspondentes, para determinados tipos de materiais ou serviços.

5.2.4.3. Recomendações, instruções e especificações de Fabricantes de materiais e/ou de especificações em sua aplicação.

5.2.4.4. Dispositivos aplicáveis da Legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativos a materiais, segurança, proteção, instalação de canteiro de obras e de demais aspectos das construções.

6. SERVIÇOS PRELIMINARES

6.1. PLACA DA OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA.

Folhas nº 118
Processo nº 099
Rubrica nº

de iniciar o serviço. A utilização de placa vibratória antes e após o assentamento é um item indispensável do serviço.

6.3.2. EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO.

6.3.2.1. Sobre a camada granular devidamente nivelada e regularizada, montam- se as formas que servem para conter e dar forma ao concreto a ser lançado; finalizada a etapa anterior é feito o lançamento, espalhamento, sarrafeamento e desempeno do concreto; para aumentar a rugosidade do pavimento, fazer uma textura superficial por meio de vassouras, aplicadas transversalmente ao eixo da pista com o concreto ainda fresco. Por último, são feitas as juntas de dilatação.

6.4. SERVIÇOS DE DRENAGEM

6.4.1. ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR x EXTRUTURA, P/ VIAS URBANAS (USO VIÁRIO).

6.4.1.1. O assentamento de guia (meio-fio) de concreto pré-fabricado em trecho reto deverá ser executado conforme as especificações e Normas. Suas dimensões serão de 13.0 cm de base superior, 15.0 cm de base inferior, 30.0 cm de altura e 100.0 cm de comprimento. Para o assentamento das mesmas deverá ser observado o seu alinhamento e nivelamento. Para tanto é recomendável que a base seja compactada e embolsadas nas costas com concreto entre suas juntas. O embalsamento deverá evitar que as mesmas se desloquem.

6.4.2. EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO PREPARADO EM BETONEIRA, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA.

6.4.2.1. As sarjetas de concreto usinado, em trecho reto deverão ser moldadas no local da obra e deverão ser assentadas sobre terreno mecanicamente compactado de acordo com as normas técnicas nas áreas indicadas no projeto. O concreto deverá ser contido lateralmente por meio de formas de madeira assentadas em conformidade com os alinhamentos e perfis do projeto.

6.4.3. EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO PREPARADO EM BETONEIRA, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA.

6.4.3.1. As sarjetas de concreto usinado, em trecho reto deverão ser moldadas no local da obra e deverão ser assentadas sobre terreno mecanicamente compactado de acordo com as normas técnicas nas áreas indicadas no projeto. O concreto deverá ser contido lateralmente por meio de formas de madeira assentadas em conformidade com os alinhamentos e perfis do projeto.

6.4.4. TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RIGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO.

6.4.4.1. Os tubos deverão apoiar-se diretamente em colchão de brita, que deverá ser executado nos fundos das valas, com largura mínima de metade do diâmetro e espessura de um quarto do diâmetro. Deverão ser refugados os tubos que a Fiscalização julgar defeituosos, tais como os trincados, os com bolsas ou com bordas quebradas, etc. Após o assentamento dos tubos, estes deverão ser rejuntados com argamassa de cimento e areia grossa, no traço 1:3.

Folhas nº 117
Processo nº 094
Rubrica nº

6.1.1. A contratada deverá fornecer e assentar, antes do início da obra, em local indicado pela Fiscalização, placas de obra em chapa galvanizada. Deverão ser afixadas sobre estrutura de madeira compatível com as suas dimensões (3,00x2,00m), e correspondem respectivamente a placa principal da obra (com todas as informações pertinentes a obra, como valor da obra, fonte de recurso, etc.). Recomposição das calçadas em pedra, blocos Inter travados de concreto, de concreto moldado, argamassa de cimento e areia, ou qualquer outro material descrito na planilha de materiais;

6.1.2. A placa deverá ser confeccionada nas dimensões e no modelo fornecidos pela Prefeitura.

6.1.3. Caso, durante o decorrer da obra, alguma placa seja danificada, a mesma deverá ser recuperada ou substituída, a critério da Fiscalização, sem que isso acarrete nenhum ônus adicional para a PREFEITURA.

6.1.4. Deverá compreender o fornecimento dos materiais, ferramentas e mão-de- obra necessários à completa confecção e instalação das placas nos locais a serem determinados pela fiscalização, incluindo todos os dispositivos de fixação.

6.1.5. Fica a contratada obrigada a obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços contratados, pagando os emolumentos previstos em lei, bem como dispor de todos os equipamentos de proteção individual - EPI.

6.2. LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO

6.2.1. Critérios para quantificação dos serviços:

6.2.1.1. Utilizar o comprimento de locação de pavimento a ser realizada.

6.2.2. Critérios de Aferição:

6.2.2.1. Para o levantamento dos índices de produtividade foram considerados os carpinteiros e apenas os auxiliares que ajudam na locação;

6.2.2.2. Para efeito de cálculo do coeficiente desta composição, foi considerado o espaçamento de 20 metros entre pontos.

6.2.3. Execução:

6.2.3.1. Verifica-se um ponto topográfico conhecido (ponto definido no terreno, na via pública ou parede de construção vizinha).

6.2.3.2. Com o auxílio do teodolito, instalam-se os pontos de referência através da fixação de barras de aço no solo.

6.2.3.3. Em seguida é feita a pintura da barra de aço que ficou acima o solo para facilitar a visualização do ponto pela equipe de locação. Tal marcação serve de referência planialtimétrica para outras operações de locação da obra

6.3. SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

6.3.1. EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25X25 CM, ESPESSURA DE 8CM

6.3.1.1. O método de assentamento (encaixe) deverá ser consultado com a Fiscalização antes

6.4.5. TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÂGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO

6.4.5.1. Os tubos deverão apoiar-se diretamente em colchão de brita, que deverá ser executado nos fundos das valas, com largura mínima de metade do diâmetro e espessura de um quarto do diâmetro. Deverão ser refugados os tubos que a Fiscalização julgar defeituosos, tais como os trincados, os com bolsas ou com bordas quebradas, etc. Após o assentamento dos tubos, estes deverão ser rejuntados com argamassa de cimento e areia grossa, no traço 1:3.

6.4.6. TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÂGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO.

6.4.6.1. Os tubos deverão apoiar-se diretamente em colchão de brita, que deverá ser executado nos fundos das valas, com largura mínima de metade do diâmetro e espessura de um quarto do diâmetro. Deverão ser refugados os tubos que a Fiscalização julgar defeituosos, tais como os trincados, os com bolsas ou com bordas quebradas, etc. Após o assentamento dos tubos, estes deverão ser rejuntados com argamassa de cimento e areia grossa, no traço 1:3.

6.5. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

6.5.1. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

6.5.1.1. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETROREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO.

6.5.1.1.1. Será medido por área de pintura executada (mg. Executada de acordo com Codigo de Trânsito Brasileiro e com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito. Serão pintados na cor amarela e executada a sinalização horizontal definitiva com tinta retro refletiva à base de resina acrílica. A liberação do trafego deve ocorrer após a secagem definitiva da pintura.

6.5.1.2. CAIAÇAO EM MEIO FIO

6.5.1.2.1. Consiste na execução de uma pintura com tinta à base de "CAL" sobre o meio fio. A pintura do meio fio deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado.

6.5.1.3. SINALIZAÇÃO VERTICAL

DEFINIÇÃO

6.5.1.3.1. A sinalização vertical é um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas.

6.5.1.3.2. A sinalização vertical tem a finalidade de fornecer informações que permitam aos usuários das vias adotar comportamentos adequados, de modo a aumentar a segurança, ordenar os fluxos de tráfego e orientar os usuários da via.

CLASSIFICAÇÃO

6.5.1.3.3. A sinalização vertical é classificada segundo sua função, que pode ser de:

Folhas nº 120
Processo nº 094
Rubrica nº

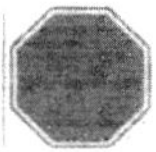
a) Regulamentar as obrigações, limitações, proibições ou restrições que governam o uso da via;
b) Advertir os condutores sobre condições com potencial risco existentes na via ou nas suas proximidades, tais como escolas e passagens de pedestres;
c) Indicar direções, localizações, pontos de interesse turístico ou de serviços e transmitir mensagens educativas, dentre outras, de maneira a ajudar o condutor em seu deslocamento.

6.5.2. DEMANDAS ESPECÍFICAS E SOLUÇÕES ADOTADAS NO PROJETO PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO:

6.5.2.1. As soluções apontadas no projeto estão em consonância com as demandas especificas da área de intervenção, tendo sido adotado como sinal de regulamentação a Placa RI e como sinais de indicação de direções placa indicativa do nome das ruas e avenidas beneficiadas.

6.5.2.2. A forma padrão do sinal de regulamentação R-1 - "Parada Obrigatória" e R-2 "Dê a Preferência":

SINAL DE FORMA OCTOGONAL
R-1
CORES:



a) A utilização das cores nos sinais de regulamentação deve ser feita obedecendo-se aos critérios abaixo e ao padrão Munse/1 indicado.

6.5.3. DIMENSÕES

6.5.3.1. Devem ser sempre observadas as dimensões minimas estabeleci das por tipo de via conforme tabelas a seguir:

a) Dimensões minimas - sinal de forma octogonal

...	Lado (m)	Orla interna branca (m)	Orla externa vermelha (m)
Urbana	0,35	0,028	0,014
Rural (estrada)	0,35	0,028	0,014
Rural (rodovia)	0,50	0,040	0,020

6.5.4. PADRÕES ALFANUMÉRICOS

6.5.4.1. Para mensagens complementares dos sinais de regulamentação em áreas urbanas, devem ser utilizadas as fontes de alfabetos e números dos tipos Helvética Medium, Arial, Standard Alphabets for Highway Signs and Pavement Markings ou similar.

6.5.5. RETRO REFLETIVIDADE

Folhas nº 121
Processo nº 994
Rubrica nº

6.5.5.1. Os sinais de regulamentação devem ser aplicados em placas pintadas, retro refletivas.

6.5.6. MATERIAIS DAS PLACAS

6.5.6.1. Os materiais utilizados para a confecção das placas de sinalização são o aço, e madeira imunizada.

6.5.6.2. Os materiais mais utilizados para confecção dos sinais são: esmalte sintético, fosco ou semifosco ou pintura eletrostática.

6.5.6.3. Poderão ser utilizados outros materiais que venham a surgir a partir de desenvolvimento tecnológico, desde que possuam propriedades físicas e químicas que garantam as características essenciais do sinal, durante toda sua vida útil, em quaisquer condições climáticas, inclusive após execução do processo de manutenção.

6.5.6.4. Em função do comprometimento com a segurança da via, não deve ser utilizada tinta brilhante ou películas retrorrefletivas do tipo "esferas expostas". O verso da placa deverá ser na cor preta, fosca ou semifosca.

6.5.7. SUPORTE DAS PLACAS

6.5.7.1. O suporte adotado será tipo Coluna Simples;

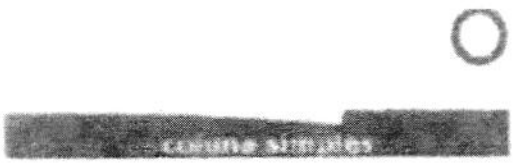
6.5.7.2. Os suportes devem ser dimensionados e fixados de modo a suportar as cargas próprias das placas e os esforços sob a ação do vento, garantindo a correta posição do sinal;

6.5.7.3. Os suportes devem ser fixados de modo a manter rigidamente as placas em sua posição permanente e apropriada, evitando que sejam giradas ou deslocadas;

6.5.7.4. Para fixação da placa ao suporte devem ser usados elementos fixadores e adequados deforma a impedir a soltura ou deslocamento da mesma;

6.5.7.5. Os materiais mais utilizados para confecção dos suportes serão de madeira imunizada;

Ilustração do suporte:



6.5.8. POSICIONAMENTO NA VIA

6.5.8.1. O posicionamento das placas de sinalização, consiste em colocá-las no lado direito da via no sentido do fluxo de tráfego que devem regulamentar. As placas de sinalização devem ser colocadas na posição vertical, fazendo um ângulo de 93° a 95° em relação ao sentido do fluxo de tráfego, voltadas para o lado externo da via. Esta inclinação tem por objetivos assegurar boa visibilidade e leitura dos sinais, evitando o reflexo especular que pode ocorrer com a incidência de faróis de veículos ou de raios solares sobre a placa.

Folhas nº 122
Processo nº 096
Rublica nº

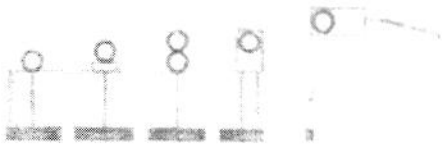
a) Ilustração 1 – Posicionamento na via



6.5.9. ALTURA DAS PLACAS

6.5.9.1. A borda inferior da placa ou do conjunto de placas colocada lateralmente à via deve ficar a uma altura livre entre 2,0 e 2,5 metros em relação ao solo, inclusive para a mensagem complementar, se esta existir.

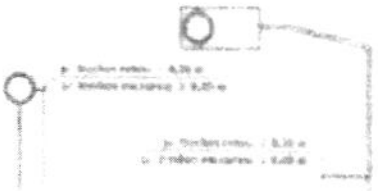
a) Ilustração 2 – Altura das placas



6.5.10. O AFASTAMENTO LATERAL DAS PLACAS

6.5.10.1. O afastamento lateral das placas medido entre a borda lateral da mesma e da pista deve ser, no mínimo, de 0,30 metros para trechos retos da via, e 0,40 metros nos trechos em curva.

a) Ilustração 3 – Afastamento lateral das placas



6.5.11. SINALIZAÇÃO DE INDICAÇÃO

6.5.11.1. A Sinalização de indicação tem como finalidade a orientação dos usuários para os nomes das vias de intervenção, consiste em placas metálicas com as seguintes características de confecção e aplicação:

Folhas nº 173
Processo nº 094
Rubrica nº

a) Material: Chapa de aço galvanizado N. 18, fundo anticorrosivo em película autoadesiva;
b) Dimensões: 0,50 metros de comprimento por 0,25 metros de largura;
c) Cores: Fundo Azul com sinais alfanuméricos brancos.
d) Aplicação: Fixada em paredes e muros de domicílios sempre de forma visível para os usuários das vias.
e) Ilustração - Placa Indicativa de Ruas e Avenidas:



6.5.12. PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM

6.5.12.1. Fornecimento e instalação de placa esmaltada com nome das devidas ruas. Placas de chapa metálicas plana esmaltadas 45x25cm instaladas nos locais indicados no projeto.

6.6. LIMPEZA E VARRIÇÃO FINAL

6.6.1. Limpeza e Varrição consiste em varrer manualmente as vias públicas e os logradouros públicos, procedendo-se a limpeza das sarjetas em ambos os lados da via pública.

6.6.2. Se a via pública possuir canteiro central, também deverá ser feita a varrição das sarjetas do canteiro.

6.7. SEGURANÇA DO TRABALHO

6.7.1. Atrelado ao importante fato de se implantar um sistema organizado de treinamento e fiscalização de funcionários está o fornecimento e uso adequado dos equipamentos de proteção individual (EPIs).

6.7.2. O equipamento de proteção individual (EPI), um dos itens de segurança do trabalho, tem seu uso, muitas vezes, banalizado por falta de conhecimento das normas e legislações. Poucos percebem a complexidade que envolve a escolha do EPI, assim sendo, ocasionam problemas de aceitação por parte dos trabalhadores e gastos desnecessários às empresas. A qualidade e ergonomia desses equipamentos também são fundamentais para o bom desempenho das funções dos trabalhadores, além das instruções corretas de uso.

6.7.3. Devido à quantidade de equipamentos e os diferentes ambientes de uso, há uma necessidade grande de avaliação do EPI utilizado pelos trabalhadores, para que se possa protegê-lo sem perder na produtividade.

7. FONTE DE RECURSO

7.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7892/2013.

7.2. A fonte de recurso para o custeio da despesa pretendida é prevista na Lei Orçamentária Anual, destinada a

Folhas nº 124
Processo nº 940
Rubrica nº

Secretaria Municipal de Administração.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

8.1. **CERTIDÃO DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO EMITIDA PELO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA)** da região a qual estiver vinculada a licitante, válida e que demonstre a compatibilidade entre o objeto social da empresa e os serviços objeto da licitação.

8.2. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:** Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnico fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto ora licitado.

8.3. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:** comprovação da PROPONENTE possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional de nível superior na área de Engenharia Civil, detentor de atestado(s) de capacidade técnica na execução de serviços de características semelhantes as do objeto do presente certame, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito publico ou privado, corretamente expresso em sua respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT'S), devidamente registrada no CREA e/ou CAU, comprovando a execução de serviços com a complexidade, área e serviços compatíveis ao objeto licitado.

8.4. A comprovação de vínculo profissional far-se-á pela apresentação de um dos seguintes registros: cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante; cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; cópia do contrato de prestação de serviços devidamente registrada no CREA e/ou CAU ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do mesmo; cópia da Certidão de Registro em vigor da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) conforme Resolução 266/79, da região a que está vinculado o licitante em que conste o profissional na lista de responsáveis técnicos.

8.5. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo e a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, conforme § 10, art. 30, lei 8666/1993.

8.6. É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter prestado o serviço a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de prestação de serviço eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

8.7. Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas presas ou egressos, acompanhada de declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo, nos termos do Decreto Federal nº 9.450, de 24 de julho de 2018.

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Para julgamento e classificação das propostas deverá ser adotado o critério do menor preço global, cujo regime de execução contratual será empreitada por preço unitário, observadas as especificações definidas neste projeto básico.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

10.1. Os serviços de pavimentação em bloco de concreto sextavado, salvo os de escavação e estabilização de base, devem ser medidos em metros quadrados considerando a área efetivamente executada. Não devem ser motivos de medição em separado: mão-de-obra, materiais;

Folhas nº 125
Processo nº 094
Rubrica nº

10.2. Os serviços de escavação e estabilização devem ser medidos em metros cúbicos;

10.3. Não devem ser considerados quantitativos de serviço superiores aos indicados no projeto;

10.4. O transporte de materiais efetivamente aplicado deve ser medido com base na distância entre o fornecedor e o canteiro de serviço;

10.5. Nenhuma medição deve ser processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado.

10.6. O pagamento será efetuado após aceitação e a medição dos serviços executados, com base nos preços unitários contratuais, os quais representam a compensação integral para todas as operações necessárias a completa execução dos serviços.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

11.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará Relatório Padrão da Administração, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

12.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

12.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

12.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.6. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

12.7. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.8. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e.

Folhas nº 127
Processo nº 094
Rubrica nº

12.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no resultado do termo circunstanciado.

12.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

12.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento efetuado no prazo de até 30 (dias) dias consecutivos, acompanhado da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, CNDT e FGTS, com validades compatíveis à data do pagamento, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada.

13.2. O(s) pagamento(s) será efetuado pela CONTRATANTE em **PARCELAS MENSAIS**, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, acompanhada do relatório circunstanciado da fiscalização e boletim de medição. A Nota Fiscal/Fatura será protocolizada na Secretaria Municipal de XXXXXXX, até o quinto dia útil subsequente ao mês da entrega e aceite definitivo, através de ofício, encaminhado à Secretaria, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes.

13.3. Constatando-se, junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua a NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela Fiscalização da regularidade Fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a contratada não regularize sua situação junto ao cadastro municipal de fornecedores, serão adotadas as medidas cabíveis.

13.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

13.8. EM = I x N x VP, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga I = Índice de compensação financeira =

Folhas nº 128
Processo nº 094
Rubrica nº

0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \qquad \frac{I = (6/100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. REAJUSTE

14.1. Os preços fixados para o objeto deste contrato poderão ser reajustáveis, desde que seja observado interregno mínimo de 12 (doze) meses.

14.2. Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo utilizada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - IO).P}{IO}$$

Onde:

a) **Para o primeiro reajuste:**

R= reajuste procurado;

I= índice relativo ao mês do reajuste;

IO= índice relativo ao mês do novo reajuste da data limite para apresentação da proposta;

P= preço atual dos serviços.

b) **Para reajustes subsequentes:**

R= reajuste procurado;

I= índice relativo ao mês do novo reajuste;

IO= índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P= preço atual dos serviços/produtos até último reajuste efetuado.

14.3. Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o Índice Nacional da Construção Civil - INCC, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação legal.

14.4. O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação do IPCA dos últimos 12 meses, tendo como marco inicial a data limite para apresentação da proposta.

14.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste.

14.6. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme art. 65, II, da Lei nº 8.666/93.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. Fornecer toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços de forma segura e atendendo os requisitos normativos;

15.2. Informar previamente à Contratante todos os casos de intervenção em passeios e/ou pavimentos de vias Públicas para posterior execução dos serviços;

Folhas nº 129
Processo nº 094
Rubrica nº

15.3. Realizar todos os contatos e acertos com outros órgãos públicos implicados no atendimento das solicitações;

15.4. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a Contratante exigir a substituição imediata de qualquer empregado da Contratada, cuja permanência seja considerada prejudicial ao bom andamento dos serviços;

15.5. Responsabilizar-se pelo pagamento, sem qualquer reembolso por parte do Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

15.6. Não reivindicar da Contratante qualquer indenização por perdas e danos de bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade;

15.7. Executar os serviços conforme as características técnicas exigidas pelas Normas e padrões ABNT, NR-10, NR 18 e demais dispositivos legais vigentes;

15.8. Refazer os serviços realizados de forma imperfeita, fornecendo inclusive os materiais danificados por mau uso, não cabendo à Contratante, nesses casos, o fornecimento dos mesmos;

15.9. Em caso de utilização de meios eletrônicos, fornecidos pelo Município à Contratada para registro de informações, fica a Contratada responsabilizada por perdas ou danos, intencionais ou não de quaisquer que seja o meio disponibilizado, devendo repor os equipamentos eletrônicos utilizados com a mesma marca, modelo e aplicativos instalados, com prazo não superior a 48 horas.

15.10. Não prestar declaração e/ou informações sem prévia autorização por escrito da Contratante a respeito do Objeto do presente Projeto Básico e do futuro edital;

15.11. Identificar seu pessoal em serviço com Carteira de Identidade Funcional;

15.12. Pagar todos os tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços;

15.13. Utilizar veículos em perfeitas condições tanto no que se refere aos seus funcionamentos bem como suas apresentações em geral;

15.14. Apontar engenheiro civil qualificado, habilitado e autorizado como responsável pelos serviços realizados pela Contratada, que deverá participar de todas as reuniões de acompanhamento da execução do Contrato na sede da Prefeitura e manter contato com a Contratante e com as equipes durante as jornadas de trabalho;

15.15. Dispor de pessoal qualificado, habilitado e autorizado de reserva para o caso de afastamentos por faltas, licenças, férias e etc., de modo a cumprir os prazos previstos neste Projeto Básico;

15.16. Não será permitido, em hipótese alguma, equipe de trabalho incompleta em serviço.

15.17. Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as Normas do Conselho Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços;

15.18. Apresentar, sempre que a Contratante exigir, Carteira Profissional dos seus empregados e comprovantes exigidos neste Edital;

15.19. Iniciar a prestação dos serviços vinculados a este Edital em até 05 (cinco) dias após a Ordem de Início dos mesmos;

15.20. Certificar-se da utilização, por parte dos seus funcionários, dos equipamentos de proteção individual e coletiva que se fizerem necessários para o desenvolvimento seguro dos serviços, conforme NR 18;

15.21. Providenciar seguro de vida coletivo para os integrantes das equipes de trabalho;

15.22. Informar imediatamente à Contratante os motivos que determinarem impedimento do início ou andamento normal de qualquer dos serviços;

15.23. Manter registros das solicitações/reclamações da Contratante em meio eletrônico, com relação ao correto andamento dos serviços, bem como as medidas corretivas e preventivas tomadas por parte da Contratada;

15.24. Realizar todos os serviços sempre prevendo a proteção de toda a fauna e flora existentes;

15.25. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a execução do contrato

15.26. Reconhecer os direitos da Administração em casos de rescisão contratual.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Fornecer a relação dos consertos para cada jornada de trabalho;

16.2. Esclarecer à Contratada toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços;

16.3. Vistoriar e fiscalizar os serviços executados;

16.4. Avaliar quaisquer alterações no roteiro diário de trabalho, sempre que houver motivo relevante para tal;

16.5. Delimitar as áreas de trabalho da contratada;

16.6. Pagar à Contratada as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas neste Projeto Básico;

16.7. Aplicar sanções e multas à Contratada, nos termos do Edital;

16.8. Recusar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas da Prefeitura e disposições deste Projeto Básico;

16.9. Vistoriar e fiscalizar os veículos, os equipamentos de proteção coletiva e individual e as ferramentas dos grupos de trabalho da Contratada;

16.10. Comunicar ao responsável técnico indicado pela contratada, durante as jornadas de trabalho, quaisquer solicitações ou irregularidades verificadas nas equipes de trabalho;

16.11. Vistoriar e fiscalizar os materiais retirados e os fornecidos para instalação.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30%(trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

17.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

17.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

17.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17.5. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7° do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimos de 10% e máximo de 30%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

17.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e

qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

17.7. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão;

17.8. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

17.9. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

17.10. Microempresa ou empresa de pequeno porte;

17.11. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

17.12. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

17.13. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

18. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

18.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

18.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

19. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. Após a homologação da licitação, a(s) licitante(s) vencedora(s) será (ão) convocada(s) para assinar o Termo

Folhas nº 132
Processo nº 099
Rubrica nº

de Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

19.2. A convocação da(s) vencedora(s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito do Contrato produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;

19.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, quando a(s) convocada(s) não comparecer no prazo estipulado no subitem 19.1, não apresentar situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

19.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA;

19.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação;

19.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes.

20. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

20.2. Estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

20.3. Relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

20.4. Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

20.5. Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

20.6. Manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e Comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

20.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1. Não será exigida garantia de execução contratual.

22. DA VISTORIA

22.1. Recomenda-se ao(s) proponente(s) realizar vistoria presencial objetivando o conhecimento das dependências, equipamentos e locais onde serão executados os serviços, com antecedência mínima de um dia da data marcada para realização da sessão pública de licitação. A visita deverá ser previamente agendada junto ao **Secretaria Municipal de Infraestrutura, situada à rua Santa Rita, nº 02, Centro, São Mateus do Maranhão,** entre os horários 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00, para maiores informações.

22.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior a data prevista para a abertura da sessão pública.

22.3. A visita e inspeção prévia do local de realização dos serviços têm por finalidade obter toda informação necessária à elaboração da proposta, para a utilização e exclusiva responsabilidade do licitante, tais como: as condições locais, quantidade e natureza do trabalho, materiais e equipamentos necessários à execução do mesmo, formas e condições de suprimentos, meios de acesso ao local.

22.4. A empresa que decidir não realizar a vistoria técnica não poderá alegar o desconhecimento das condições locais e demais detalhes da prestação dos serviços para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os temos de contrato que vier a firmar.

22.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar **Atestado de vistoria** assinado pelo servidor responsável, conforme exigido no **projeto básico** ou sua substituição pela **declaração formal** emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, em conformidade com os **Acórdãos 212/2017 – TCU/Plenário e 802/2016-TCU/Plenário.**

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93, garantidos a ampla defesa e o contraditório, estipuladas as seguintes penalidades:

23.1.1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação emitida pelo Fiscalização do contrato, ao representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas;

23.1.2. Após recebimento da Notificação a CONTRATADA se obrigará no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a apresentar manifestação formal de ampla defesa por meio de Carta/Ofício junto a fiscalização do contrato.

23.1.3. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no contrato, limitados ao total de 2% sobre o valor do contrato em atraso;

23.1.4. Em caso de reincidência, multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), aplicada cumulativamente, sobre o valor do contrato, referente ao período em que for constatado o novo descumprimento contratual;

23.1.5. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, no caso de não atendimento à notificação realizada pela fiscalização;

23.1.6. Rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades, nos casos de aplicações de multas por 03 (três) vezes durante o contrato;

23.1.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

23.1.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei 8.666/93.

23.1.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

Folhas nº 134
Processo nº 0024
Rubrica nº

24. ANEXOS

24.1.1. Integram este Projeto Básico os seguintes anexos:

- Memorial Descritivo
- Planilha Orçamentária
- Memória de Calculo
- Cronograma Físico
- Curva ABC
- Planilha Orçamentaria Analítica
- Encargos Sociais
- BDI
- Plantas

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA

BDI: 29,77%

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADO: HORISTA: 85,68% MENSAL: 49,33%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**5.257,40**	**0,10 %**
1.1	22	Próprio	Placa indicativa da obra	m²	6,00	324,46	421,05	2.526,30	0,05 %
1.2	99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	M	5.689,80	0,37	0,48	2.731,10	0,05 %
2			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**					**116.686,32**	**2,25 %**
2.1	31	Próprio	Administração da Obra	mês	6,00	14.986,30	19.447,72	116.686,32	2,25 %
3			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO**					**3.552.911,89**	**68,61 %**
3.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	28.449,00	63,25	82,07	2.334.809,43	45,09 %
3.2	94996	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	5.313,31	103,43	134,22	713.152,46	13,77 %
3.3	023194	SBC	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT.	m²	5.000,00	77,83	100,99	504.950,00	9,75 %
4			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**1.335.558,78**	**25,79 %**
4.1			**DRENAGEM SUPERFICIAL**					**1.314.681,42**	**25,39 %**
4.1.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	11.379,60	49,56	64,31	731.822,07	14,13 %

Folhas nº 135
Processo nº 094
Rubrica nº

4.1.2	94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	11.379,60	33,61	43,61	496.264,35	9,58 %
4.1.3	94293	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	M	460,00	145,07	188,25	86.595,00	1,67 %
4.2			**DRENAGEM PROFUNDA**					**20.877,36**	**0,40 %**
4.2.1	92219	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	16,00	177,39	230,19	3.683,04	0,07 %
4.2.2	92221	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	30,00	319,92	415,16	12.454,80	0,24 %
4.2.3	92226	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	6,00	608,71	789,92	4.739,52	0,09 %
5			**SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA**					**144.332,42**	**2,79 %**
5.1			**SINALIZAÇÃO VERTICAL**					**117.894,42**	**2,28 %**
5.1.1	2553	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42,00	905,02	1.174,44	49.326,48	0,95 %
5.1.2	2551	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42,00	1.177,59	1.528,15	64.182,30	1,24 %
5.1.3	73916/002	SINAPI	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	42,00	80,47	104,42	4.385,64	0,08 %
5.2			**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**					**26.438,00**	**0,51 %**
5.2.1	72947	SINAPI	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	m²	547,96	15,74	20,42	11.189,34	0,22 %

Folhas nº 136
Processo nº 094
Rubrica nº

5.2.2	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	11.379,60	1,04	1,34	15.248,66	0,29 %
6			**SERVIÇOS FINAIS**					**23.441,97**	**0,45 %**
6.1	38	Próprio	Limpeza final da obra	m²	11.379,60	1,59	2,06	23.441,97	0,45 %

Total sem BDI	**3.990.738,89**
Total do BDI	**1.187.449,89**
Total Geral	**5.178.188,78**

Folhas nº 132
Processo nº 024
Rubrica nº

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADO: HORISTA: 85,68% MENSAL: 49,33%

Item	Descrição	Und	Quant.	Memória de Cálculo
				Memória de Cálculo
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**			
1.1	Placa indicativa da obra	m²	6,0	= 2 x 3
1.2	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	M	5.689,8	= 5.689,80
2	**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**			
2.1	Administração da Obra	mês	6,0	= 6,00
3	**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO**			
3.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	28.449,0	= 5.689,80 x 5,00
3.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	5.313,31	= 2.213,88 x 1,20 x 2
3.3	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT.	m²	5.000,0	= 1.000,00 X 5
4	**SERVIÇOS DE DRENAGEM**			
4.1	**DRENAGEM SUPERFICIAL**			
4.1.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	11.379,6	= 5.689,80 x 2
4.1.2	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	M	11.379,6	= 5.689,80 x 2
4.1.3	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	M	460,0	= 460
4.2	DRENAGEM PROFUNDA			

Folhas nº 128
Processo nº 094
Rubrica nº

4.2.1	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF_12/2015	M	16,0	= 16,00
4.2.2	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF_12/2015	M	30,0	= 30,00
4.2.3	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF_12/2015	M	6,0	= 6,00
5	**SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA**			
5.1	**SINALIZAÇÃO VERTICAL**			
5.1.1	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1.00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42,0	= 42
5.1.2	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam = 1,00m, com poste de madeira 3.50m fixado com base de concreto 40x40x50	un	42,0	= 42
5.1.3	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	42,0	= 42
5.2	**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**			
5.2.1	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	m²	547,96	= 547,96
5.2.2	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	11.379,6	= 5.689,80 x 2
6	**SERVIÇOS FINAIS**			
6.1	Limpeza final da obra	m²	11.379,6	= 5.689,80 x 5,00

Folhas nº 139
Processo nº 094
Rubrica nº

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADO: HORISTA: 85,68% MENSAL: 49,33%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00% 5.257,40	100,00% 5.257,40					
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	100,00% 116.686,32	16,67% 19.447,72	16,67% 19.447,72	16,67% 19.447,72	16,67% 19.447,72	16,67% 19.447,72	16,67% 19.447,72
3	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	100,00% 3.552.911,89	20,00% 710.582,38	20,00% 710.582,38	20,00% 710.582,38	20,00% 710.582,38	20,00% 710.582,38	
4	SERVIÇOS DE DRENAGEM	100,00% 1.335.558,78		20,00% 267.111,76	20,00% 267.111,76	20,00% 267.111,76	20,00% 267.111,76	20,00% 267.111,76
5	SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIARIA	100,00% 144.332,42					25,00% 36.083,11	75,00% 108.249,32
6	SERVIÇOS FINAIS	100,00% 23.441,97						100,00% 23.441,97
Porcentagem			14,2%	19,26%	19,26%	19,26%	19,95%	8,08%
Custo			735.287,50	997.141,85	997.141,85	997.141,85	1.033.224,96	418.250,76
Porcentagem Acumulado			14,2%	33,46%	52,71%	71,97%	91,92%	100,0%
Custo Acumulado			735.287,49	1.732.429,35	2.729.571,20	3.726.713,06	4.759.938,01	5.178.188,78

Folhas nº 120
Processo nº 0299
Rubrica nº

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADO: HORISTA: 85,68% MENSAL: 49,33%

Curva ABC de Serviços

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	PAVI - PAVIMENTAÇÃO	m²	28.449,0	82,07	2.334.809,43	45,09	45,09
94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	DROP - DRENAGEM/OBRAS DE CONTENÇÃO / POÇOS DE VISITA E CAIXAS	M	11.379,6	64,31	731.822,07	14,13	59,22
94996	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	PISO - PISOS	m²	5.313,31	134,22	713.152,46	13,77	72,99
023194	SBC	PISOS-REPOSICAO BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 8cm C/REJUNT	REFORMA E RECONSTRUCAO	m²	5.000,0	100,99	504.950,00	9,75	82,75
94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016	DROP - DRENAGEM/OBRAS DE CONTENÇÃO / POÇOS DE VISITA E CAIXAS	M	11.379,6	43,61	496.264,35	9,58	92,33
31	Próprio	Administração da Obra	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	mês	6,0	19.447,72	116.686,32	2,25	94,58
94293	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_06/2016	DROP - DRENAGEM/OBRAS DE CONTENÇÃO / POÇOS DE VISITA E CAIXAS	M	460,0	188,25	86.595,00	1,67	96,26
2551	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dner diam. = 1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	Sinalização Vertical	un	42,0	1.528,15	64.182,30	1,24	97,49
2553	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dner, largura=1,00m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50	Sinalização Vertical	un	42,0	1.174,44	49.326,48	0,95	98,45
38	Próprio	Limpeza final da obra	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	11.379,6	2,06	23.441,97	0,45	98,90

Folhas nº 121
Processo nº 099
Rubrica nº

102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	PINT - PINTURAS	M	11.379,6	1,34	15.248,66	0,29	99,19
92221	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	M	30,0	415,16	12.454,80	0,24	99,44
72947	SINAPI	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	PAVI - PAVIMENTAÇÃO	m²	547,96	20,42	11.189,34	0,22	99,65
92226	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	M	6,0	789,92	4.739,52	0,09	99,74
73916/002	SINAPI	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	42,0	104,42	4.385,64	0,08	99,83
92219	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	M	16,0	230,19	3.683,04	0,07	99,90
99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	M	5.689,8	0,48	2.731,10	0,05	99,95
22	Próprio	Placa indicativa da obra	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	6,0	421,05	2.526,30	0,05	100,00

Total sem BDI	**3.990.738,89**
Total do BDI	**1.187.449,89**
Total Geral	**5.178.188,78**

Folhas nº 242
Processo nº 0214
Rubrica nº

Folhas nº 213
Processo nº 094
Rublica nº

PLANILHA ENCARGOS SOCIAIS

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO-DE-OBRA			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%
A	**Total**	**17,80%**	**17,80%**
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,87%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,67%
B4	13º Salário	10,70%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,71%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,46%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	14,04%	10,93%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
B	**Total**	**49,80%**	**20,66%**
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,44%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	0,00%	0,00%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,94%	3,07%
C5	Indenização Adicional	0,37%	0,29%
C	**Total**	**8,85%**	**6,90%**
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,86%	3,68%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,37%	0,29%
D	**Total**	**9,23%**	**3,97%**
	TOTAL(A+B+C+D)	**85,68%**	**49,33%**
Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET			

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

PLANILHA BDI

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA

BDI DESONERADO		
ITENS	SIGLA	VALORES
Taxa de rateio da administração central	AC	3,80
Taxa de seguro mais garantias	S+G	0,32
Taxa de risco	R	0,50
Taxa de despesa financeira	DF	1,02
Taxa de Lucro	L	6,64
Taxa de tributos	PIS	0,65
	CONFINS	3,00
	ISS	5,00
	CPRB	4,50
TAXA DE BDI		29,77

PREMISSAS

A taxa de BDI e o resultado de operação matemática para indicar o percentual a ser cobrado do cliente incluindo todos os custos indiretos, tributos, etc, e a remuneração (beneficio) para realização de um determinado empreendimento. Devido as dificldades e proceder com justeja e imparcialidade, procurou-se estabelecer um BDI padrão, com limites minimo e máximo (Acordão TCU 2622/2013).

Compõem o BDI: a administração central, o custo financeiro do capital de giro, seguros e garantias, o lucro e os tributos incidentes.

As despesas de administração local, bem como todas as demais despesas incorridas no ambiente da obra são consideradas como despesas diretas e não como despesas indiret

A fórmula utilizada é:

$$BDI = BDI\ (\%) = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)\times(1+L)}{(1-I)} - 1$$

ONDE

AC: Taxa de rateio da administração central

S: Taxa de seguro mais garantias

R: Taxa de risco

G: Taxa de garantias

DF: Taxa de despesa financeiras

L: Taxa de Lucro/remuneração

I: Taxa de incidencia de imposto (PIS, CONFINS, ISS e CPRB)

Folhas nº 145
Processo nº 094
Rubrica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO II

MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, neste ato representado pelo(s) Sr.(a) _____ (diretores ou sócios, com qualificação completa nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para, junto a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, praticar os atos necessários à representação da outorgante na licitação na modalidade de CONCORRENCIA N° 004/2022, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para ofertar proposta no caso de beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, dando tudo por bom firme e valioso.

(local e data por extenso)

(nome da empresa)
(Nome e assinatura de seu representante legal)

Folhas nº 146
Processo nº 094
Rubrica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO III
(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A/O _____ (razão social do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____(endereço completo), representada pelo(a) Sr.(a) _____, R.G. nº _____, CPF nº _____, D E C L A R A, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se enquadra como:

☐MICROEMPRESA, conforme inc. I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

☐EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inc. II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

A licitante D E C L A R A, ainda, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão no § 4 do art. 3º da mencionada lei, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da CONCORRENCIA em epígrafe, realizado pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA.

OBS: ASSINALAR COM "X" UMA DAS OPÇÕES

(local e data por extenso)

(nome da empresa)
(nome e assinatura do representante legal ou procurador)

Folhas nº 147
Processo nº 094
Rubrica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO IV
(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DO RESPONSAVEL TECNICO

O (PROPONENTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, declara que o Sr: _____, (qualificação completa), será o responsável técnico pela prestação do serviço OBJETO deste CONTRATO, e desempenhará a função de GERENTE DE PROJETO, durante todo prazo contratual, conforme descrito no Termo de Referência anexo a este EDITAL.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO V
(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

DECLARAÇÃO DA EMPRESA DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES EM QUE SE DESENVOLVERÃO OS TRABALHOS

Declaro que tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes á natureza dos trabalhos, diante do conhecimento das especificações Técnicas definidas no Projeto Básico, **ANEXO I do Edital da CONCORRENCIA n°XXXX/2022**, e que assumo total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a **Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA.**

Cidade/Estado, **XXXX** de **XXXX** de 2022.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

ANEXO VI
(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL

Declaramos expressamente que:

a) Concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições expressas na CONCORRENCIA N° 004/2022, bem assim com as condições de contratação, estabelecidas na minuta do Contrato que nos foi fornecida com o Edital.

b) Manteremos válida esta Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data da sua apresentação e abertura.

c) Temos conhecimento dos locais e das condições de execução dos serviços.

Esclarecemos, finalmente, que o portador desta proposta está autorizado e habilitado a prestar a essa Comissão os esclarecimentos e informações adicionais que forem considerados necessários, bem como, assinar, concordar, desistir, interpor recurso, firmar compromisso e todos os atos inerentes ao procedimento licitatório.

(local e data por extenso)

(nome da empresa)
(nome e assinatura do representante legal ou procurador)

Folhas nº 150
Processo nº 094
Rubrica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO VII
(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF/88

A empresa _____, CNPJ nº _____, representada pelo(a) Sr(a) _____, R.G. nº _____, CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, admitida a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

(local e data por extenso)

(nome da empresa)
(nome e assinatura do representante legal ou procurador)

Folhas nº 151
Processo nº 094
Rublica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Apresentamos a seguir nossa proposta de preços para _____, de acordo com a planilha de quantitativos apresentada, abaixo:

01 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE
NOME DO PROPONENTE:
CPF/CNPJ/MF:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CEP:
CIDADE/UF:
TEL:
FAX:

Item	Descrição dos serviços	Unidade	Quantidade	Unitário	Total

02 - DADOS BANCÁRIOS:
BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA-CORRENTE:
FAVORECIDO:
CONTATO:

03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
04 - VALIDADE DA PROPOSTA: mínima de 60 (sessenta) dias.
05 – PRAZO DE EXECUÇÃO: 180(Cento e oitenta) dias
06 – VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Município (sede da empresa) _____ de _____ de _____.

Folhas nº 152
Processo nº 094
Rubrica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO IX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____
CONCORRENCIA PUBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____/2022

O MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por meio ....., inscrita no CNPJ/MF ....., com sede na ....., bairro, São Mateus do Maranhão/MA - Estado do Maranhão, neste ato Representada pelo ....., o Sr. ....., brasileiro(a), portador(a) do R.G nº ..... e inscrito(a) no CPF sob nº ....., residente neste Município de São Mateus do Maranhão/MA, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do CONCORRENCIA Nº ..../....., tudo em conformidade com o processo administrativo nº ..../....., nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa ..... CNPJ ....., estabelecia na Rua/Av. ..... nº ...., Bairro ....., na cidade de ..... – Estado de ....., CEP ....., Fone/Fax ....., E-mail ....., neste ato representado pelo Sr(a) ....., brasileiro(a) ....., ..., portador do RG. ..... SSP/.... e CPF/MF nº ....., atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 029/2015 de julho de 2015 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Concorrência para Registro de Preços nº __/____, constituindo assim, em documento vinculativo e obrigacional às partes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Faz parte integrante desta Ata todos os documentos e instruções que compõem Concorrência para Registro de Preços nº __/____, completando-a para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços dos produtos estão registrados nos termos da proposta vencedora do Concorrência nº __/____ – Sistema de Registro de Preços, conforme o tabela (s) abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant.	Valor Registrado R$	
				Unitário	Total

3.2. O preço contratado será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na cláusula sétima deste instrumento

3.3. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição ou prestação de serviços pretendida nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.4. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei de Licitações.

3.5 O quantitativo apresentado na presente Ata de Registro, refere-se a estimativa realizada pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Economico do Município de São Mateus do Maranhão/MA, não ensejando a obrigatoriedade da sua contratação integral ou parcial.

3.6 O detentor da Ata de Registro de Preços declara esta ciente que a sua assinatura gera apenas mera expectativa de contratação (Acordão n° 128515/Plenário).

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses continuos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados, na especificação, quantidade e periodicidade especificadas no Edital, Projeto Básico – Anexo I e nesta ARP, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. Os serviços deverão ser executados e está em perfeita condições e de acordo com o Projeto Básico e a proposta apresentada, sob pena de serem refeitos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos referentes aos serviços executados objeto da presente Ata será efetuado nos termos do edital da licitação e anexos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata § 1º no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.2. Durante a vigência da Ata, os valores registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou redução dos preços praticados no mercado.

7.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, o Órgão Municipal responsável, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

7.4. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a Prefeitura (Órgão Gerenciador) promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.5.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.5.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.6.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.6.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.7. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da respectiva Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.8. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA para determinado item.

7.9. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do Fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.10. As alterações de preços oriundas da revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas no Diário Oficial.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA quando:

8.1.1. Não formalizar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

8.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.4. Estiver suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o município, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93;

8.1.5. For declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93;

8.1.6. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º, da Lei 10.520/2002.

8.1.7. Não receber a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada pela Administração unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

8.3. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

8.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.4.1. Por razões de interesse público; ou

8.4.2. A pedido do fornecedor.

8.5. O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço quando:

8.5.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior;

8.6. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, instruída com a comprovação do fato ou fatos que justifiquem o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração Pública Municipal.

8.7. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa quando motivada pela ocorrência de infração cometida pela empresa, observados os critérios estabelecidos na cláusula nona deste instrumento.

8.8. Da decisão da autoridade competente do órgão gerenciador se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento, e/ou publicado na imprensa oficial.

8.9. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

8.10. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será extinta, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA

9.1. A empresa beneficiária do registro de preços fica obrigada a:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a respectiva nota de empenho e/ou contrato ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação;

9.1.2. Executar o objeto nas condições acordadas, nas quantidades solicitadas, na forma definida no edital e seus anexos;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente aos órgãos gerenciadores e participante(s) e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

9.1.4. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, documentação atualizada de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com o contratante;

9.1.7. Substituir produtos, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da notificação, por produtos com características e garantia estabelecida no edital e seus anexos;

9.1.8. Manter preposto, aceito pela administração, durante todo período de vigência da ata de registro de preços, para representa-la sempre que for necessário.

9.1.9. Comunicar a fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

9.1.10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

9.1.11. Demais obrigações definidas no Edital e anexos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1. A Prefeitura compromete-se a:

10.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA, devidamente identificados, quando necessário, às dependências da Prefeitura;

10.1.2. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

10.1.3. Notificar o fornecedor beneficiário do registro de preços quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax ou outro meio ou retirada pessoalmente pelo fornecedor;

10.1.4. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na entrega/prestação do objeto e interromper imediatamente a aquisição/prestação, se for o caso;

10.1.5. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas na Ata e edital;

10.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

10.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor, além daqueles que não apresentarem condições de serem utilizados;

10.1.8. Demais obrigações definidas no Edital e anexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU

ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

11.2. Os Órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este, através da CPL, indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não dos serviços, decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, §4º do Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

11.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (art. 22, §3º do Decreto nº 7892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

11.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 6º, do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013;

11.6.1. A Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

11.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

12.1. Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente Ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o fornecedor registrado sujeito às sanções previstas no Edital, em conformidade com artigo 7º da Lei N.º 10.520/02, e subsidiariamente a lei 8.666/93, além do cancelamento do registro, nos termos da Cláusula Nona deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que seu ato ensejar.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As omissões desta Ata e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuser o Edital de Licitação que deu origem a esta Ata de Registro de Preços e a proposta apresentada pela licitante, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as da proposta.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

13.2. O presente registro decorre da adjudicação ao promitente fornecedor do objeto disposto na Cláusula Primeira, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital da Licitação que deu origem a esta Ata de Registro de Preços, conforme decisão da Pregoeira da Comissão Permanente de Licitação, lavrada em Ata e homologação pelo Ordenador de Despesa.

13.3. Para os casos omissos será aplicada a legislação que couber, obedecidas as disposições previstas na Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações e Decreto Federal n° 7.892/2013.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir as questões oriundas deste Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de São Mateus do Maranhão/MA.

E por estarem de pleno e comum acordo com as disposições estabelecidas na presente Ata, assinam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

São Mateus do Maranhão/MA, ... de ..... de 2022.

XXXXXXXXXX	Rep. Legal
Órgão Gerenciador	Fornecedor

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO X

Contrato nº XX/2021-SMT
Processo Administrativo nº XXXXX/2022-SMT
Concorrência nº XXX/202X-SMT

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX, E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ..... por intermédio do(a) ..... (órgão) contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE ....., Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. A Contratação de empresa de engenharia para _____.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da CONCORRÊNCIA PÚBLICA – EDITAL Nº ____/2022 e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. O regime de execução do presente contrato será o de prestação de serviços a preço unitário. A CONTRATADA deverá, depois de celebrado o contrato, executar todo serviço de Imprimação, para a perfeita execução dos serviços contratados.

2. CLAUSULA SEGUNDA - VIGENCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que haja autorização formal da autoridade competente e que esteja enquadrado em uma das hipóteses previstas no §1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da

contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação: **Ação XXX/SUBAÇÃO XXXXX/ ND XXXXX e Fonte XXXXX.**

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O pagamento efetuado no prazo de até 30 (dias) dias consecutivos, acompanhado da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, CNDT e FGTS, com validades compatíveis à data do pagamento, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada.

5.2. O(s) pagamento(s) será efetuado pela CONTRATANTE em **PARCELAS MENSAIS**, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, acompanhada do relatório circunstanciado da fiscalização e boletim de medição. A Nota Fiscal/Fatura será protocolizada na Secretaria Municipal de XXXXXXX, até o quinto dia útil subsequente ao mês da entrega e aceite definitivo, através de ofício, encaminhado à Secretaria, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes.

5.3. Constatando-se, junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua a NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela Fiscalização da regularidade Fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a contratada não regularize sua situação junto ao cadastro municipal de fornecedores, serão adotadas as medidas cabíveis.

5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = TX I = (6/100) I = 0,00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços fixados para o objeto deste contrato poderão ser reajustáveis, desde que seja observado interregno mínimo de 12 (doze) meses.

6.2. Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo utilizada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - IO).P}{IO}$$

Onde:

c) **Para o primeiro reajuste:**

R= reajuste procurado;

I= índice relativo ao mês do reajuste;

IO= índice relativo ao mês do novo reajuste da data limite para apresentação da proposta;

P= preço atual dos serviços.

d) **Para reajustes subsequentes:**

R= reajuste procurado;

I= índice relativo ao mês do novo reajuste;

IO= índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P= preço atual dos serviços/produtos até último reajuste efetuado.

6.3. Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o Índice Nacional da Construção Civil - INCC, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação legal.

6.4. O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação do IPCA dos últimos 12 meses, tendo como marco inicial a data limite para apresentação da proposta.

6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste.

6.6. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme art. 65, II, da Lei nº 8.666/93.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não será exigida garantia de execução contratual

8. CLAUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30%(trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

8.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

8.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada

Folhas nº 162
Processo nº 094
Rublica nº

cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

8.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.5. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimos de 10% e máximo de 30%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

8.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

8.7. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão;

8.8. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

8.9. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

8.10. Microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.11. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

8.12. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

8.13. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

9. CLAUSULA NONA - DOS PRAZOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Prestação de serviços será realizada no perímetro urbano e rural do município, nos seguintes horários: 08h às 11h30minhs e 13h às 17h30minhs, de segunda a sexta-feira. Nos sábados, domingos e feriados os serviços serão efetuados em regime de plantão de 24 horas.

9.2. O objeto compreenderá:

9.2.1. Prestação de Serviços de Implantação e Manutenção de Pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão-MA.

9.2.2. Fornecimento de materiais de consumo para pavimentação, drenagem e sinalização executado sob o regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição mensal (por meio de Relatório de Execução de Serviços), e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido e executado, conforme preços ofertados no momento da apresentação da proposta. Não restando para a Administração a

obrigação de executar ou pagar pela quantidade estimada em planilha de referência da contratação.

9.2.3. Todos os serviços executados e materiais utilizados desde sua fabricação. Fornecimento e montagem, deverão obedecer às especificações dos projetos, memorial e Normas Técnicas.

9.2.4. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:

a) Requisitos de Normas e/ou Especificações, Métodos de Ensaio e Terminologia estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou formulados por laboratórios ou institutos de Pesquisas Tecnológicas Brasileiras.

b) Requisitos de Normas e/ou Especificações e/ou Métodos de Ensaio e/ou Padrões estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTN, DIN e outras), quando da inexistência de Normas e/ou Especificações brasileiras correspondentes, para determinados tipos de materiais ou serviços.

c) Recomendações, instruções e especificações de Fabricantes de materiais e/ou de especificações em sua aplicação.

d) Dispositivos aplicáveis da Legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativos a materiais, segurança, proteção, instalação de canteiro de obras e de demais aspectos das construções.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. Obrigações da Contratante:

10.2.Fornecer a relação dos consertos para cada jornada de trabalho;

10.3.Esclarecer à Contratada toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços;

10.4.Vistoriar e fiscalizar os serviços executados;

10.5.Avaliar quaisquer alterações no roteiro diário de trabalho, sempre que houver motivo relevante para tal;

10.6.Delimitar as áreas de trabalho da contratada;

10.7.Pagar à Contratada as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas neste Projeto Básico;

10.8.Aplicar sanções e multas à Contratada, nos termos do Edital;

10.9.Recusar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas da Prefeitura e disposições deste Projeto Básico;

10.10. Vistoriar e fiscalizar os veículos, os equipamentos de proteção coletiva e individual e as ferramentas dos grupos de trabalho da Contratada;

10.11. Comunicar ao responsável técnico indicado pela contratada, durante as jornadas de trabalho, quaisquer solicitações ou irregularidades verificadas nas equipes de trabalho;

10.12. Vistoriar e fiscalizar os materiais retirados e os fornecidos para instalação.

10.13. Obrigações da Contratada.

10.14. Fornecer toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços de forma segura e atendendo os requisitos normativos;

10.15. Informar previamente à Contratante todos os casos de intervenção em passeios e/ou pavimentos de vias

Públicas para posterior execução dos serviços;

10.16. Realizar todos os contatos e acertos com outros órgãos públicos implicados no atendimento das solicitações;

10.17. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a Contratante exigir a substituição imediata de qualquer empregado da Contratada, cuja permanência seja considerada prejudicial ao bom andamento dos serviços;

10.18. Responsabilizar-se pelo pagamento, sem qualquer reembolso por parte do Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

10.19. Não reivindicar da Contratante qualquer indenização por perdas e danos de bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade;

10.20. Executar os serviços conforme as características técnicas exigidas pelas Normas e padrões ABNT, NR-10, NR 18 e demais dispositivos legais vigentes;

10.21. Refazer os serviços realizados de forma imperfeita, fornecendo inclusive os materiais danificados por mau uso, não cabendo à Contratante, nesses casos, o fornecimento dos mesmos;

10.22. Em caso de utilização de meios eletrônicos, fornecidos pelo Município à Contratada para registro de informações, fica a Contratada responsabilizada por perdas ou danos, intencionais ou não de quaisquer que seja o meio disponibilizado, devendo repor os equipamentos eletrônicos utilizados com a mesma marca, modelo e aplicativos instalados, com prazo não superior a 48 horas.

10.23. Não prestar declaração e/ou informações sem prévia autorização por escrito da Contratante a respeito do Objeto do presente Projeto Básico e do futuro edital;

10.24. Identificar seu pessoal em serviço com Carteira de Identidade Funcional;

10.25. Pagar todos os tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços;

10.26. Utilizar veículos em perfeitas condições tanto no que se refere aos seus funcionamentos bem como suas apresentações em geral;

10.27. Apontar engenheiro civil qualificado, habilitado e autorizado como responsável pelos serviços realizados pela Contratada, que deverá participar de todas as reuniões de acompanhamento da execução do Contrato na sede da Prefeitura e manter contato com a Contratante e com as equipes durante as jornadas de trabalho;

10.28. Dispor de pessoal qualificado, habilitado e autorizado de reserva para o caso de afastamentos por faltas, licenças, férias e etc., de modo a cumprir os prazos previstos neste Projeto Básico;

10.29. Não será permitido, em hipótese alguma, equipe de trabalho incompleta em serviço.

10.30. Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as Normas do Conselho Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços;

10.31. Apresentar, sempre que a Contratante exigir, Carteira Profissional dos seus empregados e comprovantes exigidos neste Edital;

10.32. Iniciar a prestação dos serviços vinculados a este Edital em até 05 (cinco) dias após a Ordem de Início dos mesmos;

10.33. Certificar-se da utilização, por parte dos seus funcionários, dos equipamentos de proteção individual e coletiva que se fizerem necessários para o desenvolvimento seguro dos serviços, conforme NR 18;

10.34. Providenciar seguro de vida coletivo para os integrantes das equipes de trabalho;

10.35. Informar imediatamente à Contratante os motivos que determinarem impedimento do início ou andamento normal de qualquer dos serviços;

10.36. Manter registros das solicitações/reclamações da Contratante em meio eletrônico, com relação ao correto andamento dos serviços, bem como as medidas corretivas e preventivas tomadas por parte da Contratada;

10.37. Realizar todos os serviços sempre prevendo a proteção de toda a fauna e flora existentes;

10.38. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a execução do contrato

10.39. Reconhecer os direitos da Administração em casos de rescisão contratual.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

11.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará Relatório Padrão da Administração, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

c) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

d) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

Folhas nº 166
Processo nº 094
Rubrica nº

11.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993

11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

11.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

11.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

11.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

11.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.6. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

11.7. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.8. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e.

11.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no resultado do termo circunstanciado.

11.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos

resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

11.10.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuizo da aplicação de penalidades

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93, garantidos a ampla defesa e o contraditório, estipuladas as seguintes penalidades:

12.1.1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação emitida pelo Fiscalização do contrato, ao representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas;

12.1.2. Após recebimento da Notificação a CONTRATADA se obrigará no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a apresentar manifestação formal de ampla defesa por meio de Carta/Ofício junto a fiscalização do contrato.

12.1.3. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no contrato, limitados ao total de 2% sobre o valor do contrato em atraso;

12.1.4. Em caso de reincidência, multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), aplicada cumulativamente, sobre o valor do contrato, referente ao período em que for constatado o novo descumprimento contratual;

12.1.5. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, no caso de não atendimento à notificação realizada pela fiscalização;

12.1.6. Rescisão contratual, sem prejuizo das demais penalidades, nos casos de aplicações de multas por 03 (três) vezes durante o contrato;

12.1.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.1.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei 8.666/93.

12.1.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuizo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no

art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:
14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

16.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

16.2. Para os casos omissos será aplicada a legislação que couber, obedecidas as disposições previstas na Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações e Decreto Federal nº 7.892/2013.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de São Mateus do Maranhão/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

_____ / UF, ... de..... de 20.....

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2022

ANEXO XI
(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

DECLARAÇÃO (Item 5.3.5"a" do Edital)

A empresa ..... em cumprimento ao item 5.2.5, alínea "a" do edital da CONCORRENCIA nº XXXX/2021, declara o seguinte:

1. Estar ciente das condições desta licitação e que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
2. Que executará os serviços de acordo com os projetos e as especificações técnicas fornecidas pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, disponibilizando pessoal técnico especializado e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado;
3. Que manterá o serviço, em tempo integral, o profissional indicado para fins de comprovação de qualificação técnica, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA;
4. Que manterá nos serviços, Livro Diário de Serviços, onde deverão ser anotadas todas as ocorrências decorrentes do andamento do serviço e outras julgadas necessárias ao perfeito acompanhamento da execução do Contrato.

Local e data por extenso

(Nome e assinatura do responsável pela empresa)

Folhas nº 171
Processo nº 0940
Rublica nº

EDITAL - CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2022

ANEXO XII
(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

A empresa ....., signatária, inscrita no CNPJ sob o n.º ....., sediada na ..... (endereço completo), por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 32, § 2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar da CONCORRENCIA N° 004/2022 – CPL, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata.

Declara, outrossim, conhecer na integra o Edital e seus anexos e que se submete a todos os seus termos.

Local (XX), ... de ..... de .....

.....
(Nome e assinatura do representante legal da empresa)
(n.º da identidade do declarante)

Folhas nº 172
Processo nº 094
Rubrica nº

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 4877
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, N°42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 2022.05.20.0011
CONCORRÊNCIA PUBLICA N° 004/2022 - SRP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO.

O Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas a legislação municipal vigente e em conformidade com a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, Lei 8.666/93, após a habilitação e classificação da proposta vencedora da licitante concorrente da CONCORRÊNCIA PUBLICA N° 004/2022 – SRP, resolve **ADJUDICAR** o objeto acima especificado a empresa:

RAZÃO SOCIAL: WAS CONSTRUÇÕES EIRELI
CNPJ N° 08.106.567/0001-59
ENDEREÇO: RUA BELIRA, N° 40 MAIOBA, PAÇO DO LUMIAR-MA, CEP. 65.130-000.

O valor total adjudicado do presente processo licitatório é de **R$ 4.348.463,23 (quatro milhões e trezentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos).**

São Mateus do Maranhão/MA, 20 de Dezembro de 2022.

Thiago Rezende Aragão
Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
Portaria n° 008/2021 - GP

Folhas nº 173
Processo nº 096
Rublica nº

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
fls. 4.882
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
Praça da Matriz, Nº42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão-MA
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 2022.05.20.0011
CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 004/2022 - SRP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DA SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO – MARANHÃO.

O Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Mateus do Maranhão/MA, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE**, com fundamento nas atribuições que lhe são conferidas o artigo 43, Inciso VI da lei federal 8.666/1993 e suas alterações, como também a legislação municipal vigente, tendo em vista o resultado apresentado no processo licitatório acima identificado, **HOMOLOGAR** o objeto a seguinte licitante **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 08.106.567/0001-59, sediada na RUA BELIRA, Nº 40 MAIOBA, PAÇO DO LUMIAR-MA, CEP. 65.130-000**, bem como determinar que sejam adotadas as medidas cabíveis para atender a contratação da referida empresa vencedora do certame.

O valor total adjudicado do presente processo licitatório é de **R$ 4.348.463,23 (quatro milhões e trezentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos).**

São Mateus do Maranhão - MA, 21 de dezembro de 2022.

Thiago Rezende Aragão
Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
Portaria nº 008/2021 - GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ Nº 06.019.491/0001-07

RESULTADO DA CONCORRENCIA Nº 004/2022 - SRP

O presidente da CPL torna público o resultado da Concorrência supracitada, oriundo do processo n° **2022.05.20.0011**, referente ao registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão, cujo objeto foi **ADJUDICADO** e **HOMOLAGADO** pela autoridade competente para a empresa **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ N° 08.106.567/0001-59, sediada na RUA BELIRA, N° 40 MAIOBA, PAÇO DO LUMIAR-MA, CEP. 65.130-000**, vencedora do certame.

SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA, 21 de dezembro de 2022.

VICTOR RABELO CORREA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria Nº 030/2022

Folhas nº
Processo nº
Rubrica nº

- RESULTADO - DA CONCORRENCIA Nº 004/2022

RESULTADO DA CONCORRENCIA Nº 004/2022 - SRP

O presidente da CPL torna público o resultado da Concorrência supracitada, oriundo do processo nº **2022.05.20.0011**, referente ao registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão, cujo objeto foi **ADJUDICADO** e **HOMOLAGADO** pela autoridade competente para a empresa **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 08.106.567/0001 -59, sediada na RUA BELIRA, Nº 40 MAIOBA, PAÇO DO LUMIAR -MA, CEP. 65.130-000**, vencedora do certame. SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA, 21 DE DEZEMBRO DE 2022. **VICTOR RABELO CORREA** Presidente da Comissão Permanente de Licitação Portaria Nº 030/2022

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
fls. 4884
Rubrica

Folhas nº 175
Processo nº 094
Rublica nº

Assinado eletronicamente por: Edimilson Viana da Silva - CPF: ***.315.753-** em 21/12/2022 18:02:51 - IP com nº: 10.1.1.13
Autenticação em: www.saomateus.ma.gov.br/dianooficial.php?id=1534

Folha nº 4879
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 06.019.491/0001-07

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO

Folhas nº 176
Processo nº 094
Rubrica nº

Processo administrativo nº 2022.05.20.0011
Concorrência Pública nº 004/2022
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão/MA.

1. PRELIMINAR

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 245/2016, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

2. DA MODALIDADE

Conforme o art. 23, c) da Lei nº 8.666/93, concorrência é modalidade de licitação determinada para casos de contratação de valores superiores a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil) entre interessados devidamente cadastrados no período legal.

3. DA PUBLICAÇÃO E DOS PRAZOS:

Foi enviado o Aviso da Licitação para publicação, no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Município, em jornal de grande circulação no dia **06 de julho de 20202** e fixado no quadro de aviso desta Prefeitura, conforme estabelece a legislação em vigor (fls. 289 à 294);

Com relação aos prazos que se refere à modalidade adotada, entre a publicação do aviso e abertura do certame foi devidamente cumprido, pois em se tratando da modalidade de Concorrência, o prazo mínimo entre a divulgação do edital e a data fixada para a entrega das propostas dos licitantes são de no mínimo 30 dias, dando sua abertura no dia **12 de agosto de 2022**, recebimentos dos envelopes de documentos de Habilitação e Proposta de Preços.

4. DO JULGAMENTO:

No que tange aos julgamentos dos preços, foi enviada para a análise técnica da Engenheira do município, a sra. Ana Karolyne de Paula Lima, CREA Nº 111680099-3, e indicou que somente a empresa WAS CONSTRUÇÕES EIRELI, cumpriu os requisitos propostos no edital, para o tipo de obra a ser executada, e apresentou o menor valor global, sendo a mesma classificada em 1° lugar.

Foi aberto o prazo para intenção de recurso quanto ao resultado das propostas de preços, nenhuma empresa se manifestou. Ademais, verificou-se que foram cumpridas todas as etapas seguintes, e adjudicado o objeto do presente proesso licitatório com o valor de R$4.348.463,23 (quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos).

5. DOS FATOS

O Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais pela Comissão de Licitação, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendo que o procedimento realizado está de acordo com a legislação vigente, opto para que seja dado prosseguimento as demais etapas subsequentes, evidenciando a presença efetiva de publicidade de todos os atos realizados.

6. CONCLUSÃO

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 06.019.491/0001-07

Folhas nº 178
Processo nº 024
Rublica nº

Considerando que o presente Parecer Técnico se propõe a subsidiar a Homologação, a Controladoria aprova a homologação do processo em epígrafe, cabendo, no entanto, à autoridade competente, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

Ressalvamos que todos os despachos, atestos, declarações, relatórios, análises técnicas, contábeis e pareceres são de única e exclusiva responsabilidade dos seus respectivos setores e seus signatários.

São Mateus do Maranhão/MA, 21 de dezembro de 2022.

ROSILENE DE FRANÇA DE PAIVA
Controladora Geral do Município
Portaria nº 0144/2021

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Folhas nº 179
Processo nº 096
Rubrica nº

Ofício nº 025/2023

Alto Alegre do Pindaré/MA, 19 de abril de 2023.

Ao Senhor (a)
Representante Legal da Empresa
WAS CONSTRUÇÕES EIRELI - CNPJ N° 08.106.567/0001-59
Rua Belira, n° 40 Maioba, Paço do Lumiar-MA, CEP: 65.130-000

Ref.: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA.

Senhor Representante Legal,

Em consonância com o disposto no art. 22, do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, informamos a Vossa Senhoria o nosso interesse em aderir à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA.

Após estudo técnico preliminar, identificamos a vantajosidade em aderir à referida ARP, conforme planilha de composição de custos em nexo, razão pela qual solicitamos que seja apreciado o pedido ora formulado, de modo que esta prefeitura faça uso da referida Ata de Registro de Preços.

Informamos oportunamente que o Órgão gerenciador da referida Ata se manifestou favorável à adesão, conforme Autorização em anexo.

Caso haja concordância dessa empresa com a respectiva adesão, solicitamos que se manifeste favoráve, bem como, encaminhe a **documentação abaixo:**

- Habilitação jurídica (Contrato Social, Cartão de CNPJ e Documentação de Identificação dos Sócios);
- Fiscal (Certidões Negativa de Débito Federal, Estadual, Municipal; Certidões Negativas de Dívida Ativa Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade com o FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- Econômico-financeira (Balanço Contábil e Certidão Negativa de Falência e Concordata);
- Atestado de Capacidade Técnica;
- Proposta de Preços.

Folhas nº 180
Processo nº 049
Rubrica nº

Por fim, segue abaixo os dados do Órgão solicitante:

- Razão Social: Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.
- CNPJ: 01.612.832/0001-21
Endereço: Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré - MA, 65398-000.
E-mail: *cpl.altoalegrep@gmail.com*

Cumpre frisar que a solicitação se encontra dentro do limite de 50% (cinquenta por cento), previsto no §3º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13.

Atenciosamente,

FRANCIVALDO REIS DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo de
Alto Alegre do Pindaré/MA

Gmail

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>

Folhas nº 181
Processo nº 094
Rubrica nº

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022

1 mensagem

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com> 19 de abril de 2023 às 12:09
Para: wasconstrucoes10@gmail.com

Prezado representante legal da empresa

WAS CONSTRUÇÕES EIRELI
CNPJ N° 08.106.567/0001-59

Segue em anexo o Ofício nº 025/2023, com solicitação deste Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, para aderir à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA, a qual tem como objeto o "registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão – Maranhão".

Acompanhado ao ofício, segue a autorização de adesão concedida pelo município de São Mateus do Maranhão.

Aguardamos sua resposta.

--
Por gentileza acusar o recebimento.

Att
FRANCIVAL VELOSO FERNANDES
Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação

2 anexos

OFICIO N 118.2023 - A PREFEITURA DE ALTO ALEGRE DO PINDARE.pdf
1856K

Ofício_025_2023_Empresa WAS CONSTRUÇÕES EIRELI.pdf
333K

Folhas nº 182
Processo nº 094
Rublica nº

Gmail

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>

SOLICITAÇÃO DE ADESÃO DE ATA

was construcoes <wasconstrucoes10@gmail.com> 24 de abril de 2023 às 10:45
Para: cpl.altoalegrep@gmail.com

Bom dia
Segue os documentos solicitados para adesão da Ata de Registro de Preço nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preço nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.0011/2022, de origem do Município de São Mateus do Maranhão/MA.

7 anexos

- **OFFICIO WAS.pdf** 205K
- **CND DEBITO.pdf** 4K
- **CND MUNICIPAL.pdf** 253K
- **CND DIVIDA ATIVA.pdf** 4K
- **CND RECEITA FEDERAL.pdf** 77K
- **CND TRABALHISTA.pdf** 85K
- **FGTS.pdf** 92K

WAS CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 08.106.567/0001-59
EMAIL: wasconstrucoes10@gmail.com

Folhas nº 183
Processo nº 094
Rubrica nº

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20221798/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022

TERMO DE ACEITE DE ADESÃO DE ATA

OFFICIO Nº 001/2023

Eu, AILTON JOSÉ JESUS DE SOUSA, inscrito no RG. nº 028788902005-4, SSP/MA, e CPF n.º 026.492.053-85, representante legal da empresa, WAS CONSTRUÇÕES LTDA, situada na Rua Belira Nº 40, MAIOBA - PAÇO DO LUMIAR, CEP Nº 65130- 000, CNPJ n.º 08.106.567/0001-59, Venho através desse Ofício Concordar Plenamente com o "ACEITE'' dos quantitativos descritos no processo do pregão eletrônico Nº 004/2022-PMSM, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20221798/2022/2022.

Atenciosamente,

PAÇO DO LUMIAR – MA, 20 DE ABRIL DE 2023

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385

Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385
Dados: 2023.04.20 12:44:59 -03'00'

WAS CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 08.106.567/0001-59
AILTON JOSÉ JESUS DE SOUSA
CPF: 026.492.053-85
SÓCIO ADIMINISTRADOR

Folhas nº 184
Processo nº 09
Rubrica nº

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 083850/23 **Data da Certidão:** 17/04/2023 09:25:43

CPF/CNPJ 08106567000159 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, fundamentado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 15/08/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 17/04/2023 09:25:43

Folhas nº 185
Processo nº 094
Rubrica nº

PREFEITURA DE PAÇO DO LUMIAR
SEMFAZ - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

PARA VALIDAÇÃO DESTE DOCUMENTO ACESSE O SITE PREFEITURAMODERNA.COM.BR, ESCOLHA SUA PREFEITURA, ACESSE A VALIDAÇÃO E INFORME O Nº DA CERTIDÃO.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO		Nº 0002608

Informações do Contribuinte

CÓDIGO CMC	TÍTULO ESTABELECIMENTO	CPF / CNPJ
1877409	WAS CONSTRUCOES LTDA	08.106.567/0001-59

Endereço do Contribuinte

	ENDEREÇO		NÚMERO
	RUA BELIRA		40
NÚMERO CEP	MUNICÍPIO - UF	NOME EDIFÍCIO	APTO / SALA
6513000	PAÇO DO LUMIAR - MA		

Informações do Requerente

Nº DE DOCUMENTO	NOME DO REQUERENTE	FINALIDADE
08106567000159	was construções ltda	licitações
	OBSERVAÇÕES	

Data de Emissão: 10/04/2023	Data de Validade: 09/07/2023

O contribuinte acima descrito, **POSSUI DÉBITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA** juntos a Fazenda Municipal, referente a Impostos, Taxas ou Multas, até a presente data, com validade da presente certidão em noventa (90) dias.

Conforme Código Tributário Municipal, fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar eventuais débitos que vierem a ser apurados, mesmo referente a período enterior a emissão da presente certidão.

NADA MAIS havendo, o referido e verdade do que dou fé.

A respectiva Certidão de Débitos poderá ser VALIDADA no site http://www.prefeituramoderna.com.br

Escolha o município- IPTU- Documentos Emitidos - Validação da Certidão

Já nas certidões de empresas:

A respectiva Certidão de Débitos poderá ser VALIDADA no site http://www.prefeituramoderna.com.br

Escolha o município- ISS - Suporte - Validação de Certidão.

Paço do Lumiar , 10 de Abril de 2023

Folhas nº 186
Processo nº 094
Rubrica nº

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 005949/23 **Data da Certidão:** 24/01/2023 11:11:45

CPF/CNPJ CONSULTADO: **08106567000159**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 24/05/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 09/02/2023 10:53:55

Folhas nº 187
Processo nº 094
Rubrica nº

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: WAS CONSTRUCOES LTDA
CNPJ: 08.106.567/0001-59

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:56:44 do dia 09/02/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/08/2023.
Código de controle da certidão: **7639.1E5D.4F52.A78D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Folhas nº 188
Processo nº 094
Rubrica nº

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: WAS CONSTRUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.106.567/0001-59
Certidão nº: 332191/2023
Expedição: 04/01/2023, às 10:06:08
Validade: 03/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **WAS CONSTRUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.106.567/0001-59**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Folhas nº 189
Processo nº 094
Rublica nº

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.106.567/0001-59
Razão Social: WAS CONSTRUCOES EIRELI
Endereço: RUA BELIRA 40 / MAIOBA / PACO DO LUMIAR / MA / 65130-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:03/04/2023 a 02/05/2023

Certificação Número: 2023040301184526771180

Informação obtida em 17/04/2023 09:22:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Folhas nº 190
Processo nº 094
Rubrica nº

Gmail

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>

SOLICITAÇÃO DE ADESÃO DE ATA

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com> 26 de abril de 2023 às 10:27
Para: was construcoes <wasconstrucoes10@gmail.com>

Bom dia!

Solicitamos o envio da documentação complementar, qual seja:

- Atestado de capacidade técnica;
- Declaração que não emprega menor;
- Balanço Financeiro;
- Contrato social e alterações;
- Documento de identificação dos sócios;
- Cartão de CNPJ;
- Certidão de falência e concordata;

[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
Por gentileza acusar o recebimento.

Att
FRANCIVAL VELOSO FERNANDES
Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Folhas nº 191
Processo nº 094
Rublica nº

Gmail

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>

ENVIO DE DOCUMENTOS

was construcoes <wasconstrucoes10@gmail.com> 27 de abril de 2023 às 10:07
Para: cpl.altoalegrep@gmail.com

Bom dia!!!

Segue os documentos solicitados para a adesão

WAS ALTA ALEGRE DO PINDARE.zip
7547K

Folhas nº 192
Processo nº 0
Rublica nº

QR-CODE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2427460027

2 e 1 NOME E SOBRENOME
AILTON JOSE JESUS DE SOUSA

1ª HABILITAÇÃO
18/12/2009

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
24/10/1987, SAO LUIS, MA

4a DATA EMISSÃO
16/08/2022

4b VALIDADE
15/08/2032

ACC

D

4d DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
02878890200S4 SESP MA

4c CPF
026.492.053-85

5 Nº REGISTRO
04844564900

5b CAT. HAB.
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JOSE RIBAMAR DE SOUSA

VALDIENE DE JESUS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		15/08/2032	
A1			
B		15/08/2032	
B1			
C		15/08/2032	
C1			

9	10	11	12
D		15/08/2032	
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
75433743340
MA047912080

LOCAL
SAO LUIS, MA

2427460027

MARANHÃO

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Válido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade – Órgão emissor / Identity Document – Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 5. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permiso de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA048445649<008<<<<<<<<<<<
8710248M3208151BRA<<<<<<<<<<<4
AILTON<<JOSE<JESUS<DE<SOUSA<<<

PRIMEIRA ALTERAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA "WAS CONSTRUÇÕES LTDA"

CNPJ: 08.106.567/0001-59

NIRE: 21600154740

Folhas nº 193
Processo nº 094
Rublica nº

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA, brasileiro, natural de São Luis - MA, nascido 24/10/1987, solteiro, empresário, portadora da carteira de identidade nº 0287889020054 SSP/MA e CPF nº 026.492.053-85, residente e domiciliado à Rua da Alegria, nº 12 A, Residencial Vitoria, São Jose de Ribamar/MA, Cep: 65.110-000;

Única sócia da sociedade empresária limitada denominada **WAS CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na Rua da Belira, nº 40, Bairro: Maioba, Paço do Lumiar – MA, Cep: 65.130-000, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA) sob NIRE nº 21600154740 por despacho do 30 de Julho de 2020 e com CNPJ nº 08.106.567/0001-59, resolve consolidar o seu Contrato de Constituição de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira: Com a modificação das empresas EIRELI transformadas baseado na LEI 14195 de LTDA passa a denominação a ser: **WAS CONSTRUÇÕES LTDA.**

Cláusula Segunda: As cláusulas, itens e subitens constantes do Contrato de Constituição que não foram objeto de expressa alteração pelo presente termo, permanecem inalteradas e em vigor, e são para todos os efeitos legais ratificadas.

Cláusula Terceira: Fica eleito o foro da cidade de São Luís, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

À vista da modificação ora ajustada consolida-se o Contrato Social, com a seguinte redação:

PRIMEIRA ALTERAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA "WAS CONSTRUÇÕES LTDA" CNPJ: 08.106.567/0001-59 NIRE: 21600154740

Folhas nº 195
Processo nº 094
Rublica nº

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA, brasileiro, natural de São Luis - MA, nascido 24/10/1987, solteiro, empresário, portadora da carteira de identidade nº 0287889020054 SSP/MA e CPF nº 026.492.053-85, residente e domiciliado à Rua da Alegria, nº 12 A, Residencial Vitoria, São Jose de Ribamar/MA, Cep: 65.110-000;

Cláusula Primeira: A sociedade gira sob o nome empresarial denominada **WAS CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na Rua da Belira, nº 40, Bairro: Maioba, Paço do Lumiar – MA, Cep: 65.130-000, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA) sob NIRE nº 21600154740 por despacho do 30 de julho de 2020 e com CNPJ nº 08.106.567/0001-59.

Cláusula Segunda: Utiliza o nome de fantasia: **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI.**

Cláusula Terceira: A sociedade iniciou suas atividades em 07/03/2006 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta: O objeto social da sociedade é:
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

PRIMEIRA ALTERAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA "WAS CONSTRUÇÕES LTDA" CNPJ: 08.106.567/0001-59 NIRE: 21600154740

Folhas nº 195
Processo nº 094
Rubrica nº

71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

Cláusula Quinta: O capital social da sociedade é de **R$ 800.000,00 (Oitocentos Mil)**, divididos em 800.000 (Oitocentas Mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda corrente do país pelo sócio conforme abaixo:

Sócios	Nº de quotas	Valor (R$)	%
AILTON JOSE JESUS DE SOUSA	800.000	800.000,00	100
TOTAL	800.000	800.000,00	100

Parágrafo Único: O Capital é integralizado em moeda corrente do país, a vista, adquiridos através de recursos próprios, e a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas o mesmo responde solidariamente pela integralização do Capital Social.

Cláusula Sexta: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição de postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima: A administração da sociedade caberá à sócia **AILTON JOSE JESUS DE SOUSA,** cujos respectivos atos poderão ser executados de forma isolada, com poderes e atribuições de sócios – administradores de representação ativa e passiva de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, cabendo-lhe praticar os atos referentes à gestão social, representar a sociedade judicial extrajudicialmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo Primeiro: Conforme acordo entre si, os sócios decidem que fica estabelecido que perante as instituições financeiras de qualquer natureza e afins, será a empresa representada pelo sócio administrador **isoladamente**, com plenos

PRIMEIRA ALTERAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA "WAS CONSTRUÇÕES LTDA" CNPJ: 08.106.567/0001-59 NIRE: 21600154740

Folhas nº 196
Processo nº 094
Rubrica nº

poderes para assinar e representar atos, em todos os documentos, inclusive, cheques e ordens de pagamento.

Parágrafo. Segundo: Fica facultado a administradora, nomear procuradores para um período determinado que nunca possa exceder a um ano, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

Cláusula Oitava: A administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Nona: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, a administradora prestará contas justificadas de suas administrações, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima: Nos quatro meses seguintes ao término de exercício social, os sócios deliberarão sobre as quotas e designarão administrador (es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelo sócio.

Cláusula Décima Segunda: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de *"pró-labore"*, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Terceira: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Quarta: Declaramos para efeitos de enquadramento na condição de porte **MICROEMPRESA - ME** conforme Lei Complementar nº 123 de 14/12/2016.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA "WAS CONSTRUÇÕES LTDA"
CNPJ: 08.106.567/0001-59
NIRE: 21600154740

Folhas nº 197
Processo nº 0926
Rubrica nº

Cláusula Décima Quinta: Fica eleito o foro da cidade de São Luís, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar assim, justo e contratado, assinam o presente instrumento em 01 (Uma) via de igual teor e forma.

São Luís - MA, 04 de janeiro de 2023.

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA
CPF nº 026.193.053-08
Empresário

Folhas nº 198
Processo nº 029
Rubrica nº

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa WAS CONSTRUÇÕES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02649205385	AILTON JOSE JESUS DE SOUSA
64887356300	ERNESTO AVELAR NETO

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2023 13:15 SOB Nº 20230014089.
PROTOCOLO: 230014089 DE 09/03/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12300140897. CNPJ DA SEDE: 08196567000159.
NIRE: 21500151754 COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/03/2023.
WAS CONSTRUÇÕES LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO GERAL

A validade deste documento, em impresso, cabe ao interessado, dentro do prazo de sua autenticidade nos respectivos portais.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folhas nº 199
Processo nº 094
Rublica nº

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.106.567/0001-59 MATRIZ		09/06/2006

NOME EMPRESARIAL
WAS CONSTRUCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSTRUTORA CATEDRAL	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA BELIRA	40	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.130-000	MAIOBA	PACO DO LUMIAR	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 8522-0227

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	09/06/2006

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/03/2023** às **10:23:52** (data e hora de Brasília).

Página: **1/2**

Folhas nº 200
Processo nº 094
Rubrica nº

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.106.567/0001-59 MATRIZ		09/06/2006

NOME EMPRESARIAL
WAS CONSTRUCOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (Dispensada *)
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA BELIRA	40	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.130-000	MAIOBA	PACO DO LUMIAR	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 8522-0227

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	09/06/2006

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/03/2023** às **10:23:52** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA

Folhas nº 201
Processo nº 894
Rublica nº

DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA

A Empresa **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 09/06/2006, NIRE: 21600154740, CNPJ: 08.106.567/0001-59,** estabelecido(a) na RUA BELIRA, 40 , MAIOBA, Paço do Lumiar - MA, CEP: 65130-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se reenquadra da condição de MICROEMPRESA PARA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 307
Descrição do Ato: REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Paço do Lumiar - MA, 21/09/2021

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA
Titular/Administrador

** Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil*

Folhas nº 202
Processo nº 094
Rublica nº

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa WAS CONSTRUÇÕES EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02649205385	AILTON JOSE JESUS DE SOUSA

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2021 17:41 SOB Nº 20211205826.
PROTOCOLO: 211205826 DE 21/09/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12106996523. CNPJ DA SEDE: 08106567000159.
NIRE: 21600154740. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 21/09/2021.
WAS CONSTRUÇÕES EIRELI

JUCEMA

LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

WAS CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 08.106.567/0001-59
EMAIL: wasconstrucoes10@gmail.com

Folhas nº 203
Processo nº 084
Rublica nº

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE- MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

A empresa, **WAS CONSTRUÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 08.106.567/0001-59, estabelecida na Rua Belira Nº 40 Maioba, Paço do Lumiar - MA, CEP: 65.130-000 por seu representante legal Sr. **Ailton José Jesus de Sousa**, portador da Identidade nº 028788902005-4 SSP/MA e do CPF Nº 026.492.053-85, **declara**, para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei n.º 8666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, que não emprega menor, menor de 18 (dezoito) anos em exercício de atividade noturna, perigosa ou insalubre, bem como não utiliza para qualquer trabalho ou atividade, menor de 16 (dezesseis).

Ressalva emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz em conformidade com o Inciso XXXIII do Art. 7º, da Constituição Federal e com a Lei nº 9.854/99

Atenciosamente

Paço do Lumiar - MA, 27 de Abril de 2023

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385
Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385
Dados: 2023.04.27 10:01:48 -03'00'

Folhas nº 024
Processo nº 024
Rublica nº

CERTJUDONE-SJDPACOLUM - 1212023
Código de validação: D94E226D56

Número da guia: 23110001001487130.

CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA

USANDO da faculdade que me confere a Lei, CERTIFICO, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca no Sistema de Distribuição PJE nas Varas Judiciais existentes neste Termo Judiciário, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco (2005) até o dia **18 de Abril** do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR distribuição de AÇÕES DE FALÊNCIA OU CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E INSOLVÊNCIA** contra **WAS CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n.º 08.106.567/0001-59,** com endereço na **Rua Belira, Nº 40, Bairro: Maioba, Paço do Lumiar/MA.** CERTIFICO, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Tácito Caldas", nesta cidade de Paço do Lumiar, capital do Estado do Maranhão. Eu, Rosângela Lopes da Silva Porto, Secretária Judicial, consultei, digitei, subscrevo e assino.

OBSERVAÇÃO:
O CNPJ/CPF constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário.
Art. 198 do Código de Normas da CGJ - Será de **sessenta dias o prazo de validade das certidões judiciais**, o que constará, obrigatoriamente, do respectivo escrito oficial.
Art. 199 do Código de Normas da CGJ. Esta certidão é emitida em uma única via, sem rasuras e mediante assinatura do servidor.

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

Folhas nº 205
Processo nº 094
Rubrica nº

ROSANGELA LOPES DA SILVA PORTO
Secretária Judicial de Distribuição do Fórum
Secretaria Judicial de Distribuição da Comarca de Paço do Lumiar
Matrícula 112128

Documento assinado. PAÇO DO LUMIAR, 18/04/2023 12:14 (ROSANGELA LOPES DA SILVA PORTO)

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Folhas nº 206
Processo nº 094
Rubrica nº

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ROGERIO DE CASTRO RIBEIRO
REGISTRO..... : MA-011431/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.389.343-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 18/04/2023 as 09:58:26.
Válido até: 17/07/2023.
Código de Controle: 553182.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: WAS CONSTRUCOES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 08.106.567/0001-59

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 856.225,00	R$ 2.977.598,17
ATIVO CIRCULANTE		R$ 83.015,00	R$ 2.097.878,09
DISPONÍVEL		R$ 50.680,00	R$ 875.137,73
CAIXA		R$ 15.050,00	R$ 39.529,40
Caixa Geral		R$ 15.050,00	R$ 39.529,40
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 35.630,00	R$ 835.608,33
Banco Bradesco		R$ 35.630,00	R$ 835.608,33
ESTOQUES		R$ 32.335,00	R$ 1.222.740,36
ESTOQUES PARA REVENDA		R$ 32.335,00	R$ 1.222.740,36
Bens Utilizados em Serviços		R$ 32.335,00	R$ 1.222.740,36
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 773.210,00	R$ 879.720,08
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R$ 54.960,00	R$ 309.750,08
CLIENTES RLP		R$ 54.960,00	R$ 309.750,08
Clientes a Longo Prazo		R$ 54.960,00	R$ 309.750,08
ATIVO IMOBILIZADO		R$ 718.250,00	R$ 569.970,00
IMOBILIZADO		R$ 718.250,00	R$ 718.250,00
Moveis e Utensilios		R$ 12.550,00	R$ 12.550,00
Maquinas e Equipamentos		R$ 520.350,00	R$ 520.350,00
Veiculos		R$ 185.350,00	R$ 185.350,00
(-) DEPREC/AMORTIZACAO ACUMULA		R$ 0,00	R$ (148.280,00)
(-) Depreciacao Acumulada Veic		R$ 0,00	R$ (148.280,00)
PASSIVO		R$ 856.225,00	R$ 2.977.598,17
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 50.680,00	R$ 57.269,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 50.680,00	R$ 57.269,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A REC		R$ 50.680,00	R$ 57.269,00
Pis a recolher		R$ 15.414,22	R$ 16.587,60
Cofins a recolher		R$ 35.265,78	R$ 40.681,40
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 5.545,00	R$ 402.984,12
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		R$ 5.545,00	R$ 402.984,12
FORNECEDORES ELP		R$ 5.545,00	R$ 402.984,12
Fornecedores a Longo Prazo		R$ 5.545,00	R$ 402.984,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 800.000,00	R$ 2.517.345,05

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0B.02.E7.4E.A3.47.86.16.0C.5C.81.AE.32.95.45.25.C5.63.9A.C6-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.5 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: WAS CONSTRUCOES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 08.106.567/0001-59

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Folhas nº 208
Processo nº 0019
Rubrica nº

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CAPITAL SOCIAL		R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
Capital Integralizado		R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
RESULTADO ACUMULADO		R$ 0,00	R$ 1.717.345,05
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 1.717.345,05
Lucros Acumulados		R$ 0,00	R$ 1.717.345,05

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385

Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385
Dados: 2022.07.26 15:43:52 -03'00'

Rua Belira, nº 40 Bairro: Maioba
Município Paço do Lumiar - MA
NIRE: 21600154740
Data da Alteração do Contrato Social: 30/07/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0B.02.E7.4E.A3.47.86.16.0C.5C.81.AE.32.95.45.25.C5.63.9A.C6-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.5 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped

Entidade: WAS CONSTRUCOES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 08.106.567/0001-59

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Folhas nº 209
Processo nº 094
Rubrica nº

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R$ 0,00	R$ 2.640.820,90
REC BRUTA DE VENDAS SERVICOS		R$ 0,00	R$ 2.640.820,90
Receita Venda de Serviços		R$ 0,00	R$ 2.640.820,90
(-) DEDUÇÕES CANCELAMENTOS E DEVOL		R$ (0,00)	R$ (659.845,24)
(-) CUSTO MERCADORIAS/SERVICOS VENDIDOS		R$ (0,00)	R$ (659.845,24)
(-) Custos Produtos/Servicos Vendidos		R$ (0,00)	R$ (659.845,24)
(-) IMPOSTOS INCIDENTES		R$ (0,00)	R$ (96.389,97)
(-) IMPOSTOS INCID. S/SERVICOS		R$ (0,00)	R$ (96.389,97)
(-) Pis sobre serviço		R$ (0,00)	R$ (17.165,34)
(-) Cofins sobre serviço		R$ (0,00)	R$ (79.224,63)
(-) DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES		R$ (0,00)	R$ (148.280,00)
(-) DEPRECIAÇÕES		R$ (0,00)	R$ (148.280,00)
(-) Despesa Depreciacao Veiculos		R$ (0,00)	R$ (148.280,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (0,00)	R$ (18.500,64)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (0,00)	R$ (18.500,64)
(-) Despesas Administrativas		R$ (0,00)	R$ (18.500,64)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (0,00)	R$ (460,00)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (0,00)	R$ (460,00)
(-) Despesas Bancarias		R$ (0,00)	R$ (460,00)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R$ 0,00	R$ 1.717.345,05

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385

Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385
Dados: 2022.07.26 15:45:11 -03'00'

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0B.02.E7.4E.A3.47.86.16.0C.5C.81.AE.32.95.45.25.C5.63.9A.C6-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.5 do Visualizador

Estabelecimento: 01 - WAS CONSTRUCOES EIRELI - 08.106.567/0001-59

Folhas nº 210
Processo nº 094
Rubrica nº

Notas Explicativas Gerais
0001 - Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2021

Empresa: WAS CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 08.106.567/0001-59

Nota 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A WAS CONTRUCÇÕES EIRELI è uma EMPRESA, com sede e foro na cidade do Paço do Lumiar-Ma, tendo como objeto social de Construçao de Edificios, com inicio em 09/06/2006.

Nota 2 - APRESENTAçÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em concordância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira

Nota 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Aplicaçõess Financeiras
Estão registrados ao custo de aplicação acrescidos dos redimentos proporcionais até a data do balanço.
3.2 Direitos e Obrigações
Estao demonstrados pelos valores históricos , acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando a regime de competência.
3.3 Imobilizado
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada pelo método linear.
3.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial
A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.
3.5 Investimentos em empresas coligadas e controladas
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.
3.6 Impostos Federais
A empresa está no regime do Lucro Presumido e totaliza os encargos tributários pelo Regime de Competência.

Nota 4 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social è de R$ 800.000,00 (Oiticentos mil reais), dividido em 800.000,00 (oitocentos mil) quotas de R$ 1.00 (Hum real) cada , totalmente integralizado, apresentando a seguinte composiçao:

José Ailton Jesus de Sousa 800.000 Quotas 100% 800.00,00 TITULAR

5 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A Empresa não possui propriedade para investimento.

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385

Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385
Dados: 2022.07.26 15:46:41 -03'00'

Folhas nº 211
Processo nº 094
Rubrica nº

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa WAS CONSTRUÇÕES EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01438934327	Rogerio de Castro Ribeiro
02649205385	AILTON JOSE JESUS DE SOUSA

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/07/2022 17:37 SOB Nº 20220916748.
PROTOCOLO: 220916748 DE 26/07/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12209778489. CNPJ DA SEDE: 08106567000159.
NIRE: 21600154740. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/07/2022.
WAS CONSTRUÇÕES EIRELI

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

01 - Liquidez Corrente

Ativo Circulante	2.097.878,09		
		=	36,63
Passivo Circulante	57.269,00		

Interpretação: A Empresa tem R$ 36,63 para cada R$ 1,00 de dívida

02 - Liquidez Seca

Ativo Circulante - Estoques	875.137,73		
		=	15,28
Passivo Circulante	57.269,00		

Interpretação: A Empresa tem R$ 15,28 para cada R$ 1,00 de dívida

03 - Liquidez Geral

Ativo Circulante + R.L.P.	2.407.628,17		
		=	5,23
Exigível Total	460.253,12		

Interpretação: A Empresa tem R$ 5,23 para cada R$ 1,00 de dívida

04 - Participação de Terceiros

Exigível Total	460.253,12		
		=	0,15
Ativo Total	2.977.598,17		

Interpretação: O capital de terceiros representa 15,46% do investimento total

05 - Garantia de Capital de Terceiros

Patrimônio Líquido	2.517.345,05		
		=	5,47
Exigível Total	460.253,12		

Interpretação: O capital de terceiros é garantido por 546,95% do capital próprio

06 - Imobilização do Investimento Total

Ativo Não Circulante - R.L.P.	569.970,00		
		=	0,19
Ativo Total	2.977.598,17		

Interpretação: O Ativo Permanente representa 19,14% do capital de giro

07 - Imobilização do Capital Próprio

Ativo Não Circulante - R.L.P.	569.970,00		
		=	0,23
Patrimonio Líquido	2.517.345,05		

Interpretação: O Ativo Permanente representa 22,64% do capital próprio

08 - Rentabilidade do Investimento Total

Res.Exercício antes I.R.	1.717.345,05		
		=	0,58
Ativo Total	2.977.598,17		

Interpretação: O Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda é de 57,68% sobre o capital em giro

09 - Rentabilidade do Capital Próprio

Res.Exercício antes I.R.	1.717.345,05		
		=	0,68
Patrimonio Liquido	2.517.345,05		

Interpretação: O Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda é de 68,22% sobre o capital próprio

10 - Capital de Giro Próprio

(+) Ativo Circulante	2.097.878,09
(+) Realizável a longo prazo	309.750,08
(-) Passivo Circulante	57.269,00
(-) Exigível a longo prazo	402.984,12
(=) Capital de giro próprio	1.947.375,05

11 - Solvência Geral

Ativo Total	2.977.598,17		
		=	6,47
Exigível	460.253,12		

Folhas nº 213
Processo nº 994
Rubrica nº

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
21600154740	08.106.567/0001-59	
NOME EMPRESARIAL		
WAS CONSTRUCOES EIRELI		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário Geral	1
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
35.67.B2.FA.9F.F5.90.F2.7F.F1.0E.DB.4B.41.A8.3D.D6.4F.DD.B7	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	08106567000159	WAS CONSTRUCOES EIRELI:08106567000159	162126316847464733537735050738973742736	18/03/2022 a 18/03/2023	Sim
Contador	01438934327	ROGERIO DE CASTRO RIBEIRO:01438934327	4991714646763297942	25/06/2022 a 25/06/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

35.67.B2.FA.9F.F5.90.F2.7F.F1.0E.DB.
4B.41.A8.3D.D6.4F.DD.B7-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 08/07/2022 às 14:57:47

00.75.67.4C.E5.B3.73.15
48.E7.23.9D.3F.03.93.DF

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

Folhas nº 214
Processo nº 0079
Rubrica nº

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped CONTÁBIL

Entidade: WAS CONSTRUCOES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 08.106.567/0001-59

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	WAS CONSTRUCOES EIRELI
NIRE	21600154740
CNPJ	08.106.567/0001-59
Número de Ordem	1
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Município	Paço do Lumiar
Data do arquivamento dos atos constitutivos	09/06/2006
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	911

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	WAS CONSTRUCOES EIRELI
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Número de ordem	1
Quantidade total de linhas do arquivo digital	911
Data de inicio	01/01/2021
Data de término	31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0B.02.E7.4E.A3.47.86.16.0C.5C.81.AE.32.95.45.25.C5.63.9A.C6-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.5 do Visualizador

Folhas nº 215
Processo nº 094
Rublica nº

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	08.106.567/0001-59
NOME EMPRESARIAL:	WAS CONSTRUCOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R$800.000,00 (Oitocentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	AILTON JOSE JESUS DE SOUSA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

...itido no dia **02/03/2023** às **10:24** (data e hora de Brasília).

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
791318/2017
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **THIAGO ARAUJO DE SOUSA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Folhas nº 216
Processo nº 094
Rubrica nº

Profissional: **THIAGO ARAUJO DE SOUSA**
Registro: **1115167685MA** RNP: **1115167685**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20170126724** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 03/10/2017 Baixada em: 13/10/2017
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **ARAUJO BEZERRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - ME**

Contratante: **Construtora Estrela de Davi - ME** CPF/CNPJ: **15.217.562/0001-69**
Endereço do contratante: AVENIDA Avenida 2 quadra 158 Nº: 08
Complemento: Bairro: JARDIM SÃO CRISTÓVÃO
Cidade: SÃO LUÍS UF: MA CEP: 65055632
Contrato: Celebrado em: 27/09/2017
Valor do contrato: R$ 55.977,86 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA BAHIA Nº: S n
Complemento: Condominio Alcantara Bairro: TURU
Cidade: SÃO LUÍS UF: MA CEP: 65066659
Data de início: 27/09/2017 Conclusão efetiva: 02/10/2017
Finalidade: Infraestrutura
Proprietário: Construtora Estrela de Davi - ME CPF/CNPJ: 15.217.562/0001-69

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO** #A0506 - PAVIMENTACAO ASFALTICA 53 - EXECUCAO 1533.64 metro quadrado; **7 - EXECUÇÃO** #A0604 - TERRAPLENAGEM 53 - EXECUCAO 1533.64 metro quadrado;

Observações

Pavimentação com AAUQ. Com total de 1.533,64 metros quadrados.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 791318/2017
27/10/2017, 09:34
ZBZ6z

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: ZBZ6z

ESTRELA
CONSTRUTORA E INCORPORADORA

Folhas nº 217
Processo nº 094
Rublica nº

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e a quem possa interessar, que nos foram prestados com bom desempenho e nada tendo que desabone a conduta do prestador, os serviços descritos abaixo e com as seguintes características:

DADOS DA OBRA/SERVIÇO

Contrato/Convênio: referente a serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica com AAUQ, com o total de área de 1.533,64 m² compreendendo o Condomínio Alcântara.

Local de Realização: Avenida Bahia, S/N, bairro Turu, Condomínio Alcântara, CEP: 65.066-659, São Luís – MA.

Período de Realização: 27/09/2017 a 02/10/2017

DADOS DO CONTRATANTE

Nome ou Razão Social: Construtora Estrela de Davi - ME.

CNPJ: 15.217.562/0001-29

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA

Nome ou Razão Social: ARAUJO BEZERRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ: 24.241.288/0001-54

DADOS RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome completo: THIAGO ARAUJO DE SOUSA

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Registo no CREA: 1115167768-5

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 791318/2017, emitida em 27/10/2017

Certidão nº 791318/2017
23/10/2020, 10:05
Chave de Impressão: ZBZ6z
O documento neste ato registrado foi emitido em 27/10/2017 e contém 2 folhas

ESCRITÓRIO
Rua do Sol - Nº 141 - Sala 603 - Ed. Colonial - Centro.
GARAGEM
Av. 02 - Qd. 158 - Nº 08 - Jardim São Cristovão.

ESTRELA
CONSTRUTORA E INCORPORADORA

Folhas nº 218
Processo nº 094
Rublica nº

Segue serviços realizados:

- Serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica utilizando AAUQ (Areia Asfáltica Usinada a Quente) em uma área de 1.533,64 m².

São Luís, 02 de outubro de 2017

3º TABELIONATO

JOSÉ BASTOS LIMA NETO
CPF nº 371.607.107-20

3º TABELIONATO
DE NOTAS DE SÃO LUÍS - MA

Reconheço por **SEMELHANCA** a(s) firma(s) de:
[0012828] - JOSE BASTOS LIMA NETO
Emolumentos: 4,20
Em test° _____ da verdade
São Luís - MA, 13/10/2017
NAILCE DE JESUS BRITO RIBEI
ESCREVENTE AUTORIZADO

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Maranhão
000029406320

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 791318/2017, em 27/10/2017
emitida

Certidão nº 791318/2017
23/10/2020, 10:05
Chave de Impressão: ZBZ6z
O documento neste ato registrado foi emitido em 27/10/2017 e contém 2 folhas

ESCRITÓRIO
Rua do Sol - Nº 141 - Sala 603 - Ed. Colonial - Centro.
GARAGEM
Av. 02 - Qd. 158 - Nº 08 - Jardim São Cristovão.
Telefone: (98) 98833-7193

Folhas nº 215
Processo nº 094
Rublica nº

LAUDO TÉCNICO

Atesto para os devidos fins e a quem possa interessar, que foram prestados com bom desempenho e nada tendo que desabone a conduta do prestador, os serviços descritos abaixo, tendo como responsável técnico o engenheiro civil THIAGO ARAUJO DE SOUSA, nº de registro no CREA-MA: 111516768-5

DADOS DA OBRA/SERVIÇO

Contrato/Convênio: referente a serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica com AAUQ, com o total de área de 1.533,64 m² compreendendo o Condomínio Alcântara.
Local de Realização: Avenida Bahia, S/N, bairro Turu, Condomínio Alcântara, CEP: 65.066-659, São Luís – MA.
Período de Realização: 27/09/2017 a 02/10/2017

DADOS DO CONTRATANTE

Nome ou Razão Social: Construtora Estrela de Davi - ME
CNPJ: 15.217.562/0001-29

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA

Nome ou Razão Social: ARAUJO BEZERRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – ME
CNPJ: 24.241.288/0001-54

DADOS RESPONSÁVEL LAUDO TÉCNICO

Nome completo: VICTOR AFONSO ROCHA SILVA
Título Profissional: ENGENHEIRA CIVIL
Registo no CREA: 111652880-0

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 791318/2017, emitida em 27/10/2017

Certidão nº 791318/2017
23/10/2020, 10:05
Chave de Impressão: ZBZ6z
O documento neste ato registrado foi emitido em 27/10/2017 e contém 2 folhas

Folhas nº 220
Processo nº 094
Rublica nº

Segue serviços realizados:

- Serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica utilizando AAUQ (Areia Asfáltica Usinada a Quente) em uma área de 1.533,64 m².

São Luís, 02 de outubro de 2017

VICTOR AFONSO ROCHA SILVA
Nº CREA 111652880-0

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 791318/2017, emitida em 27/10/2017

Certidão nº 791318/2017
23/10/2020, 10:05
Chave de impressão: ZBZ6z
O documento neste ato registrado foi emitido em 27/10/2017 e contém 2 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão
Rua 28 de Julho,nº 214, Centro, São Luís/MA
Tel: + 55 (98) 2106-8300 Fax: + 55 (98) 2106-8300 E-mail: faleconosco@creama.org.br

CREA-MA
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão
Impresso em: 23/10/2020, às 10:05.

Folhas nº 221
Processo nº 094
Rublica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo nº 094/2023

Da: CPL

Para: Procuradoria Geral do Município

Tendo em vista a instrução dos autos, onde é possível verificar ser mais vantajoso aderir à **Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, oriunda do município de São Mateus do Maranhão/MA, objetivando o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão/MA**, a Comissão Permanente de Licitação vem se manifestar que a documentação apresentada pela empresa WAS CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.106.567/0001-59, está em conformidade com as exigências legais.

O Órgão Gerenciador da Ata **AUTORIZOU** a adesão, bem como informou empresa detentora dos preços registrados, a qual também nos enviou anuência.

Outrossim, importante consignar que a referida ARP está dentro do prazo de validade, assim como o Órgão gerenciador e empresa vencedora do certame deram aval em favor da adesão por este município, momento em que se encaminha os autos à Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer jurídico quanto a viabilidade da Adesão a Ata de Registro de Preços acima.

Alto Alegre do Pindaré – MA, 04 de maio de 2023.

Francival Veloso Fernandes

Francival Veloso Fernandes
Presidente da CPL/PMAAP

Folhas nº 222
Processo nº 094
Rublica nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

REF. PROC. Nº 094/2022

Requerente: Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Assunto: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, registrada pelo município de São Mateus do Maranhão/MA, que por sua vez tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas do município.

PARECER JURÍDICO Nº 190/2023

✓ **RELATÓRIO:**

Vieram os presentes autos ao exame desta Assessoria Jurídica, com pedido formulado pela Secretária Municipal de Obras, visando a contratação de pessoa jurídica p serviços de manutenção corretiva, sob demanda, da pavimentação e recapeamento asfáltico de vias públicas no município de Alto Alegre do Pindaré/MA, conforme Projeto Básico em anexo.

Após a realização de estudo técnico preliminar, o setor de engenharia identificou como vantajosa a contratação do referido objeto, através de adesão, como Carona, a Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, registrada pelo município de São Mateus do Maranhão/MA, com objeto semelhante.

Indagado o Órgão Gerenciador da referida Ata de Registro de Preços em comento e a empresa beneficiária da ata, estes emitiram a autorização expressa para a pretensa adesão.

De relevante, consta nos autos os seguintes documentos:

- **Solicitação de origem da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Alto Alegre do Pindaré/MA, acompanhada de Projeto Básico;**
- **Estudo técnico preliminar, indicando a vantajosidade na adesão a Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022;**
- **Despacho do Ordenador de Despesa aprovando o Projeto Básico e determinando o encaminhamento do processo aos respectivos setores da administração;**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

- **Ofício nº 016/2023, emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Alto Alegre do Pindaré/MA, solicitando autorização de adesão ao município de São Mateus do Maranhão/MA, na qualidade de Gerenciador da Ata;**
- **Autorização oriunda do Órgão Gerenciador da Ata, avalizando a adesão por parte deste município de Alto Alegre do Pindaré;**
- **Resposta da empresa WAS CONSTRUÇÕES LTDA, autorizando o município de Alto Alegre do Pindaré/MA, acompanhada da documentação solicitada, qual seja, documentação comprobatória da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, comprovação da qualificação econômico financeira, acervo comprovando a capacidade técnica, e, declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;**
- **Edital de Concorrência SRP nº 004/2022;**
- **Aviso de Licitação da Concorrência SRP nº 004/2022 e comprovação de publicação no Diário Oficial do Município, jornal de grande circulação, Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado;**
- **Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 e publicação da Ata de Registro no Diário Oficial do municíp#io;**
- **Termo de Homologação da Concorrência SRP nº 004/2022 e publicação no Diário Oficial do Município;**

Por fim, quanto à formalização do processo de licitação, percebe-se que foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em consonância com o disposto no artigo 38, *caput*, da Lei nº 8.666, de 1993.

Diante do exposto e após análise detida da documentação enviada, conclui-se pela viabilidade técnica da adesão à ata proposta, visto que preenche os requisitos mínimos necessários à aquisição pretendida.

✓ **Sistema de Registro de Preço: Adesão**

O art. 11 da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, prescreve:

> Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Para regulamentação da contratação por registro de preços, foi editado o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro 2013, que estabelece em seu art. 22º:

> "Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
>
> § 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
>
> § 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)
>
> § 1º-B O estudo de que trata o § 1º-A, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras do Governo federal. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)
>
> § 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
>
> § 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)
>
> (...)"

O citado Decreto autoriza o compartilhamento de Ata de Registro de Preços entre órgãos ou entidades da Administração Pública, ainda que não participantes do procedimento licitatório, desde que consultado o órgão gerenciador da Ata e que reste evidenciada a vantajosidade da contratação para a Administração Pública. Estipula ainda uma margem limite para o quantitativo da contratação, qual seja, o de 50% (cem por cento) daquele registrado na Ata.

Folhas nº 225
Processo nº 094
Rubrica nº

Sobre o quantitativo que se pretende adquirir, conforme exposto no Projeto Básico inaugural, verifica-se que ele é inferior ao registrado na Ata, ou seja, não extrapola o limite individual de 50% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços em epígrafe, sendo que o referido pedido obedece ao limite previsto no Decreto nº 7.892/13.

Cabe aos gestores fazer o perfeito enquadramento do caso a uma das hipóteses constantes do dispositivo citado alhures, uma vez que o Tribunal de Contas da União já decidiu, na esteira dos ensinamentos de Marçal Justen Filho, que as situações previstas em lei são taxativas. Nesse sentido, confira-se excerto extraído do voto do relator, Benjamim Zimler:

> *27. Acerca do uso do Sistema de Registro de Preços para a aquisição de sala-cofre, cabe destacar o disposto no art. 2º do Decreto nº 3.931/2001 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93:*
> *"Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:*
> *I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;*
> *II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;*
> *III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e*
> *IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração".*
> *28. Compartilho da opinião de Marçal Justen Filho de que o elenco do art. 2º do regulamento é exaustivo, haja vista ser pouco provável localizar outra alternativa, além das ali existentes, para justificar pertinentemente a adoção do Sistema de Registro de Preços.*
> *29. De imediato verifica-se que a aquisição de sala-cofre não se enquadra nos incisos I, II e IV, visto que não há que se cogitar a necessidade de aquisição frequente ou parcelada de salas-cofre. Não é razoável alegar-se, também, a impossibilidade de definição prévia da quantidade do objeto a ser adquirido. (Acórdão 2392/2006 – Plenário.)*

Diante do exposto, e partindo do pressuposto de que esta Assessoria Jurídica não detém os conhecimentos fáticos e técnicos para aferir o enquadramento do objeto às hipóteses previstas no Decreto para a utilização do Sistema de Registro de Preços, cumpre à área especializada interessada na contratação, por conhecer as necessidades da Administração Pública,

afirmar e justificar o enquadramento do objeto a ser contratado dentre as hipóteses retratadas no Decreto.

Deve haver, entretanto, a justificativa com estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade, o que resta demonstrado no presente caso, através do estudo técnico preliminar.

Imperioso registrar ainda o posicionamento firmado pelo Tribunal de Contas da União, no sentido de restringir a utilização da adesão a registros de preços, com determinação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que tome providências nesse sentido:

> *9.2.2. adote providências com vistas à reavaliação das regras atualmente estabelecidas para o registro de preços no Decreto nº 3.931/2001, de forma a estabelecer limites para a adesão a registro de preços realizados por outros órgãos e entidades, visando preservar os princípios da competição, da igualdade de condições entre os licitantes e da busca da maior vantagem para a Administração Pública, tendo em vista que as regras atuais permitem a indesejável situação de adesão ilimitada a atas em vigor, desvirtuando as finalidades buscadas por essa sistemática, tal como a hipótese mencionada no Relatório e Voto que fundamentam esse acórdão;*
> *(Acórdão 1487/2007 – Plenário)*

Quanto à vantajosidade, nota-se, conforme a planilha de composição de custos apresentada pelo setor de engenharia do município, que o preço registrado na Ata é inferior ao preço constante das tabelas oficiais da construção civil.

✓ **DISPOSITIVO:**

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz da competência desta Assessoria Jurídica, não lhe compete adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Prefeitura Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, restringindo-se a análise quanto à obediência da legalidade.

Folhas nº 227
Processo nº 094
Rubrica nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Diante do exposto, desde que observadas as ressalvas deste parecer, entendemos pela viabilidade da adesão à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, decorrente da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, registrada pelo município de São Mateus do Maranhão/MA.

✓ **É o parecer.**

✓ **ENCAMINHAMENTO:**

Encaminhem-se os autos ao **ORDENADOR DE DESPESAS desta Municipalidade** para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 11 de maio de 2023.

Emanuel Diniz de Jesus Póvoas
OAB/MA 21.553
Assessor Jurídico

Folhas nº 228
Processo nº 094
Rublica nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo nº 094/2023

De acordo com as informações constantes neste Processo, **AUTORIZO** a continuidade da solicitação para Adesão como Carona, referente à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, oriunda da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, registrada pelo município de São Mateus do Maranhão - MA, licitação essa que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas do município.

Ato contínuo, antes da formalização do respectivo contrato, proceda-se com a publicação de aviso no diário oficial do município, divulgando a intenção desta administração em aderir à referida ATA e encaminhamento dos autos à Controladoria Interna do Município para análise e emissão de parecer.

Alto Alegre do Pindaré – MA, 23 de maio de 2023.

Francisco Dantas Ribeiro Filho
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré -MA

Folhas nº 229
Processo nº 094
Rubrica nº

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PÍNDARÉ, através da sua Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, vem divulgar sua intenção de aderir, como CARONA, ao Registro de Preços, nos termos da Lei Federal 8.666/93, e Decreto Federal nº 7.892/2013, conforme especificações abaixo:

- **Concorrência SRP nº 004/2022**
- **Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022;**
- **Vigência da Ata:** 22/12/2023;
- **Órgão Gerenciador:** Município de São Mateus do Maranhão/MA
- **Empresa Beneficiária:** WAS CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.106.567/0001-59;
- **Especificação do Objeto Registrado:** Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão/MA;
- **Valor da Ata de Registro de Preços:** R$ 4.348.463,23 (quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos);
- **Valor Total da Adesão: R$ 2.125.815,52 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos).**

Destarte, **HOMOLOGA** o procedimento de "Carona" neste ato registrado conforme justificativas demonstradas em processo administrativo nº 094/2023.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 25 de maio de 2023.

Francisco Dantas Ribeiro Filho
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré (MA)

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

Folhas nº 230
Processo nº 094
Rublica nº

SUMÁRIO

AVISO
Comissão Permanente de Licitação - CPL 1

AVISO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PÍNDARÉ, através da sua Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, vem divulgar sua intenção de aderir, como CARONA, ao Registro de Preços, nos termos da Lei Federal 8.666/93, e Decreto Federal nº 7.892/2013, conforme especificações abaixo: Concorrência SRP nº 004/2022; Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022; Vigência da Ata: 22/12/2023; Órgão Gerenciador: Município de São Mateus do Maranhão/MA; Empresa Beneficiária: WAS CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.106.567/0001-59; Especificação do Objeto Registrado: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede no município de São Mateus do Maranhão/MA; Valor da Ata de Registro de Preços: R$ 4.348.463,23 (quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos); Valor Total da Adesão: R$ 2.125.815,52 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos). Destarte, HOMOLOGA o procedimento de "Carona" neste ato registrado conforme justificativas demonstradas em processo administrativo nº 094/2023. Alto Alegre do Pindaré/MA, 25 de maio de 2023. FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré –MA.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar através do código EV3NC-TR9VR-MAGGJ-KEHTP enquanto armazenado no Portal ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

Folhas nº 231
Processo nº 999
Rublica nº

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

Francisco Dantas Ribeiro Filho
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612 - 9344

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar através do código EV3NC-TR9VR-MAJGJ-KLHYP enquanto armazenado no Portal ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

Folhas nº 232
Processo nº 094
Rublica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Nº do processo	094/2023
Requerente	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Veio a conhecimento desta consultoria técnica na área jurídica e contábil, processo de contratação através de adesão a ata de registro de preços, para análise quanto à legalidade e verificações das demais formalidades, bem como no que tange a atuação da comissão de licitação, na execução das atribuições e atos realizados pela referida comissão[1].

Pois bem.

Trata-se de solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Obras, visando o Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022, que se originou da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022, Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, realizada pelo município de São Mateus do Maranhão/MA, que tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas do município, nos termos da Lei Federal 8.666/93, conforme Projeto Básico, ainda toda a documentação colacionada aos autos, inclusive a documentação em nome da pessoa jurídica empresa WAS CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.106.567/0001-59

O processo veio instruído com oficio de solicitação, Projeto Básico, Estudo Técnico demonstrando a vantajosidade na edesão, Autorização de Adesão por parte do Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária da Ata, informações sobre a dotação orçamentária, documentação exigida pelos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, além do Parecer Jurídico que ratificou a legalidade da instrução do processo e despacho do Ordenador de Despesas.

Portanto, diante da instrução processual, e exclusivamente em relação a sua formalidade, não foi detectada irregularidade que impeça a continuidade do mesmo, razão pela qual declaramos sua conformidade de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93.

Por fim, observa-se que as certidões de dívida ativa estadual e FGTS, encontram-se vencidas, devendo ser acostadas ao processo com vigência à época da celebração do contrato.

Ressalvamos que todos os despachos e pareceres técnicos acostados no processo são de única e exclusiva responsabilidade dos respectivos setores e seus signatários. Sem mais formalidades, manifestamo-nos pelo prosseguimento do certame.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 29 de maio de 2023.

Agapito Cardoso da Cunha
Controlador Geral

[1] Visa o presente dar cumprimento às atribuições estabelecidas nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal de 1988 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitantes dos atos de gestão do exercício financeiro em curso.

Folhas nº 233
Processo nº 094
Rubrica nº

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 031062/23 **Data da Certidão:** 03/05/2023 12:59:58

CPF/CNPJ CONSULTADO: **08106567000159**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 31/08/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 26/05/2023 07:27:53

Folhas nº 234
Processo nº 0979
Rubrica nº

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.106.567/0001-59
Razão Social: WAS CONSTRUCOES EIRELI
Endereço: RUA BELIRA 40 / MAIOBA / PACO DO LUMIAR / MA / 65130-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:11/05/2023 a 09/06/2023

Certificação Número: 2023051101280771865223

Informação obtida em 26/05/2023 07:29:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Folhas nº 235
Processo nº 094
Rublica nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo nº 094/2023

De acordo com as informações constantes neste Processo, AUTORIZO a Adesão como Carona, à Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços nº 004/2022, decorrente do Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA, licitação essa que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas do município, conforme informações adicionais constantes da referida Ata, para execução nos moldes do projeto básico feito por este município.

AUTORIZO, por conseguinte, a celebração do respectivo contrato.

Alto Alegre do Pindaré – MA, 31 de maio de 2023.

Francisco Dantas Ribeiro Filho
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré (MA)

Folhas nº 236
Processo nº 094
Rublica nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CONTRATO Nº 241/2023 – PMAAP

PROCESSO Nº 094/2023

TERMO DE CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, ATRAVÉS DA SUA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ E A EMPRESA WAS CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ Nº 08.106.567/0001-59, CONFORME TERMOS ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 2011392-7, e inscrito no CPF sob o nº 125.761.313-87, residente e domiciliado na Rua J P Almeida, nº 351, Bairro – Rural, CEP nº 65.398-000, e por outro lado a empresa **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.106.567/0001-59 sediada na RUA BELIRA, N° 40 MAIOBA, PAÇO DO LUMIAR-MA, CEP. 65.130-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Ailton Jose Jesus de Sousa, portador do RG nº 0287889020054. SSP/MA, inscrito no CPF sob o nº 026.492.053-85, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, oriundo da adesão a Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 - Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022 - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 094/2023, que se regerá pelas normas instituídas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede e povoados, no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da Ata de Registro de Preços nº 20221798/2022 – Edital de Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 004/2022, e seus anexos - Processo Administrativo nº 2022.05.20.0011/2022, de origem do município de São Mateus do Maranhão/MA, identificado no preâmbulo acima, ao projeto básico da CONTRATANTE, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 12:57:43 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:04:23 -03'00'

1.3. O regime de execução do presente contrato será o de prestação de serviços a preço unitário. A CONTRATADA deverá, depois de celebrado o contrato, executar todo serviço de Imprimação, para a perfeita execução dos serviços contratados.

2. CLAUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que haja autorização formal da autoridade competente e que esteja enquadrado em uma das hipóteses previstas no §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 2.125.815,52 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação: *2 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE; 02 PODER EXECUTIVO; 02 11 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO; 021100 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO; 15 Urbanismo; 15 451 Infra-Estrutura Urbana; 15 451 0181 SERVIÇO DE ULTILIDADE PUBLICA; 15 451 0181 1025 0000 CONCERVAÇAO E MELHORIA DE VIAS URBANAS.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento efetuado no prazo de até 30 (dias) dias consecutivos, após a comprovação de execução dos serviços, acompanhado da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, CNDT e FGTS, com validades compatíveis à data do pagamento, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada.

5.2. O(s) pagamento(s) será efetuado pela CONTRATANTE de acordo com o Relatório de Medição da CONTRATANTE, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, acompanhada do relatório circunstanciado da fiscalização e boletim de medição. A Nota Fiscal/Fatura será protocolizada na Secretaria Municipal de Administração, até o quinto dia útil subsequente ao mês da entrega e aceite definitivo, através de ofício,

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 12:58:06 -03'00'
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:04:44 -03'00'

encaminhado à Secretaria, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes.

5.3. Constatando-se, junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua a NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela Fiscalização da regularidade Fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a contratada não regularize sua situação junto ao cadastro municipal de fornecedores, serão adotadas as medidas cabíveis.

5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = TX I = (6/100) I = 0,00016438
365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços fixados para o objeto deste contrato poderão ser reajustáveis, desde que seja observado interregno mínimo de 12 (doze) meses.

6.2. Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo utilizada a seguinte fórmula:

$R = (I - IO).\ P$
IO

Onde:

a) Para o primeiro reajuste:

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 12:58:31 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:05:01 -03'00'

R= reajuste procurado;
I= índice relativo ao mês do reajuste;
IO= índice relativo ao mês do novo reajuste da data limite para apresentação da proposta; P= preço atual dos serviços.
b) Para reajustes subsequentes:
R= reajuste procurado;
I= índice relativo ao mês do novo reajuste;
IO= índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado; P= preço atual dos serviços/produtos até último reajuste efetuado.
6.3. Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o Índice Nacional da Construção Civil - INCC, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação legal.
6.4. O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação do IPCA dos últimos 12 meses, tendo como marco inicial a data limite para apresentação da proposta.
6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste.
6.6. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme art. 65, II, da Lei nº 8.666/93.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não será exigida garantia de execução contratual

8. CLAUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30%(trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
8.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
8.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
8.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
8.5. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimos de 10% e máximo de 30%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:
8.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 12:59:03 -03'00'
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:05:16 -03'00'

8.7. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão;
8.8. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
8.9. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
8.10. Microempresa ou empresa de pequeno porte;
8.11. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.
8.12. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.
8.13. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

9. CLAUSULA NONA - DOS PRAZOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Prestação de serviços será realizada no perímetro urbano e rural do município, nos seguintes horários: 08h às 11h30minhs e 13h às 17h30minhs, de segunda a sexta-feira. Nos sábados, domingos e feriados os serviços serão efetuados em regime de plantão de 24 horas.
9.1. O objeto compreenderá:
9.1.1. Prestação de Serviços de Implantação e Manutenção de Pavimentação em bloco intertravado, meio fio, sarjeta e passeio nas ruas da sede no município de Alto Alegre do Pindaré-MA.
9.1.2. Fornecimento de materiais de consumo para pavimentação, drenagem e sinalização executado sob o regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição mensal (por meio de Relatório de Execução de Serviços), e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido e executado, conforme preços ofertados no momento da apresentação da proposta. Não restando para a Administração a obrigação de executar ou pagar pela quantidade estimada em planilha de referência da contratação.
9.1.3. Todos os serviços executados e materiais utilizados desde sua fabricação. Fornecimento e montagem, deverão obedecer ás especificações dos projetos, memorial e Normas Técnicas.
9.1.4. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:
a) Requisitos de Normas e/ou Especificações, Métodos de Ensaio e Terminologia estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou formulados por laboratórios ou institutos de Pesquisas Tecnológicas Brasileiras.

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 12:59:32 -03'00'
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:05:31 -03'00'

b) Requisitos de Normas e/ou Especificações e/ou Métodos de Ensaio e/ou Padr6es estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTN, DIN e outras), quando da inexistência de Normas e/ou Especificações brasileiras correspondentes, para determinados tipos de materiais ou serviços.

c) Recomendações, instruções e especificações de Fabricantes de materiais e/ou de especificações em sua aplicação.

d) Dispositivos aplicáveis da Legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativos a materiais, segurança, proteção, instalação de canteiro de obras e de demais aspectos das construções.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. Obrigações da Contratante:

10.1.1. Fornecer a relação dos consertos para cada jornada de trabalho;

10.1.2. Esclarecer à Contratada toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços; 10.4.Vistoriar e fiscalizar os serviços executados;

10.1.3. Avaliar quaisquer alterações no roteiro diário de trabalho, sempre que houver motivo relevante para tal;

10.1.4. Delimitar as áreas de trabalho da contratada;

10.1.5. Pagar à Contratada as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas neste Projeto Básico;

10.1.6. Aplicar sanções e multas à Contratada, nos termos do Edital;

10.1.7. Recusar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas da Prefeitura e disposições deste Projeto Básico;

10.1.8. Vistoriar e fiscalizar os veículos, os equipamentos de proteção coletiva e individual e as ferramentas dos grupos de trabalho da Contratada;

10.1.9. Comunicar ao responsável técnico indicado pela contratada, durante as jornadas de trabalho, quaisquer solicitações ou irregularidades verificadas nas equipes de trabalho;

10.1.10. Vistoriar e fiscalizar os materiais retirados e os fornecidos para instalação.

10.2. Obrigações da Contratada:

10.2.1. Fornecer toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços de forma segura e atendendo os requisitos normativos;

10.2.2. Informar previamente à Contratante todos os casos de intervenção em passeios e/ou pavimentos de vias Públicas para posterior execução dos serviços;

10.2.3. Realizar todos os contatos e acertos com outros órgãos públicos implicados no atendimento das solicitações;

10..2.4. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a Contratante exigir a substituição imediata de qualquer empregado da Contratada, cuja permanência seja considerada prejudicial ao bom andamento dos serviços;

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 12:59:54 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:05:49 -03'00'

10.2.5. Responsabilizar-se pelo pagamento, sem qualquer reembolso por parte do Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;
10.2.6. Não reivindicar da Contratante qualquer indenização por perdas e danos de bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade;
10.2.7. Executar os serviços conforme as características técnicas exigidas pelas Normas e padrões ABNT, NR-10, NR 18 e demais dispositivos legais vigentes;
10.2.8. Refazer os serviços realizados de forma imperfeita, fornecendo inclusive os materiais danificados por mau uso, não cabendo à Contratante, nesses casos, o fornecimento dos mesmos;
10.2.9. Em caso de utilização de meios eletrônicos, fornecidos pelo Município à Contratada para registro de informações, fica a Contratada responsabilizada por perdas ou danos, intencionais ou não de quaisquer que seja o meio disponibilizado, devendo repor os equipamentos eletrônicos utilizados com a mesma marca, modelo e aplicativos instalados, com prazo não superior a 48 horas.
10.2.10. Não prestar declaração e/ou informações sem prévia autorização por escrito da Contratante a respeito do Objeto do presente Contrato;
10.2.11. Identificar seu pessoal em serviço com Carteira de Identidade Funcional;
10.2.12. Pagar todos os tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços;
10.2.13. Utilizar veículos em perfeitas condições tanto no que se refere aos seus funcionamentos bem como suas apresentações em geral;
10.2.14. Apontar engenheiro civil qualificado, habilitado e autorizado como responsável pelos serviços realizados pela Contratada, que deverá participar de todas as reuniões de acompanhamento da execução do Contrato na sede da Prefeitura e manter contato com a Contratante e com as equipes durante as jornadas de trabalho;
10.2.15. Dispor de pessoal qualificado, habilitado e autorizado de reserva para o caso de afastamentos por faltas, licenças, férias e etc., de modo a cumprir os prazos previstos no Projeto Básico da CONTRATANTE;
10.2.16. Não será permitido, em hipótese alguma, equipe de trabalho incompleta em serviço.
10.2.17. Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as Normas do Conselho Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços;
10.2.18. Apresentar, sempre que a Contratante exigir, Carteira Profissional dos seus empregados e comprovantes exigidos neste Edital;
10.2.19. Iniciar a prestação dos serviços vinculados ao respectivo Edital em até 05 (cinco) dias após a Ordem de Início dos mesmos;
10.2.20. Certificar-se da utilização, por parte dos seus funcionários, dos equipamentos de proteção individual e coletiva que se fizerem necessários para o desenvolvimento seguro dos serviços, conforme NR 18;
10.2.21. Providenciar seguro de vida coletivo para os integrantes das equipes de trabalho;
10.2.22. Informar imediatamente à Contratante os motivos que determinarem impedimento do início ou andamento normal de qualquer dos serviços;

10.2.23. Manter registros das solicitações/reclamações da Contratante em meio eletrônico, com relação ao correto andamento dos serviços, bem como as medidas corretivas e preventivas tomadas por parte da Contratada;

10.2.24. Realizar todos os serviços sempre prevendo a proteção de toda a fauna e flora existentes;

10.2.25. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a execução do contrato;

10.2.26. Reconhecer os direitos da Administração em casos de rescisão contratual.

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico da CONTRATANTE.

11.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará Relatório Padrão da Administração, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividadescontratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993

11.15. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

11.15.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

11.16. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

11.16.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

11.17. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.18. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

11.19. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.20. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e.

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 13:01:31 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:06:38 -03'00'

11.21. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no resultado do termo circunstanciado.
11.22. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
11.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93, garantidos a ampla defesa e o contraditório, estipuladas as seguintes penalidades:

12.1.1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação emitida pelo Fiscalização do contrato, ao representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas;
12.1.2. Após recebimento da Notificação a CONTRATADA se obrigará no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a apresentar manifestação formal de ampla defesa por meio de Carta/Ofício junto a fiscalização do contrato.
12.1.3. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no contrato, limitados ao total de 2% sobre o valor do contrato em atraso;
12.1.4. Em caso de reincidência, multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), aplicada cumulativamente, sobre o valor do contrato, referente ao período em que for constatado o novo descumprimento contratual;
12.1.5. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, no caso de não atendimento à notificação realizada pela fiscalização;
12.1.6. Rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades, nos casos de aplicações de multas por 03 (três) vezes durante o contrato;
12.1.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
12.1.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei 8.666/93.
12.1.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 13:02:04 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:06:52 -03'00'

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;
13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:
14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS

16.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente,

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385 Dados: 2023.06.01 13:02:33 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2023.06.01 14:07:10 -03'00'

Fls nº 247
Processo nº 096
Publica nº

os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

16.2. Para os casos omissos será aplicada a legislação que couber, obedecidas as disposições previstas na Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações e Decreto Federal nº 7.892/2013.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17.2. É eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MA, responsável pelo município de Alto Alegre do Pindaré/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Alto Alegre do Pindaré – MA, 01 de junho de 2023.

CONTRATANTE:

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387
Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387
Dados: 2023.06.01 14:07:31 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA

CONTRATADA:

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385
Assinado de forma digital por AILTON JOSE JESUS DE SOUSA:02649205385
Dados: 2023.06.01 13:03:05 -03'00'

AILTON JOSE JESUS DE SOUSA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA WAS CONSTRUÇÕES EIRELI

TESTEMUNHAS:

1. CPF: 719.018.423-34

2. CPF: 602 008 943 .19

Folhas nº 248
Processo nº 094
Rublica nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2023. REF.: Processo nº. 094/2023. **PARTES**: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA) e a empresa **WAS CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ Nº 08.106.567/0001-59 – **OBJETO**: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede e povoados, no município de Alto Alegre do Pindaré/MA – **VALOR GLOBAL**: R$ 2.125.815,52 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos) - **DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA**: 02 11 00 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO; 15 451 0180 OBRAS E EQUIPAMENTOS URBANOS; 15 451 0180 1095 0000 CONSTRUÇAO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS; 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES; 15 451 0181 SERVIÇO DE ULTILIDADE PUBLICA; 15 451 0181 1027 0000 PAVIMENTAÇAO DE VIAS URBANAS; 535 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES – **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, com início a partir da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993 – **PRAZO DE EXECUÇÃO**: A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da ordem de serviço e durará até 12 (doze) meses, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico. – **BASE LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie – **SIGNATÁRIOS**: FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré (MA), pela CONTRATANTE e AILTON JOSE JESUS DE SOUSA, pela CONTRATADA.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 01 de junho de 2023.

Emanuel Diniz de Jesus Póvoas
OAB/MA 21.553
Assessor Jurídico

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

Folhas nº 249
Processo nº 094
Rubrica nº

SUMÁRIO

EXTRATO
Gabinete do Prefeito - GABPREF 1
EXTRATOS
Comissão Permanente de Licitação - CPL 1
AVISO
Comissão Permanente de Licitação - CPL 1

EXTRATO

EXTRATO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2023 – PARTES – MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ e INSTITUTO LUSÓFONO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – ILUSES – **OBJETO –** Instituição em âmbito municipal do Programa Socioeducacional de conjugação de esforços para a implementação de iniciativas que visam aumentar as oportunidades dos jovens do município de Alto Alegre do Pindaré no acesso aos cursos de educação e de formação profissional em Portugal– **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** – Lei Municipal nº 072, de 08 de maio de 2023 – **DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA** – O prazo para a execução do Convênio assinado pelo município com o Instituto Lusófono de Educação Superior-ILUSES é de 40 (quarenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação brasileira, mediante termo aditivo. O prazo de vigência do Convênio inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se a 40 meses após a conclusão do prazo de execução, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, mediante termo aditivo. **DOS RECURSOS FINANCEIROS -** Os recursos financeiros para a execução do Programa totalizam a quantia global de R$ 240.250,00 (duzentos e quarenta mil duzentos e cinquenta reais). FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO, pelo MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA e WALTER SOUZA BORGES, pelo INSTITUTO LUSÓFONO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – ILUSES. Alto Alegre do Pindaré-MA, 31 de maio de 2023. HARRISON MARCELO PINHEIRO RODRIGUES - OAB/MA 7.264 – Procurador Geral do Município de Alto Alegre do Pindaré-MA.

EXTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2023. REF.: Processo nº. 094/2023. PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA) e a empresa WAS CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ Nº 08.106.567/0001-59 – OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação e manutenção de pavimentação em bloco intertravado, drenagem e sinalização nas ruas da sede e povoados, no município de Alto Alegre do Pindaré/MA – VALOR GLOBAL: R$ 2.125.815,52 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos) - DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA: 02 11 00 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO; 15 451 0180 OBRAS E EQUIPAMENTOS URBANOS; 15 451 0180 1095 0000 CONSTRUÇAO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS; 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES; 15 451 0181 SERVIÇO DE ULTILIDADE PUBLICA; 15 451 0181 1027 0000 PAVIMENTAÇAO DE VIAS URBANAS; 535 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES – PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com inicio a partir da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993 – PRAZO DE EXECUÇÃO: A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da ordem de serviço e durará até 12 (doze) meses, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico. – BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie – SIGNATÁRIOS: FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré (MA), pela CONTRATANTE e AILTON JOSE JESUS DE SOUSA, pela CONTRATADA. Alto Alegre do Pindaré/MA, 01 de junho de 2023. Emanuel Diniz de Jesus Póvoas OAB/MA 21.553 Assessor Jurídico.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 237/2023. REF.: Processo nº. 268/2023 - **DISPENSA DE LICITAÇÃO - ÓRGÃO**: Município de Alto Alegre do Pindaré, através da sua secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Alto Alegre do Pindaré – MA - **OBJETO**: Contratação referente Locação Social de imóvel de propriedade de JOSE RODRIGUES SILVA em caráter de benefício social, destinado a MARIA TEREZA ARAÚJO FERREIRA - **VALOR GLOBAL: R$ 3.000,00 (Três mil reais) - VALOR MENSAL**: R$ 500,00 (quinhentos reais) - **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 02 PODER EXECUTIVO 09.00 SECRETARIA DE ASSISTENCIAL SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA 08 ASSISTENCIA SOCIAL 122 ADMINSTRAÇÃO GERAL 0106 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL 2054.0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA - **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 06 (seis) meses a contar da sua assinatura - **BASE LEGAL**: Art. 24, inciso X e 26 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Lei Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA nº 019/20 e art. 10 § 2º, IV, do Decreto Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA nº 021/20 – **SIGNATÁRIOS**: **ELZA MARIA SANTOS DO NASCIMENTO**, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania como **LOCATÁRIA** e **JOSE RODRIGUES SILVA**, como **LOCADOR**. Alto Alegre do Pindaré – MA, 15 de maio de 2023 **Emanuel Diniz de Jesus Póvoas, OAB/MA 21553** Assessor Jurídico.

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 018/2023 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº 202/2023 – Sec. Saúde. O Município de Alto Alegre do Pindaré – MA, através da sua Secretária Municipal de Saúde torna público que realizará no dia 16/06/2023 às 14:00h licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019, visando o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Pessoa Jurídica para o Fornecimento Equipamentos Hospitalares, Laboratoriais e Terapêuticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Alto Alegre do Pindaré/MA, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: Portal Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital. O edital encontra-se disponível no site www.portaldecompraspublicas.com.br, dentro do prazo legal. Alto Alegre do Pindaré (MA), 01 de Junho de 2023. Francival Veloso Fernandes Pregoeiro da CPL/PMAAP

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar
através do código T9NSU-8T6FS-0PTOA-RELGO enquanto armazenado no Portal ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas